



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO



FILIPPE TORRES DE MELO

**A INFLUÊNCIA DO *INFORMATION MANAGEMENT CAPABILITY* NA
TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA**

MACEIÓ
2024

FILIPPE TORRES DE MELO

**A INFLUÊNCIA DO *INFORMATION MANAGEMENT CAPABILITY* NA
TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Andrew Beheregarai Finger

Linha de pesquisa: Produção, Mediação e Gestão da Informação

MACEIÓ
2024

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

M528i Melo, Filipe Torres de.
 A influência do *Information Management Capability* na transparência da gestão pública / Filipe Torres de Melo. – 2024.
 142 f. : il.

Orientador: Andrew Beheregarai Finger.
Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 131-139.
Apêndices: f. 140-142.

1. Brasil. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. 2. Informação. 3. *Information Management Capability*. 4. Transparência na administração pública. I. Título.

CDU: 007:35

FOLHA DE APROVAÇÃO

FILIPE TORRES DE MELO

A INFLUÊNCIA DO *INFORMATION MANAGEMENT CAPABILITY* NA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Ciência da Informação, e aprovada em 29 de maio de 2024.

Documento assinado digitalmente



ANDREW BEHEREGARAI FINGER

Data: 03/06/2024 16:05:41-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Andrew Beheregarai Finger – PPGCI/UFAL – (Orientador)

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente



MARCOS APARECIDO RODRIGUES DO PRADO

Data: 03/06/2024 20:47:43-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marcos Aparecido Rodrigues do Prado - Membro Titular Interno –
PPGCI/UFAL

Documento assinado digitalmente



MARTHA SUZANA CABRAL NUNES

Data: 04/06/2024 15:10:27-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Martha Suzana Cabral Nunes – PPGCI/UFS – (Examinadora Externa)

Documento assinado digitalmente



VILMAR ANTONIO GONCALVES TONDOLO

Data: 04/06/2024 16:18:17-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Vilmar Antonio Gonçalves Tondolo – UFPel – (Examinador Externo)

AGRADECIMENTOS

Preciso mesmo prometer não ser bem clichê nessa hora? Acho que não, até porque é o esperado. Então, Mainha, sempre te vi como uma dicotomia linda, por vezes, tu fostes uma “vilã”, em um par de outras, a minha “heroína”. Esse contraste existe porque toda mãe tem seu lado “vilã” quando nos oferece um veemente NÃO para tantas coisas que pedimos, mas que elas podem enxergar mais adiante os motivos dessas negativas. Por outro lado, lembro-me das vezes em que você entrava no cheque especial para comprar um brinquedo que era barato para os meus colegas e tão caro para a nossa realidade, mas que, nessas horas, o seu lado de heroína subjuguava seu lado vilã e você preferia ver nosso sorriso e satisfação, mesmo que isso te custasse algumas horas extras no trabalho. Obrigado por tanta dedicação e amor em forma de expressão.

Ao meu pai, Silvano. Eu nem consigo enumerar direito os motivos que tenho para te agradecer. Você fez tanto! Talvez, posso começar te agradecendo por me ensinar a ter caráter, meus princípios, minha educação financeira... Também, por sempre ter sonhado meus sonhos comigo e, principalmente, por ter investido em mim até que eu conseguisse caminhar com as minhas próprias pernas. Nunca esquecerei das suas noites fazendo as contas na mesa de casa e redistribuindo seu dinheiro para conseguir custear a minha educação. Saiba que tudo valeu a pena. Os frutos disso, você pode ver. Amo você infinitamente, por mais que verbalize pouco. É tudo verdade.

Ao Bruno Nunes, por ter me tirado da caixinha tão confortável em que vivia e me feito uma pessoa forte e resiliente. Por me fazer crescer. Por tanto companheirismo, amor e dedicação. Por embarcar nas minhas aventuras, mesmo quando você só está fazendo isso para me deixar feliz. Por nossa família. Amo o que construímos juntos ao longo desses 7 anos. Estamos dando nosso melhor, né?

Aos meus filhos Dom Juan e Lily Matilda, por despertarem o que há de melhor em mim e por sempre me esperarem sorrindo com tanto amor. Vocês são a melhor parte da minha vida. Vocês são meu coração.

Ao meu irmão Gabriel, por ser meu defensor quando mais precisei e por estar ao meu lado em todos os momentos. Sua aceitação, seu acolhimento e seu amor são extraordinários. Você é um exemplo de irmão. Ainda bem que tenho você em minha vida. Obrigado, também, por ter me dado uma irmã agregada, minha Íris, carinhosamente chamada de Caquinha... Íris, você sempre será um espelho de força, simplicidade, determinação e humanidade, você é linda, você é incrível. A melhor irmã para mim e a melhor esposa para o meu irmão. Aaaah, como amo vocês!

Às minhas avós, Creuza Carlos e Odete Torres, por serem as melhores avós que eu poderia ter, meu coração se enche de orgulho e amor quando lembro de tudo o que vocês duas fizeram por mim, desde o meu nascimento, até hoje. Vocês são tudo o que eu poderia querer ter. Vocês me amam. Vocês me acolhem. Ai, meu Deus, vocês precisam ser eternas, como resolvemos isso? Peguem uma porção dos meus anos, por favor, vamos dividir, como vocês sempre me ensinaram. Obrigado, obrigado, obrigado!

À minha tia Silvana Cárlos, por me estimular a crescer e a ser quem eu sou. Obrigado por me lembrar do quanto sou forte e do quanto amadureci. Por me amar como uma mãe ama seu filho e por me proporcionar o melhor que pode. Obrigado por tudo o que você fez e faz por mim.

À minha sogra Jaíde Nunes, por ter um dos maiores corações que eu pude conhecer, por sempre cuidar de mim quando preciso, por sempre estar disposta a me ajudar, por todo o acolhimento, por todos os abraços e por todas as comidas maravilhosas que você faz para nós. Por sempre fazer de tudo para me ver feliz. Você é a melhor sogra que alguém poderia ter, você é uma segunda mãe para mim.

À minha melhor amiga, Mariana Gomes da Silva Caldas, por nunca desistir da nossa amizade, por permanecer e por manter o conforto do seu coração intacto para mim. Reciprocidade nos define.

Ao meu melhor amigo, Jeandre Fabian Lopes de Mendonça, por sempre me trazer para perto, mesmo quando eu acabo me afastando por causa da rotina. Por querer fazer parte de cada detalhe da minha vida, você é especial demais. Você é uma das pessoas com o coração mais lindo que eu conheço. Amo-te!

À minha amiga Cristiane Souza, por estar ao meu lado em cada uma das minhas conquistas, obrigando-me, muitas vezes, a comemorá-las e mostrando-me a importância de cada uma delas. Por tudo o que aprendi contigo e que ainda vou aprender! É tão bom saber que tenho você em minha vida.

À minha amiga Sirlene Vieira, por mostrar a mim que vale a pena ter bons amigos por perto e que a qualidade é sempre melhor que a quantidade. Por me incentivar com esse mestrado desde a primeira vez que me viu, por me fazer amar bons vinhos, por ter excelentes conselhos e um coração maior que o meu! Você é linda, Sirlene, amo ter você em minha vida!

À minha amiga Keise Inácio, por dividir comigo, há alguns anos, a rotina tão extensa e por sempre me incentivar a prosseguir. Por compreender minhas ausências e por manter viva a chama da nossa amizade. Você é incrível.

À minha amiga Adriana Souza, por ter chegado tão repentinamente em minha vida e quando eu mais precisava. Por seus abraços sempre tão calorosos, por seu amor, por seu coração gigantesco – e não é uma hipérbole, viu? Isso é real! Por me fazer amar mesa posta, por embarcar nas minhas loucuras diárias, pela paciência. Obrigado por amar meus filhos e por todo o suporte necessário. Eu amo amar você, Mary Adriene! Você é o amor em sua mais linda forma de ação e expressão.

Ao meu amigo Paulo Ricardo Silva Lima, por acreditar em mim, por me ajudar desde o processo seletivo até hoje! Você é um exemplo. Será que consigo ser 1% do que você já é? Ojalá! Muito obrigado!!!

Às queridas amigas Carolina Feitoza e Roseane Amaral, minha eterna gratidão pelas boas vibrações, pelos encontros maravilhosos e por terem os abraços e sorrisos mais afetuosos que poderiam existir! Eu amo estar ao lado de vocês, pois sinto-me recarregado e pronto para enfrentar qualquer batalha!

Aos meus colegas de curso do PPGCI. Por tornarem essa jornada leve e me arrancarem sorrisos no momentos de pura tensão. Estou torcendo por vocês!

Ao meu querido orientador, Andrew Beheregarai Finger, por toda paciência com meus questionamentos. Por toda dedicação a mim e à elaboração dessa dissertação. Por sempre responder meus *Whatsapps* com prontidão e da melhor forma. Ainda bem que nossos caminhos se cruzaram. Saiba que essa dissertação é fruto do nosso trabalho e parceria. Muito obrigado!

À banca examinadora, Prof. Dr. Marcos Aparecido Rodrigues do Prado, Profa. Dra. Martha Suzana Cabral Nunes e Prof. Dr. Vilmar Antonio Gonçalves Tondolo, saibam que todas as contribuições ao longo desse processo foram fundamentais para que essa pesquisa chegasse até aqui. Muito obrigado por cada um dos apontamentos!

Filipe Torres de Melo

“São injustas todas as acções que se referem ao direito de outros homens cujas máximas se não harmonizem com a publicidade”.
Kant, *in* A Paz Perpétua.

RESUMO

A informação sempre foi essencial ao ser humano ao longo das décadas, mas ganha grande destaque na contemporaneidade, principalmente com o fenômeno globalizacional. Nesse sentido, emerge a vitalidade da Ciência da Informação (CI) como domínio que lida com as questões informacionais concernentes à acessibilidade, à divulgação e à usabilidade. Esse entendimento da CI é essencial para que haja um melhor redirecionamento pelos construtos que se dedicam a buscar relações com ela, como é o caso da Gestão da Informação e do *Information Management Capability (IMC)*. Visto isso, esta pesquisa tem como objetivo geral Compreender como o IMC pode influenciar a Transparência na Gestão Pública, auxiliando na aplicabilidade da Lei de Acesso à Informação. Também, espera-se, desta pesquisa, a identificação dos motivos que levam a Gestão Pública Municipal a não promover a transparência em sua totalidade e o *Information Management Capability* como promotor desse processo. Quanto aos aspectos metodológicos, compreende-se como uma pesquisa descritiva e exploratória. No que diz respeito à abordagem, esta pesquisa é qualitativa. O objeto de análise é a gestão pública municipal, que é responsável por gerir os portais de transparência. Sendo assim, foram analisados os 3 municípios mais bem avaliados pela Controladoria Geral da União, em 2021, com os melhores índices na escala de transparência de Alagoas, a saber: Campo Alegre, Maceió e Delmiro Gouveia, em que estabeleceram-se as variáveis que os levaram a ser considerados os mais transparentes, bem como, analisou-se a pesquisa aplicada pela CGU aos municípios alagoanos com seus resultados. Também, foi avaliado o questionário enviado ao Gestor responsável pelo Portal de Transparência do município de Maceió, que teve o objetivo de analisar a Capacidade da Gestão da Informação (IMC) dentro das organizações públicas, além de avaliar o IMC e como se processa a segurança e eficiência dos dados dentro dos portais de transparência. Logo, foi possível perceber a relação direta entre os construtos de Mithas (2011) e Carmichael (2011) e como o *Information Management Capability* (IMC) auxilia na transparência pública, visto que atua diretamente dentro da gestão municipal, utilizando-se da combinação de recursos disponíveis e capacidades organizacionais para responder às mudanças necessárias no ambiente, como é o caso das informações contidas nos Portais da Transparência.

Palavras-Chave: Informação. *Information Management Capability*. Lei de Acesso à Informação. Transparência.

ABSTRACT

Information has always been essential to human beings over the decades, but it gains great prominence in contemporary times, especially with the phenomenon of globalization. In this sense, the vitality of Information Science (IC) emerges as a domain that deals with informational issues concerning accessibility, dissemination and usability. This understanding of IC is essential for better redirection by the constructs that are dedicated to seeking relationships with it, as is the case of Information Management and Information Management Capability. Given this, this research has the general objective of studying how Information Management Capability can influence Transparency in Public Management, assisting in the applicability of the Access to Information Law. This research is also expected to identify the reasons that lead Municipal Public Management to not promote transparency in its entirety and Information Management Capability as a promoter of this process. As for methodological aspects, it is understood as descriptive and exploratory research. Regarding the approach, this research is qualitative. The object of analysis is municipal public management, which is responsible for managing transparency portals. Therefore, the 3 municipalities best evaluated by the General Comptroller of the Union, in 2021, with the best indexes on the Alagoas transparency scale were analyzed, namely: Campo Alegre, Maceió and Delmiro Gouveia, in which the variables that led them to be considered the most transparent, as well as analyzing the research applied by CGU to municipalities in Alagoas with its results. Also, the questionnaire sent to the Manager responsible for the Transparency Portal of the municipality of Maceió was evaluated, which aimed to analyze the Information Management Capacity (IMC) within public organizations, in addition to evaluating the IMC and how security is processed and data efficiency within transparency portals. Therefore, it was possible to perceive the direct relationship between the constructs of Mithas (2011) and Carmichael (2011) and how Information Management Capability (IMC) assists in public transparency, as it acts directly within municipal management, using a combination of available resources and organizational capabilities to respond to necessary changes in the environment, as is the case with the information contained in the Transparency Portals.

Keywords: Information. Information Management Capability. Access to Information Law. Transparency.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Definições multifacetadas acerca do conceito de Informação.....	28
Quadro 02: Conceitos de Gestão da Informação.....	31
Quadro 03: Definições de IMC.....	38
Quadro 04: Questionário aplicado pela CGU – Transparência Ativa.....	61
Quadro 05: Questionário aplicado pela CGU – Transparência Passiva.....	62
Quadro 06: Protocolo de Pesquisa em Portais de Transparência.....	63
Quadro 07: Definição de municípios, conforme os critérios estabelecidos.....	64
Quadro 08: Questionário Escala Brasil Transparente – Avaliação 360º – Campo Alegre, Maceió e Delmiro Gouveia.....	69
Quadro 09: Informações que precisam estar contidas, de forma obrigatória, nos portais de transparência.....	76
Quadro 10: Técnicas de Fiscalização mais comuns.....	77
Quadro 11: Comparação entre os portais.....	120
Quadro 12: Relação entre os construtos e questionário aplicado.....	122
Quadro 13: Estudo e Dimensão.....	125

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Ranking de Transparência.....	60
---	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CGU	Controladoria Geral da União
CI	Ciência da Informação
CGI	Comitê Gestor da Internet
E-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
GI	Gestão da Informação
IMC	<i>Information Management Capability</i>
IOT	<i>Internet of Things</i>
LAI	Lei de Acesso à Informação
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
RSL	Revisão Sistemática de Literatura
SIC	Serviço de atendimento ao cidadão
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UFAL	Universidade Federal de Alagoas

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Quesitos EBT - Avaliação 360°.....	66
Figura 02: Resultado geral – EBT – Avaliação 360° – 2ª Edição – Estados e Distrito Federal.....	68
Figura 03: EBT – Avaliação 360° – 2ª Edição – Indicadores gerais.....	69
Figura 04: Sítio do Portal de Transparência de Campo Alegre.....	78
Figura 05: Aba Planejamento e execução orçamentária.....	79
Figura 06: Folha de Pagamento.....	81
Figura 07: Publicações.....	82
Figura 08: Legislações.....	83
Figura 09: Biblioteca virtual.....	84
Figura 10: Serviço de Informação ao Cidadão.....	85
Figura 11: Ouvidoria.....	86
Figura 12: Diário Oficial Municipal.....	86
Figura 13: Diárias.....	87
Figura 14: Bilhetes de Passagens.....	87
Figura 15: Licitações.....	88
Figura 16: Contratos.....	89
Figura 17: Convênios e Operações de Crédito.....	90
Figura 18: Processos.....	90
Figura 19: Autenticação de Documento.....	91
Figura 20: Dispensa e Inexigibilidade.....	92
Figura 21: Sítio do Portal de Transparência de Maceió.....	94
Figura 22: Planejamento Orçamentário.....	95
Figura 23: Programação Financeira.....	95
Figura 24: Receita.....	96
Figura 25: Despesas.....	97
Figura 26: Servidores.....	97
Figura 27: Licitações.....	98
Figura 28: Contratos.....	99
Figura 29: Convênio.....	99
Figura 30: Termos de Parceria.....	100

Figura 31: Demonstrativos Contábeis.....	100
Figura 32: Legislação.....	101
Figura 33: Obras.....	102
Figura 34: Orçamento da Criança e do Adolescente.....	102
Figura 35: Índices Fiscais.....	103
Figura 36: Emendas Cidadãs.....	104
Figura 37: Maceió IN.....	105
Figura 38: Conselhos.....	105
Figura 39: Glossário.....	106
Figura 40: Perguntas Frequentes.....	107
Figura 41: Plano de Ação SIAFIC.....	107
Figura 42: Painel de Manifestações.....	108
Figura 43: Links de Acesso.....	108
Figura 44: Sítio do Portal de Transparência de Delmiro Gouveia.....	109
Figura 45: Institucional.....	110
Figura 46: Receitas.....	111
Figura 47: Despesas.....	112
Figura 48: Diárias.....	113
Figura 49: Servidores.....	113
Figura 50: Licitações.....	114
Figura 51: Contratos.....	115
Figura 52: LRF.....	116
Figura 53: Publicações.....	116
Figura 54: ESIC.....	117

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Problema de Pesquisa	20
1.2 Objetivo Geral	21
1.3 Objetivos Específicos	21
1.4 Justificativa	21
1.5 Estrutura da Dissertação	24
2 REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1 Ciência da Informação e Gestão da Informação	24
2.1.1 Gestão da Informação	30
2.2 Information Management Capability	35
2.2.1 <i>Information Management Capability</i> na Gestão Pública	40
2.2 Acesso à Informação	42
2.3.1 Democratização da Informação	45
2.3.2 Lei de Acesso à Informação	47
2.3.3 Transparência da Informação	50
2.3.4 Governo Eletrônico e Governança Eletrônica	53
3 METODOLOGIA	56
3.1 Caracterização da Pesquisa	56
3.2 Delimitação da Pesquisa	57
3.3 Técnicas e Instrumentos de Coletas de Dados	59
3.4 Técnicas de Análise de Dados	63
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	64
4.1 Análise dos Questionários Escala Brasil Transparente – Avaliação 360º aplicados aos municípios de Maceió, Delmiro Gouveia e Campo Alegre e dos seus resultados	65
4.2 Análise dos portais de transparência	76
4.3.1 Análise do Portal de Transparência do Município de Campo Alegre	77
4.2.2 Análise do Portal de Transparência do Município de Maceió	92
4.2.3 Análise do Portal de Transparência do Município de Delmiro Gouveia	109
4.3 Análise Geral dos Portais de Transparência municipais de Campo Alegre, Maceió e Delmiro Gouveia	118
4.4 Quadro Comparativo entre os três portais	120

4.5 Análise do questionário aplicado ao gestor do município de Maceió	121
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS	131
APÊNDICE A	140

1 INTRODUÇÃO

O processo globalizacional, observado principalmente no início dos anos 1990, somado ao avanço tecnológico e científico, proporcionou uma série de mudanças nas relações sociais, possibilitando, assim, uma aproximação entre países e a quebra de barreiras geográficas, como também facilitando o fluxo de informações, intensificado, em especial, pelas mídias digitais. Outrossim, Echeverria (2018) complementa que essas transformações tecnocientíficas alcançaram, também, o contexto científico, como as ciências humanas e sociais.

Também, restou claro que os mecanismos de armazenamento da informação têm passado severamente por mudanças diante do avanço científico e do acesso cada vez mais facilitado à internet. Tal fato pode ser visualizado em detrimento da adaptação do tecido social aos aparatos tecnológicos disponibilizados hoje, principalmente aqueles que dizem respeito às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

Diante disso, estudiosos do campo da Ciência da Informação comumente têm se inquietado com o avanço e com o desenvolvimento de padrões e modelos que forneçam uma maior qualidade e confiança “na representação, no armazenamento e na posterior disseminação da informação, de forma a estudar os conceitos, os procedimentos e os métodos de descrição que garantam sua adequada recuperação” (Cerrao; Castro, 2020, p. 1).

Sendo assim, diante desse avanço tecnológico nos meios científicos, em especial os que tratam da informação, entendê-la e geri-la adequadamente, principalmente com o surgimento da Internet das Coisas (IOT), da *Deep Web*, *Big Data*, entre outros, abre espaço para o desafio na capacidade de compreender e gerir os distintos tipos de informação (Demir, 2012).

Dada a importância desse contexto tecnológico, as organizações se fazem essenciais, sejam elas públicas ou privadas, uma vez que estão imbuídas de todos os tipos de informação, como preconizado por Davenport et al. (2012). Também, começa a surgir, com isso, a necessidade de um melhor desenvolvimento e entendimento das capacidades de cada uma dessas organizações a fim de que as informações contidas nesses sistemas organizacionais sejam bem distribuídas e aproveitadas (Bharadwaj et al., 2013). Dessa forma, depreende-se a importância que a capacidade organizacional possui, uma vez que ela permite à Gestão Pública otimizar seu desempenho de transparência a fim de atingir todos os seus objetivos.

A partir disso, destaca-se o *Information Management Capability* (IMC) como uma habilidade para que se possa fazer a Gestão da Informação que tem a capacidade de compreender o uso das tecnologias pelos humanos, promovendo os recursos necessários para gerenciar a informação nas organizações, tanto em âmbito externo quanto interno.

Desse modo, é importante destacar que, como observa Cassiolato e Lastres (2017, p. 19) “[...] a capacidade de gerar e difundir inovações tem sido crescentemente vista como elemento ainda mais estratégico na nova ordem mundial”. Sabendo-se que as tecnologias proporcionam maior fluidez da informação, a gestão pública brasileira, utilizando-se da sua capacidade organizacional, tem abarcado diversos mecanismos para auxiliar no desenvolvimento de serviços prestados à sociedade, bem como atender aos direitos e princípios constitucionais, como direito à informação e princípio da publicidade, e legislações específicas.

Assim, para este trabalho, faz-se imperioso o destaque dos aspectos relacionados ao acesso à informação pública dentro dos municípios do estado de Alagoas, os quais deram margem para que fossem realizados trabalhos acadêmicos nessa área, porém, deixaram uma lacuna no que concerne aos obstáculos encontrados para o cidadão ter um melhor acesso e entendimento da informação pública. Também, é essencial que seja compreendido o fato de os municípios possuírem a capacidade adequada para gerir essa informação dentro dos portais de transparência, em que o *Information Management Capability* pode ser o responsável por ajudar a melhorar as relações de transparência pública.

Dessa forma, em consonância com a necessidade de elucidar os cidadãos acerca das informações, bem como os documentos públicos privados, foi aprovada, em 18 de novembro de 2011, a Lei 12.527, denominada de Lei de Acesso à Informação (LAI), entrando em vigor em maio de 2012, com o fito de transformar as relações documentais do estado em relações de transparência. Visto isso, destaca-se que a criação da referida Lei é ratificada por Capurro (2003, p.7), quando aborda que existem paradigmas envolvendo a sociedade, e que “[...] o Paradigma Social tem muita influência para a justificativa de transparência entre as informações e os sujeitos receptores, visto que é contrário à necessidade de ter registros contidos apenas em documentos”.

Como destacam Geraldês e Reis (2012), existem duas formas sobre as quais a informação deve ser publicizada, a saber: a transparência ativa e a passiva. Sendo

assim, sabe-se que a transparência ativa se refere àquela que tem o seu conteúdo oferecido por iniciativa da instituição, sem a necessidade de um requerimento feito pelo cidadão. Nesse sentido, vê-se que o site do Acesso à Informação, do Governo Federal, caracteriza como transparência ativa as seções de acesso às informações dos sites dos órgãos e entidades e os portais de transparência. Por outro lado, entende-se por transparência passiva aquela que se reserva às informações públicas em atendimento a demandas específicas de uma pessoa física ou jurídica, seja por meio do SIC físico do órgão ou pelo e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão) que são responsáveis pela coleta de demanda e resposta pelos parâmetros da Lei.

Diante do exposto, alinhando-se à Ciência da Informação, é possível constatar que uma das formas encontradas para se entender o construto de Gestão da Informação é por meio do *Information Management Capability* (IMC), uma vez que ele atua para o desenvolvimento das organizações e da própria Gestão da Informação, abarcando variadas questões concernentes à Gestão Pública, como é o caso da própria transparência da informação dentro do setor público.

Nesse entendimento, chegou-se ao entendimento de que o *Information Management Capability* (IMC) pode auxiliar nesse processo de transparência, visto que a Gestão pública é dotada de capacidade para isso. Em tempo, frise-se que, quanto ao IMC, serão levados em consideração estudos de teóricos clássicos que são sempre citados dentro das pesquisas mais recentes, como é o caso dos construtos estudados por Carmichael (2011) e Padhtare (2011), uma vez que eles estão ligados à Gestão da Informação com apoio à transparência e servirão de alicerce para o embasamento teórico desta pesquisa. Tendo isso em vista, esta pesquisa almeja a junção dos construtos dos dois autores, pois ambos lidam com a Gestão da Informação.

Desse modo, resta clara a importância de se relacionar a transparência com a Gestão da Informação, em que o IMC pode ser considerado a habilidade para ajudar a desenvolver e dar suporte à organização, a fim de que se haja uma relação mais harmônica dentro do setor público.

1.1 Problema de Pesquisa

Diante das exigências legais, os municípios brasileiros foram obrigados a desenvolverem portais de transparência para realizarem a publicidade das informações referentes às atividades desenvolvidas pelos entes públicos. De acordo com Cesar Silva, et al. (2017, p. 39), o portal é uma “[...] ferramenta que tem por finalidade divulgar detalhadamente os gastos federais realizados pelos órgãos e entidades da administração pública”. Esse sítio eletrônico comporta diversas informações, como aquelas afetivas a licitações e contratos, receitas e despesas, obras públicas, dentre outras, que sejam acessíveis à sociedade. Contudo, é notório destacar que “[...] a mera disponibilização de informações relevantes sobre orçamento, receitas e despesas em um portal da transparência pelo município não garante o cumprimento do direito à informação, tampouco a transparência se realiza” (Forte, 2020, p. 437). Logo, é importante que as informações sejam de fácil acesso e compreensão para que a sociedade possa realizar controle e fiscalização das atividades públicas.

Não obstante, apesar da existência dos portais, um levantamento feito pelo Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, em 2019, mostrou que 11 municípios alagoanos ainda não cumprem nenhuma das exigências da Lei da Transparência e 80% dos 102 municípios alagoanos cumprem parcialmente. Nessa lógica, devido à ausência desse meio de divulgação das ações ocorridas em alguns municípios, indaga-se sobre os gastos e demais ações promovidas por determinado município.

A partir dessas definições, esta pesquisa visa, também, realizar o elo entre o acesso à informação pública e às legislações pertinentes à publicidade, transparência da informação e direito à informação, buscando reflexões sobre a atual visão e como outras políticas de comunicação contribuem para o aprimoramento do diálogo entre Estado e sociedade, de forma a promover harmonia e coesão social em sua plenitude.

Sabendo-se que o direito à informação deve ser cumprido pela gestão pública e que os municípios alagoanos, por meio dos portais de transparência, devem promover maior publicidade e acesso às informações, emerge a seguinte questão problema: *Como o Information Management Capability contribui com a aplicação da Lei de Acesso à Informação para a Transparência?*

Dessarte, como observam Souza (2015) e Araújo (2018), a Ciência da Informação é um campo científico interdisciplinar, o qual comporta pesquisas relacionadas à informação em diversos contextos com outras disciplinas. Logo, nota-

se que essa pesquisa se alinha à Ciência da Informação quando se tem o entendimento de que um dos objetos de investigação da área, de acordo com Capurro (2003), é a disseminação da informação e suas formas de organização.

1.2 Objetivo Geral

Como uma forma de solucionar o problema de pesquisa, este estudo tem o seguinte objetivo:

Compreender como o *Information Management Capability* pode influenciar a Transparência na Gestão Pública, auxiliando na aplicabilidade da Lei de Acesso à Informação.

1.3 Objetivos Específicos

Também, com o intuito de alcançar o objetivo acima, são propostos os seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar o *Information Management Capability* da Gestão Pública municipal e sua forma de dar publicidade à informação nos portais de transparência;
- b) Caracterizar as informações disponíveis nos portais de transparência municipais alagoanos;
- c) Verificar a relação entre o *Information Management Capability* para o atendimento das legislações referentes à transparência da informação e direito à informação;
- d) Analisar o *Information Management Capability* e explorar sua relação com o funcionamento dos mecanismos de usabilidade e acessibilidade dos portais de transparência dos municípios alagoanos.

1.4 Justificativa

O tema proposto tem uma relevância ímpar para a sociedade brasileira, na medida em que uma das ideias centrais dessa pesquisa é a demonstração de que há meios válidos para alinhar estado e sociedade, sendo eles frutos de diversos fatores sociais e econômicos dentro do tecido social brasileiro. Ademais, é oportuno pontuar a extrema necessidade de equalização no entendimento acerca do que é vivido e exercido dentro do que é tido como transparência ativa nos municípios alagoanos e se

há lacunas existentes que sejam capazes de obscurecer o entendimento da sociedade sobre o pleno acesso à informação, sabendo que os municípios possuem Capacidade para gerirem as informações adequadamente, a exemplo do *Information Management Capability*, que pode auxiliar nesse processo de transparência da Gestão Pública. Também, o caráter empírico dessa pesquisa é relevante, haja vista que o IMC auxiliará a Gestão Pública, algo extremamente positivo para os profissionais do setor público.

É observado, dessa forma, que, devido a esse contexto informacional, várias pesquisas na área da GI foram sendo consolidadas nas últimas décadas, abarcando temas variados, situação esta que restou em uma fragmentação do conhecimento, deixando inúmeras lacunas sobre temáticas pertinentes à Gestão da Informação. Então, para supri-las e buscar uma melhor solidificação no processo de desenvolvimento argumentativo da pesquisa, sendo as de GI o objeto deste trabalho, fica clara a necessidade de um embasamento teórico maior em questões pertinentes à atualidade, como o *Information Management Capability*, para a construção do discurso acadêmico-científico, sendo estas pesquisas uma forma de reconhecimento dos trabalhos já publicados na área de interesse comum e, da mesma forma, ajudar no corpus discursivo dos estudos científicos pretendidos (Oliveira et al., 2022).

Essa pesquisa traz uma contribuição teórica para a academia em virtude de ser uma discussão bastante atual, em que a Ciência da Informação não aborda, muitas vezes, o *Information Management Capability* e sua relação com a transparência, bem como com a Lei de Acesso à Informação. Assim, sabe-se que, durante as últimas décadas, o mundo esteve com os olhares voltados para o acesso à informação e transparência da informação como direito exclusivo do Estado, individualizando, várias vezes, informações que são de interesse público. Assim, a Gestão da Informação, por meio de um de seus construtos, o *Information Management Capability*, vem para auxiliar nesse processo de transparência e acesso à informação, bem como no processo de organização da informação dentro do setor público.

Visto isso, observa-se que a Carta Magna brasileira de 1988 traz, em seu arcabouço legal, alguns princípios explícitos e implícitos para regularizar o direito e as atividades da Administração Pública brasileira, como a Legalidade, a Publicidade e a Eficiência. No mesmo sentido, a Constituição vigente garante o direito do cidadão em obter informações dos entes públicos e ter acesso a estas, promovendo-o a um terceiro fiscal.

O Tribunal de Contas do Estado, com o intuito de garantir a efetividade e o devido cumprimento da Lei de Acesso à Informação, realizou uma pesquisa, em 2019, a qual demonstrou que, apesar da obrigatoriedade da Lei, 11 municípios de Alagoas não cumprem com a transparência ativa, dentre eles estavam Batalha, União dos Palmares e Barra de São Miguel. Complementarmente, a mesma pesquisa mostrou que, além dos que não cumprem nenhuma das exigências da referida Lei, 80% dos 102 municípios alagoanos cumprem a lei parcialmente. Ainda nesse raciocínio, a Controladoria Geral da União publicou dados recentes da 2ª edição da Escala Brasil transparente – Avaliação 360º, realizada de 1 de abril a 31 de dezembro de 2020, em que foram avaliados 11 municípios alagoanos, e destacaram-se Delmiro Gouveia, Maceió e Campo Alegre, os quais receberam conceito superior à média nacional e, por esse motivo, foram escolhidos como alvo de análise desta pesquisa.

No que diz respeito ao pesquisador, o estudo dos mecanismos tecnológicos, em especial os que trabalham o acesso à informação e como ela chega até a sociedade, sempre foi o acometimento de uma grande curiosidade pela ideia de como isso influencia o modo de pensar sobre o Estado e sua transparência na vida da sociedade. Tendo em mente as inúmeras conceituações de Gestão da Informação trabalhadas pelas áreas do conhecimento, inclusive pela Ciência da Informação, surgiu o interesse em aprofundar em um de seus construtos – *Information Management Capability* – e como ele pode auxiliar, já que é responsável por organizar a informação dentro do setor público, pela transparência da informação na Gestão Pública.

Esse interesse pode ser bem justificado pela perspectiva de Buckland (1991, p.1), ao preconizar que “[...] a informação tem a ver com tornar-se informado, com a redução da ignorância e da incerteza”, ou seja, com o pleno acesso à informação, a população poderá acompanhar todas as atividades dos órgãos públicos.

Assim, esta pesquisa alinha-se, harmoniosamente à área de concentração Informação, Tecnologia e Inovação, bem como a Linha de Pesquisa - Informação, Comunicação e Processos Tecnológicos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

1.5 Estrutura da Dissertação

Diante do exposto, esta dissertação estrutura-se em 5 seções, sendo a primeira esta Introdução, na qual são apresentados a contextualização, a questão problema, os objetivos gerais e específicos. Na segunda, abordar-se-á o Referencial Teórico, que dará o alicerce necessário para a confiabilidade e enraizamento desta pesquisa. A terceira seção trará o caminho metodológico traçado para a elaboração deste trabalho. Mais adiante, a quarta seção discorrerá sobre as análises e os resultados obtidos ao longo da pesquisa. Por fim, na quinta seção, serão descritas conclusões acerca do que foi pesquisado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Inserir-se, nesta seção, a revisão de literatura, que alicerça a pesquisa desta Dissertação, sendo subdividida em três subcapítulos: Ciência da Informação e Gestão da Informação; *Information Management Capability (IMC)*; e Acesso à Informação e Transparência da Informação. Nesse sentido, de uma forma que o assunto possa ser introduzido, contextualiza-se, primeiramente, a Ciência da Informação, traçando-se um breve esboço histórico e sua relação com a própria informação, em seguida, traça-se um delineado acerca da busca por uma definição de Gestão da Informação. No segundo subcapítulo, busca-se delinear acerca da importância do IMC e, também, demonstrar a sua relação com a Gestão Pública. Por conseguinte, o terceiro subcapítulo aborda o Acesso à Informação, em que será descrita a forma como a Informação é democratizada, trazendo o contexto da Lei de Acesso à Informação, como também, sua aplicabilidade para a Transparência na sociedade, além de discorrer sobre os conceitos do Governo Eletrônico e Governança Eletrônica, sendo destacada a vitalidade desta última diante do contexto tecnológico atual.

2.1 Ciência da Informação e Gestão da Informação

A compreensão acerca do percurso histórico do saber científico, tomando como ponto de partida análises dos escritos e dos pesquisadores, é uma temática relevante para uma melhor elucidação sobre a história das ciências e para a filosofia da ciência. Nesse contexto, ao ser entendida como uma área interdisciplinar ou, também, transdisciplinar, a história da Ciência da Informação acabou por ser influenciada por vários outros domínios do conhecimento científico.

Nesse sentido, Saracevic e Wood (1981) classificam o termo “informação” como algo tão necessário quanto a energia e a matéria, demonstrando que todos os sistemas vivos, dos mais simples aos mais complexos, tecidos, organismos, células, sistemas, órgãos, são impelidos pelo processamento de energia e de matéria, por um lado, e por informações, por outro. Desse modo, várias concepções de “informação” são factíveis, estando elas passíveis de múltiplas interpretações a depender da fonte e do contexto situacional de onde ela venha.

À vista disso, é visível a necessidade de uma atenção maior no que diz respeito aos aspectos relacionados ao conceito de informação, juntamente à identificação da necessidade de interpretação dela— ou do conteúdo informacional — para que não haja uma confusão entre o que é informação, qual é o significado da informação e qual é o papel da Ciência da Informação.

Além disso, Buckland (1991), defendeu que, de fato, existem vários sentidos e conceitos para o termo “informação”, ratificando a visão dos estudiosos predecessores. Também, é pertinente destacar que, em sua obra, Buckland (1991) traz à baila três categorias de “informação”, são elas:

A) Informação como processo: refere-se à ação de informar; no momento em que alguém é informado, o que se sabe é alterado; B) informação como conhecimento: está relacionada ao que é percebido na informação como processo, é a informação que é absorvida, entendida. É intocável e não pode ser medida, pois é algo abstrato; por exemplo, as convicções e opiniões, que pertencem a cada indivíduo; C) informação como coisa: faz alusão à informação documentada. Por isso é palpável, pois pode ser expressa, descrita ou representada de alguma maneira (Buckland, 1991, p. 354).

Ainda de acordo com o autor, a noção de “informação como coisa” tem sido bem mais discutida hodiernamente e sempre é usada, por esse motivo, uma abordagem indireta. Nesse entendimento, observa-se que existem múltiplas variáveis concernentes à informação e elas incluem dados, textos, documentos, objetos e eventos, fatos que ultrapassam a comunicação.

Nessa seara, Buckland (1999), enfatiza que o sentido da palavra informação é muito amplo e não pode ficar restrito apenas a algo específico, visto que limitar a palavra a uma denominação genérica torna a informação algo superficial e, por esse motivo, foram observadas variedades que podem ajudar a melhorar a compreensão acerca desse fenômeno. O autor traz à baila três significados de informação que são essenciais para que se chegue a um denominador comum e que abrem terreno para a atuação da Ciência da Informação, são eles: Informação como processo, que diz

respeito à ação de ser o receptor ou transmissor de algum fato; Informação como Conhecimento, o qual assume a definição no que diz respeito a um conhecimento previamente comunicado sobre algum fato; e Informação como Coisa, que é o ato de transmitir conhecimento e pode ser atribuído a objetos, tais como dados e documentos.

Rafael Capurro (1985, p. 1) discorre sobre isso ao afirmar que a Ciência da Informação tem a informação como seu objeto de estudo e que ela *“increasingly acquainted with advanced problems of knowledge representation, processing and retrieval, some implicit epistemological questions and models within this field have been the subject of discussions”*¹. Ou seja, observa-se que, cada vez mais, a Ciência da Informação tem se tornado um domínio que possui grande relevância e contribuição para o desenvolvimento do tecido social hodierno, principalmente por se debruçar em temáticas que impactam diretamente na vida da sociedade, como é o caso da gestão da informação e do conhecimento, considerados, atualmente, o alicerce para o desenvolvimento social e econômico.

Capurro (2003, p. 141) também agrega à discussão quando deixa clara a dificuldade existente para se chegar a um denominador comum no que diz respeito à unificação do conceito de informação. Para o autor, por causa das “[...] dificuldades encontradas na definição do conceito básico para o campo – a informação e a interdisciplinaridade que caracterizam a área, mesmo temas simples podem tornar-se complexos e controversos”, ou seja, devem ser avaliados os múltiplos contextos e as abordagens distintas em que a informação se processa, bem como sua função dentro deles, como ocorre na Ciência da Informação.

Nesse sentido, Araújo (2018, p. 34) entende a importância de se fazer a relação entre a Ciência da Informação com as outras áreas do conhecimento como algo extremamente necessário e que vem sendo discutido há décadas, tendo seu início como uma crítica ao modelo cartesiano, “que previa compartimentalizações e fronteiras muito bem definidas entre as disciplinas”, algo que foi refutado, já que foi demonstrado que a Ciência da Informação é interdisciplinar devido ao fato de abarcar conceitos informacionais para todas as outras áreas do conhecimento científico.

¹ Cada vez mais familiarizados com problemas avançados de representação, processamento e recuperação de conhecimento, algumas questões e modelos epistemológicos implícitos neste campo têm sido objeto de discussões (Capurro, 1985, p.1, tradução nossa).

Dessa forma, para a CI, principalmente no que concerne às definições, características e esboço histórico, observa-se que o conceito mais propício para esse domínio é aquele que o entende, de acordo com Anna (2018, p. 352), “como o conjunto de métodos e técnicas utilizados em prol da sistematização da informação registrada, ou seja, a informação documentária”. Isto é, esse domínio contém diversos aspectos e possui como um de seus objetivos precípuos estudar:

[...] o corpo de conhecimentos relacionados à origem, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação, e utilização da informação. Isto inclui a pesquisa sobre a representação da informação em ambos os sistemas, tanto naturais quanto artificiais, o uso de códigos para a transmissão eficiente da mensagem, bem como o estudo do processamento e de técnicas aplicadas aos computadores e seus sistemas de programação [...] (Borko, 1968, p. 1-2).

Nesse entendimento, a Ciência da Informação avançou para a cientificidade, garantindo o gerenciamento da informação e do conhecimento, em todas as áreas do tecido social, bem como em muitas instituições e organizações. Também, é visível que ela tem se alicerçado em distintos paradigmas, “cujo objetivo é viabilizar o uso da informação pelos humanos, sendo que as tecnologias da informação e comunicação, bem como o usuário da informação, representam paradigmas dominantes na área” (Le Coadic, 2004).

Ainda na perspectiva do autor, o domínio da CI tem se utilizado dos aparatos tecnológicos atuais a fim de tornar propício o avanço exponencial do sistema industrial de “informação na sociedade, sendo que novos serviços informacionais se ampliam à medida que as redes de colaboração passam a ser utilizadas por pesquisadores, empresas e pela sociedade em geral” (Le Coadic, 2004).

Além disso, destaca-se que, na contemporaneidade, a Internet é tida como a fonte de informação mais difundida, sendo a preferida pela sociedade para se obter notícias e estudar determinados assuntos, deixando para trás a televisão, jornais e rádio (Reuters, 2019). Contudo, deve-se levar em consideração que a informação não se restringe ao meio computacional, pelo contrário, ela está em tudo o que o ser humano faz, em todos os contextos situacionais os indivíduos são bombardeados por informações, do início ao fim do dia, sendo essencial a compreensão de como essas informações são processadas e disseminadas e, principalmente, se há uma pacificação ao se conceituar a informação hoje.

É possível observar, também, que, por mais que informação seja um termo comum a todos, principalmente no domínio da Ciência da Informação, não existe um consenso entre os pesquisadores para sua conceituação, algo que varia de acordo com a área a ser estudada. Nesse entendimento, observou-se que o termo informação não se limita a determinado domínio do conhecimento e, por esse motivo, não existe um consenso sobre sua definição, já que ela muda de acordo com cada domínio do conhecimento e com cada contexto. Visto isso, Pinto (2017, p. 62-63) descreve os principais autores que delinearão acerca do conceito de informação em um quadro, a saber:

Quadro 01: Definições multifacetadas acerca do conceito de Informação.

Belkin; Robertson (1976)	"[...] es lo que es capaz de transformar la estructura"
Bell, (1985)	"notícias, fatos, estatísticas, relatórios, legislação, códigos de impostos, decisões judiciais, resoluções e coisas pelo estilo".
Buckland (1991)	"[...] tem um caráter tangível...pode ser entendida 'como uma coisa', 'como conhecimento' e 'como um processo'"
Le Coadic (1996)	"[...] é um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual . . . Vende-se cada vez mais e em grande quantidade. . . .pois é o sangue da Ciência da Informação"
Cohen (2002)	"[...] qualquer coisa que possa ser digitalizada, transformada em um fluxo de bits...dados estruturados cuja forma e conteúdo são apropriados para um uso em particular, possuindo significado contextual, de utilidade, proporcionando incremento ao conhecimento estabelecido".
Côrtes (2010)	"[...] em geral, os termos dado e informação são tomados como sinônimos, sem maiores problemas. Mesmo assim, é necessário que seja feita uma distinção entre esses termos, o que será fundamental para a compreensão de como se desenvolvem o conhecimento, a inteligência e a sabedoria". (...) Quando os dados passam por algum tipo de relacionamento, avaliação, interpretação ou organização, tem-se a geração de informação. A partir do momento que os dados são transformados em informações, decisões podem ser tomadas".
Dicionário Houaiss (2003)	"[...] acto ou efeito de informar(-se); comunicação ou recepção de um conhecimento ou juízo; o conhecimento obtido por meio de investigação ou instrução; esclarecimento, explicação, indicação, comunicação, conjunto de actividades que têm por objectivo a colecta, o tratamento e a difusão de notícias junto ao público;acontecimento ou facto de interesse geral tornado do conhecimento público ao ser divulgado pelos meios de comunicação; notícia; conjunto de conhecimentos reunidos sobre determinado assunto; esclarecimento
Fogl (1979)	"Conteúdo do conhecimento e os juízos de valor fixados na informação, sem relação com as necessidades e interesses do sujeito, que avalia a informação em termos de sua veracidade, confiabilidade, conhecimento, adequação dos juízos de valor e assim por diante".
González de Gómez (2007)	"A la objetivación moderna de la 'información' como referenciadora de conocimiento parece necesario añadir nuevas figuras: o bien toma la forma de mercancía, pasando por los limites de la cultura cuando es definida preferentemente como

	recurso y bien, en el orden de la economía; o adquiere la forma del documento, pasando por los límites de la cultura para ser definida por la producción y gestión institucional, del orden de la sociedad”.
Hayes (1986)	“[...] a property of data resulting from or produced by a process performed upon the data. The process may be simply data transmission (in which case the definition and measure used in communication theory are applicable); it may be data selection; it may be data organization; it may be data analysis”.
Harrod's Librarian's Glossary and Reference Book (2000)	“Um conjunto de dados organizados de forma compreensível para comunicar uma mensagem que inclui desde o conteúdo apresentado nos mais diversos formatos até ao conhecimento pessoal dos membros de uma organização”.
Organización Internacional de Normalización (ISO, 1989)	“[...] es el hecho que se comunica; sería el mensaje utilizado para representar un hecho o una noción en un proceso de comunicación, con el fin de incrementar el conocimiento”
Marques; Vicente (2015)	“[...] é um ativo intangível das organizações”.
Marques (2017a)	“[...] é um fenómeno global da sociedade atual [...] conjunto infinito de ideias, de emoções, de experiências que só tem sentido ou valor se for modelada pelo ser humano, se lhe for dada uma determinada forma ou representação”.
Middleton (1999)	“[...] é o resultado do processo de assimilação e compreensão dos dados”
Oservatório de CI da UP	“[...] tem uma dupla funcionalidade semântica.)) Refere um fenómeno humano e social que compreende tanto o dar forma a ideias e a emoções (informar), como a troca, a efetiva interação dessas ideias e emoções entre seres humanos (comunicar)”.
Prax (2000)	“[...] implica a existência de um emissor e uma mensagem, a qual é subjetiva pois é criada por um sujeito, independentemente da existência de um recetor”.
Raskin (2003)	“É uma abstração de todo o significado que uma mensagem pode ter e de qualquer forma particular que uma mensagem pode tomar”.
Siegfried (2000)	“[...] não é uma abstração, mas está inexoravelmente ligada a uma representação física (...) Assim, o processamento da informação está inexoravelmente ligado ao universo material e suas leis”.
Silva; Ribeiro (2002)	“Conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com/pela interação social, passíveis de serem registadas num qualquer suporte material e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multidirecionada”.
Smit; Barreto (2002)	“Estruturas simbolicamente significantes, codificadas de forma socialmente decodificável e registradas (para garantir permanência no tempo e portabilidade no espaço) e que apresentam a competência de gerar conhecimento para o indivíduo e para o seu meio. Estas estruturas significantes são estocadas em função de uso futuro, causando institucionalização da informação”.
Valentim (2008)	“A informação pode ser considerada objeto, pois é a partir de uma informação explicitada em algum suporte, que visualizamos o conhecimento construído por um indivíduo ou grupo de indivíduos. Um relatório somente poderá existir, a partir da explicitação do conhecimento de alguém ou de um grupo. Por outro lado, a informação, também, pode ser um fenómeno, isto é, o indivíduo ou o grupo que elaborou o relatório necessitou realizar um processo cognitivo variável, após proceder diferentes ações cognitivas individuais e coletivas, como por exemplo, relacionar, isolar, associar, dissociar, analisar e sintetizar,

	obtido ao final do processo o conhecimento explicitado, no formato de relatório”.
Wilden (2001)	“[...] quantidade mensurável em bit (binarydigit)[...] é a interpretação ou significado dos dados; e é o produto do processamento dos dados [...] um conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes), socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material”.

Fonte: Pinto (2017).

Assim, resta claro que a Ciência da Informação, como domínio que lida com as questões de acessibilidade, divulgação e usabilidade da informação, ganha destaque na seara “das políticas de informação como alternativa de compreensão da informação como bem que deve ser coletado e gerido com vistas a ampliar as possibilidades de ser e de pertencer dos indivíduos inseridos na sociedade da informação” (Franco; Carvalho; Santos, 2019, p. 78).

Visto isso, é possível afirmar que a Ciência da Informação tem buscado se estabelecer como uma ciência autônoma, em especial, ao observar a construção das relações dela com as outras áreas do conhecimento ou disciplinas, sempre partindo de uma proposta interdisciplinar (Souza, 2015). Desse modo, independentemente de qual seja o modo com o qual essas informações sejam armazenadas, processadas e difundidas para a sociedade, ela é “informação como coisa” (BUCKLAND, 1991), ou seja, esse entendimento da Ciência da Informação é essencial para que se haja um melhor redirecionamento pelos construtos que se dedicam a buscar relações com ela, como é o caso da Gestão da Informação e do *Information Management Capability*, que serão discutidos nas seções adiante.

2.1.1 Gestão da Informação

Antes de tudo, é essencial destacar que o construto da Gestão da Informação é um objeto de estudo cada vez mais frequente em várias áreas científicas, tendo um grande destaque na Ciência da Informação. Por esse motivo, na literatura, são encontradas várias definições que se complementam e agregam valor ao construto. Nessa lógica, Matenga e Guaraldo (2022, p. 169) entendem que:

A gestão da informação insere-se no campo da Ciência da Informação, cujo objetivo central é lidar com o fluxo da informação dentro das organizações para a tomada de decisões de forma eficiente. Nesse processo, encontramos a informação como o elemento vital para funcionamento, operacionalização e geração de mudanças significativas para o sucesso das organizações.

Valentin et al. (2008) entendem que a Gestão da Informação (GI) pode ser compreendida como um conjunto de ações que objetivam a compreensão das dificuldades existentes dentro das organizações, tanto internas quanto externas, em que deve haver a identificação da informação processada dentro dessas instituições, bem como, precisa haver o mapeamento dos tipos de informação processada dentro delas, da filtragem, análise, organização, armazenagem e disseminação. Essas ações precisam ter como finalidade o auxílio dos processos internos e externos dessas organizações.

Ainda para os autores (2008, p. 188), também é fundamental que a Gestão da Informação possa abarcar todos os setores envolvidos dentro das organizações, “como, por exemplo, os setores que produzem, recebem, utilizam e disseminam informações dentro do espaço corporativo”, ou seja, a GI auxiliará em grande parte dos processos envolvidos nessas empresas.

Mais adiante, Pinto (2017) demonstra que foram encontrados os principais conceitos de GI, que puderam ser reunidos para início deste estudo e maior elucidação acerca deste construto:

Quadro 02: Conceitos de Gestão da Informação.

AIIM (2017)	“[...] is the collection and management of information from one or more sources and the distribution of that information to one or more audiences. This sometimes involves those who have a stake in, or a right to that information. Management means the organization of and control over the structure, processing and delivery of information”. ²	Para o autor (2017), falar em Gestão da Informação significa lidar com sua forma de organização e de controle, principalmente no que diz respeito à estrutura, ao processamento e à entrega da informação.
Choo (2003)	“Conjunto de atividades interligadas e encadeadas, relacionadas com a produção/aquisição, o tratamento, o registo e guarda, a comunicação e uso da informação (quer em suportes tradicionais quer em sistemas de informação baseados em computador), a fim de sustentar as operações e funções de gestão da organização, a TD e o controlo na organização. “modelo processual de gestão de informação devia abarcar toda a cadeia de valor da informação, começando pela identificação das necessidades de informação, passando pela aquisição, organização e armazenamento, produtos e serviços, distribuição da	Choo (2003) entende que é necessária a avaliação dos ambientes em que tal informação será processada, visto que isso será essencial para a compreensão do desenvolvimento e do papel da Gestão da Informação.

² “[...] é o armazenamento e gestão de informação de uma ou mais fontes, bem como a distribuição dessa informação a um ou mais públicos. Às vezes, isso envolve aqueles que têm interesse ou têm direito a essa informação. Gestão significa a organização e o controle sobre a estrutura, o processamento e a entrega da informação” (AIIM, 2017, tradução nossa).

	informação e fechando o ciclo com a utilização da Informação”.	
Davenport (1998)	“[...] um processo que trata de um conjunto estruturado de actividades que incluem o modo como as empresas obtêm, distribuem e usam a informação e o conhecimento”.	Para o autor (1998), que possui uma visão organizacional, todo o processo de GI inclui a forma como as informações serão processadas pelas empresas, armazenadas, distribuídas, além do fato de como a informação será utilizada dentro das organizações.
Pinto (2014)	“Consiste na gestão integrada de todo o ciclo de vida da informação, incluindo a identificação, compreensão, representação lógica e redesenho dos processos organizacionais e configurações físicas e/ou meios tecnológicos que modelam a sua produção, fluxo, uso, disseminação e preservação, no contexto da acção humana e social”.	Pinto (2014) identifica a necessidade de se observar a produção da informação desde o início do seu ciclo de vida. Além disso, é importante observar o contexto em que a informação está inserida.
Pinto (2016)	“Consiste no estudo, conceção, implementação e desenvolvimento dos processos e serviços inerentes ao fluxo infocomunicacional, permitindo a construção de modelos de operacionalização de máxima eficiência e rentabilização”.	O mesmo autor, em 2016, passa a se aprofundar nos estudos informacionais com um olhar voltado para o desenvolvimento dos processos envolvendo o fluxo informacional.
Silva (2006)	“Significa lidar, administrar, encontrar soluções práticas desde a génese até ao efeito multiplicador do fluxo da informação e compreende um conjunto diversificado de actividades, a saber: produção, tratamento, registo e guarda, comunicação e uso da informação. A vasta e complexa problemática ligada à produção da informação (do meio ambiente à estrutura produtora, a operacionalização e utilidade da memória orgânica, os atores, os objetivos, as estratégias e os ajustamentos à mudança) em contexto orgânico institucional e informal constitui o núcleo duro da Gestão de Informação propriamente dita”.	Silva (2006) percebe a complexidade envolvendo o processo de produção da Informação, a qual tem várias definições e objetivos dependendo do ambiente em que ela estará inserida.
Zorrinho (1997)	“[...] função que interliga e conjuga a concepção dos Sistemas de Informação com a concepção dinâmica da organização. É, em consequência, uma função de nível estratégico, que deve ser desempenhada ao mais alto nível da estrutura da organização (vice-presidência ou assessoria directa do presidente ou directorgeral). As suas atribuições são múltiplas e diferenciadas, sendo o gestor da informação, antes de mais, um controller estratégico. (...) Para além das capacidades pessoais de liderança e comunicação, o gestor de informação deve deter uma sólida formação de base em gestão, uma boa formação em planeamento, concepção e gestão de Sistemas de Informação (SI) e alguns conhecimentos	Para o autor (1997), a gestão da informação está associada ao nível da estrutura ou da organização, em que cada hierarquia desempenhará um papel estratégico com a informação.

	sobre tecnologias informáticas e sua evolução”.	
Wilson (1997)	<i>The application of management principles to the acquisition, organization, control, dissemination and use of information relevant to the effective operation of organizations of all kinds. 'Information' here refers to all types of information of value, whether having their origin inside or outside the organization, including data resources, such as production data; records and files related, for example, to the personnel function; market research data; and competitive intelligence from a wide range of sources. Information management deals with the value, quality, ownership, use and security of information in the context of organizational performance.</i> ³	Para o autor (1997), A Informação gerida pela GI refere-se a todos os tipos de informação de valor, quer tenham origem dentro ou fora da organização, incluindo recursos de dados, entre outros.

Fonte: Adaptado de PINTO (2017).

Diante das conceituações tidas pelos autores do quadro 2 acerca da GI, observa-se que, de fato, os termos e conceitos tanto podem se complementar quanto podem levar a uma confusão acerca da sua definição, “sendo usados termos diferentes para designar os mesmos conceitos e, noutros casos, termos iguais para se referirem a conceitos diferentes” (Pinto, 2017, p. 67). Contudo, o que se entende de todos os conceitos destacados pelos estudiosos é que a Gestão da Informação está diretamente relacionada à organização da Informação e, devido a isso, faz-se imperioso um saber mais aprofundado dela e dos meios que a envolvem, como é o caso da CI (Pinto, 2017).

Nessa seara, ainda é possível destacar a perspectiva de Detlor (2009) acerca da finalidade da Gestão da Informação (GI), pois, para ele, esse construto é o auxílio ao homem e às corporações ao acesso e gestão da informação de forma eficiente (Detlor, 2009).

Também, há que se falar sobre a inovação tecnológica e como a Gestão da Informação contribui para o bom funcionamento das organizações. A percepção acerca da Gestão da Informação como auxiliadora dos processos de inovação, dentro do contexto tecnológico atual, é capaz de auxiliar nas questões voltadas para a competitividade e assertividade nas decisões dentro das organizações, sejam elas

³ A aplicação de princípios de gestão à aquisição, organização, controle, disseminação e uso de informações relevantes para o funcionamento eficaz de organizações de todos os tipos. 'Informação' aqui refere-se a todos os tipos de informação de valor, quer tenham origem dentro ou fora da organização, incluindo recursos de dados, como dados de produção; registros e arquivos relacionados, por exemplo, à função de pessoal; dados de pesquisa de mercado; e inteligência competitiva de uma ampla variedade de fontes. A gestão da informação trata do valor, qualidade, propriedade, uso e segurança da informação no contexto do desempenho organizacional (Wilson, 1997, tradução nossa).

públicas ou privadas. Esse auxílio facilita os processos organizacionais, visto que os gestores serão capazes de criarem meios e estratégias para uma atuação mais eficaz, mesmo que a longo prazo. Então, é visível a relação intrínseca entre a GI e o processo de inovação organizacional, sobretudo por dar respaldo para as ações organizacionais (Valentim et al., 2021).

No tecido social contemporâneo, as informações passaram a ser tidas como meios valiosos no contexto das organizações, tendo em vista a forma que a organização lida com elas e como isso é extremamente importante para o desenvolvimento organizacional e, mais ainda, para o processo de inovação vivenciado hoje por elas, visto que buscam sempre melhores serviços e produtos. Além disso, vê-se que, diante do contexto capitalista cada vez mais emergente, em que a competitividade é grande, faz-se imperiosa a forma como as organizações gerenciam a informação dentro dos seus contextos, visto que isso pode contribuir fortemente para que as novas estratégias de inovação sejam estabelecidas (Valentim et al., 2021).

Valentim et al. (2021) destacam que, por ser um ativo de muita valia, a informação é tida como um elemento vital para que o conhecimento das organizações seja construído, ficando explícita sua vitalidade para o seu bom gerenciamento dentro das organizações. Nesse sentido, depreende-se que a informação, quando utilizada de forma estratégica pelas organizações, constitui-se como um meio que garantirá um alicerce maior e melhor para os meios inovativos, elevando a capacidade das organizações no cenário competitivo da atualidade. Isso ocorre porque, como a informação é gerada e passa por um tratamento e análise, essa cadeia acaba por elevar o nível de competitividade entre as organizações, visto que eleva o seu desempenho.

Reconhecer o papel e a importância das informações geradas no ambiente organizacional, evidencia a necessidade de se gerenciar dados e insumos gerados nos processos e atividades organizacionais, por meio da gestão da informação. Os sistemas informacionais atendem, quando se atribui a devida importância à informação, às distintas demandas advindas de todas as áreas da organização. Considera-se que a informação e o conhecimento são produtos sociais, produzidos em um contexto organizacional e, sendo assim, se faz também necessário compreender o conceito de organização e sua relação com o mundo do trabalho e as esferas sociais (VALENTIM et al., 2021, p. 5).

Desse modo, constata-se que a Gestão da Informação na seara das organizações é capaz de contribuir com a finalidade de que elas se mantenham competitivas e ativas, principalmente em relação a sua existência no mercado capitalista. Assim, “a promoção de inovação alinhada a esse cenário, colabora para que

tal desempenho aconteça, perspectiva em que inúmeras ferramentas e estratégias inovadoras podem ser utilizadas” (Valentim et al., 2021, p. 5).

Além disso, é importante verificar que a Gestão da Informação trabalha, também, com as informações já processadas e consolidadas, principalmente no âmbito dos dados nos suportes informacionais das organizações, que ficam acessíveis à população em geral, como é o caso das bases de dados internos, externos, os portais de transparência, publicações impressas, entre outros (Valentim, 2004).

A definição do objetivo da GI é concernente à promoção de meios para que a informação “que alimenta e que resulta das atividades de pesquisa esteja disponível e acessível para que pesquisadores, dentro ou fora da instituição, gerem novos conhecimentos e, conseqüentemente, contribuam para o avanço da ciência” (Leite; Costa, 2016, p. 47).

Faz-se essencial destacar, ainda, os novos aparatos tecnológicos, seus impactos na disposição do acervo bibliográfico para os pesquisadores e como a Gestão da Informação é essencial para que haja um melhor entendimento desse processo. Assim, Alves (2016) dispõe que foi necessária uma reformulação dos modelos de representação que envolvem a disponibilidade de toda a literatura científica para uma melhor adequação à tecnologia, a partir do final do século XX e início do século XXI.

Visto isso, começaram a aparecer modelos conceituais capazes de reestruturar as atividades executadas “no domínio e as estruturas de representação; novos códigos de catalogação e, conseqüentemente, inicia-se o desenvolvimento de propostas para padrões bibliográficos mais flexíveis e compatíveis com a estrutura da Web” (Alves, 2016, p. 101).

2.2 Information Management Capability (IMC)

É importante destacar que, ao longo dos anos, a informação tem sido, cada vez mais, vista como um meio de recurso, ou capacidade, com um enorme potencial para fomentar estratégias, sendo bastante pesquisada por estudiosos há muitas décadas. Por esse motivo, destaca-se a importância do *Information Management*, o qual também é entendido como uma capacidade das organizações.

No que concerne à Gestão da Informação, destaca-se a perspectiva de Javenpaa e Leidner (1998), os quais delinearam acerca de sua função e chegaram ao entendimento de que ela precisa ser vista como uma capacidade organizacional, ou seja, a capacidade para se fazer uso de meios preciosos em unidade (Javenpaa;

Leidner, 1998). Marchand e Kettinger (2011) complementam esse raciocínio ao descreverem que o ato de gerenciar uma informação é o mesmo que dispender um meio em combinação com outros meios e capacidades organizacionais para que atividades possam ser desenvolvidas.

Nesse contexto, alguns pesquisadores da área entenderam que as práticas que envolvem o *Information Management Capability* têm raízes na própria Gestão da Informação, ou seja, nas suas ações envolvendo a informação em si, independentemente da forma como ela é utilizada (Marchand; Kettinger; Rollins, 2000; Kettinger; Marchand, 2011). Brinkhues (2016) elucida que o ponto focal dessas práticas da Gestão da Informação era a forma como o ciclo de vida da informação seria gerenciado. Contudo, os pesquisadores chegaram à compreensão de que essas práticas, de uma forma isolada, não teriam como obterem resultados organizacionais satisfatórios (Marchand; Kettinger; Rollins, 2000; Kettinger; Marchand, 2011).

Desse modo, é possível chegar a uma definição de um construto recente, o *Information Management Capability* o qual é reconhecido como “uma habilidade para empregar recursos valiosos de forma combinada, gerir a informação é empregar esse recurso (informação) com outros recursos e capacidades organizacionais para responder às mudanças do ambiente” (Maçada et al., 2019, p. 380).

Então, com o objetivo de “estender esse constructo para cobrir completamente essa questão, alguns autores vêm propondo observar a gestão da informação através da sua capacidade” (Brinkhues, 2016, p. 33). Assim, conforme as pesquisas na área começaram a ser aprofundadas, o construto *Information Management Capability* ganhou notoriedade, destacaram-se três estudos concernentes ao assunto e que são referência na área, a saber: Mhitas et al. (2011) – *How information management capability influences firm performance*, Carmichael et al. (2011) – *How to create information management capabilities through web 2.0* –, e Phadtare (2011) – *Strategic Management: Concepts and Cases*.

No primeiro estudo, Mhitas et al. (2011) consolidaram o termo IMC por meio de publicações em um artigo a fim de construir uma definição que ligasse o IMC a três outras capacidades organizacionais, a saber: gerenciamento de processos, de clientes e de desempenho. Ainda para Mhitas et al. (2011, p. 241), “*a high level of information management capability enables a faster and more responsive redesign and*

*reconfiguration of processes in response to changes in business conditions*⁴, ou seja, fica nítido que, na perspectiva desses autores, o IMC é capaz de promover uma influência benéfica no que diz respeito ao bom desempenho corporativo.

No segundo estudo, Carmichael et al. (2011, p. 1618) entenderam ser o *Information Management Capability* um construto que é alicerçado por uma tríade preponderante de fatores, tais como: “*compilation and elaboration of information, accessibility to information and identification of the need distribution of information*”⁵, em que a IMC pode atuar de uma forma significativa e direta sobre o desempenho das organizações, sejam elas públicas ou privadas. O autor ratifica essa proposição acerca da IMC e esclarece sua importância nos diversos segmentos, principalmente nos organizacionais, ao afirmar que:

*The information management capability (IMC) construct identifies the set of valuable IT-based technological resources and the firm’s ability in deploying these resources in human, managerial and organisational capabilities, in general in a coordinated way, in order to perform tasks or activities, and to effectively manage information. IMC consist of co-specialised and complementary assets, which indicate the organisation’s skill in understanding and using the technological, human and organisational capabilities necessary to manage both internal and external information. In other words, IMC are a latent construct, resulting from the interaction of dimensions that represent co-specialised and complementary assets*⁶ (Carmichael et al., 2011, p. 1617).

Mais adiante, no terceiro estudo, Phadtare (2011) complementa e traz à baila o fato de que a *Information Management Capability* está associada a cinco situações, são elas: absorver e fixar, processar e sintetizar, recuperar e usar, transmitir e disseminar, bem como a realização de um mecanismo de apoio e integração.

Reforçando essas concepções estudadas pelos três pesquisadores, Maçada (2020, p. 877) chega a uma definição de *Information Management Capability* como “*a set of company skills that support information infrastructure, architecture, and access, as well as its distribution, which enables organizational adjustments in response to*

⁴ Um alto nível de capacidade de gerenciamento de informações permite um redesenho e reconfiguração de processos mais rápidos e responsivos em resposta a mudanças nas condições de negócios (Mithas et al., 2011, p. 241, tradução nossa).

⁵ Compilação e elaboração de informações, acessibilidade à informação e identificação da necessidade de distribuição de informações (Carmichael et al., 2011, p. 1618, tradução nossa).

⁶ O construto Capacidade de Gestão da Informação (IMC) identifica o conjunto de recursos tecnológicos valiosos baseados em TI e a capacidade da empresa em implantar esses recursos em capacidades humanas, gerenciais e organizacionais, em geral de forma coordenada, a fim de executar tarefas ou atividades, e para gerenciar informações de maneira eficaz. Os CGI são constituídos por ativos co-especializados e complementares, que indicam a capacidade da organização em compreender e utilizar as capacidades tecnológicas, humanas e organizacionais necessárias para gerir a informação interna e externa. Ou seja, o IMC é um construto latente, resultante da interação de dimensões que representam ativos coespecializados e complementares (Carmichael et al., 2011, p. 1617, tradução nossa).

*changes imposed by internal and external environments*⁷. Ou seja, vê-se a importância da inserção desse constructo – IMC – no meio social, uma vez que ele tem trazido impactos positivos. Também, observa-se que, com o advento da globalização, que trouxe uma enorme difusão tecnológica, o *Information Management Capability* é capaz de alavancar o desempenho das organizações, que precisam se destacar diante desse contexto de competitividade propiciado pelas tecnologias. Em tempo, destaque-se que a perspectiva dos autores é voltado ao contexto organizacional, porém, apesar desse fato, eles podem ser trazidos para a pesquisa em questão.

Então, de uma forma que sistematize as definições de IMC dadas pelos três autores, o Quadro 1, adaptado de Brinkhues et al. (2014, p. 5), “apresenta suas dimensões encontradas na revisão da literatura”, comprovando que há uma base para outros estudos posteriores na área de Gestão da Informação, acerca do *Information Management Capability*, algo que precisa despertar o interesse pela área vindo de outros pesquisadores.

Quadro 03: Definições de IMC.

Study	Definition	Dimensions	Impact
Mithas et al. (2011)	<i>The ability to provide data and information to users with appropriate levels (...) and access, and the ability to adapt these levels in response to changes in market needs and directions.</i> ⁸	<i>(a) the ability to provide data and information to users with appropriate levels of accuracy, timeliness, reliability, security and confidentiality; (b) the ability to provide connectivity and universal access at an adequate scope and scale; and (c) the ability to adapt the infrastructure to the emerging needs and directions of the market.</i> ⁹	<i>IMC have an indirect and positive impact on organizational performance.</i> ¹⁰

⁷ Um conjunto de competências empresariais que suportam a infraestrutura, a arquitetura e o acesso à informação, bem como a sua distribuição, o que permite ajustes organizacionais em resposta às mudanças impostas pelos ambientes internos e externos (Maçada, 2020, p. 877, tradução nossa).

⁸ A capacidade de fornecer dados e informações aos usuários com níveis (...) e acesso apropriados, e a capacidade de adaptar esses níveis em resposta às mudanças nas necessidades do mercado e instruções (Mithas et al., 2011, tradução nossa).

⁹ (a) a capacidade de fornecer dados e informações aos usuários com níveis adequados de precisão, atualidade, confiabilidade, segurança e confidencialidade; (b) a capacidade de fornecer conectividade e acesso universal em âmbito e escala adequados; e (c) a capacidade de adaptar a infra-estrutura às necessidades e orientações emergentes do mercado (Mithas et al., 2011, tradução nossa).

¹⁰ O IMC tem um impacto indireto e impacto positivo no desempenho organizacional (Mithas et al., 2011, tradução nossa).

Carmichael et al. (2011)	<i>Organization's ability to understand and use the technological, human and organizational resources needed to manage both internal and external information.¹¹</i>	<i>(a) compilation and production of information; (b) access to information; and (c) identification of information distribution requirements.¹²</i>	<i>IMC have a positive and direct impact on organizational performance.¹³</i>
Padhtare(2011)	<i>The ability to coordinate informational resources and put them to productive use.¹⁴</i>	<i>(a) acquisition and retention; (b) processing and synthesis; (c) recovery and use; (d) transmission and dissemination, and (e) support system and integration.¹⁵</i>	<i>Not evaluated.¹⁶</i>

Fonte: adaptado de Brinkhues et al. (2014)

Assim, resta claro que, apesar das poucas pesquisas existentes na área, os três estudiosos conseguiram delinear, de fato, o que é o *Information Management Capability* e, a partir daí, outros pesquisadores poderão ter um alicerce para agregar mais valor às pesquisas na área da Gestão da informação. Também, faz-se essencial destacar que existem estudos mais recentes na área, porém, os mesmos sempre recorrem às definições e pesquisadores clássicos de IMC.

É o caso, por exemplo, do texto *“The influence of Information Management Capability on Companies’ Sustainable Competitive Advantage: A Multiple-Case Study of Brazilian Market-Leading Companies¹⁷”*, escrito por Maçada et al. (2020, p. 893), o qual sintetiza o conceito de IMC, baseado nos mesmos autores do Quadro 1, que se configura em: *“set of company skills that connect people and information architecture, infrastructure, access, and outspread in order to allow organizational changes in*

¹¹ A capacidade da organização de entender e usar a tecnologia, humano e organizacional, recursos necessários para gerenciar informações internas e externas (Carmichael et. al, 2011, tradução nossa).

¹² (a) compilação e produção de informações; (b) acesso à informação; (c) identificação de informações requisitos de distribuição (Carmichael et. al, 2011, tradução nossa).

¹³ IMC possui um impacto direto e positivo na atuação das organizações (Carmichael et. al, 2011, tradução nossa).

¹⁴ A capacidade de coordenar recursos informacionais e colocá-los em uso produtivo (Padhtare, 2011, tradução nossa).

¹⁵ (a) aquisição e retenção; (b) processamento e síntese; (c) recuperação e uso; (d) transmissão e divulgação, e (e) apoio sistema e integração (Padhtare, 2011, tradução nossa).

¹⁶ Não avaliado.

¹⁷ A influência da capacidade de gestão da informação na vantagem competitiva sustentável das empresas: um estudo de casos múltiplos de empresas líderes de mercado brasileiras (Maçada et al., 2020, p. 893, tradução nossa).

*response to the competitive environment*¹⁸”.

Visto isso, na próxima seção, será discutido o *Information Management Capability* na Gestão Pública e o seu papel para um bom funcionamento organizacional desse sistema.

2.2.1 *Information Management Capability* na Gestão Pública

Primeiramente, Narver e Slater (1990) refletem acerca da importância da disseminação de informações diante do contexto tecnológico atual e como isso impacta dentro das gestões organizacionais, como é o caso das Gestões Públicas. Narver e Slater (1990, p. 21) sugerem que o comportamento da Gestão Pública seja “*as the organization wide information generation and dissemination and appropriate response related to current and future customer needs and preferences*¹⁹”.

Isto significa, na visão de Zhang et al. (2017), que, quando uma organização adquire e dissemina algum tipo de informação, ela é capaz de atender às necessidades impostas pela sociedade e suprir lacunas existentes. Assim, nota-se que esse processo é importante para que as organizações tenham a capacidade de gerir as informações e fazer bom uso dela, sendo citadas, como exemplo, as Gestões Públicas que encontraram, nos Portais de Transparência, uma forma de publicizar e dar maior acesso às informações públicas para a sociedade.

Nessa lógica, Dang et al. (2021) destacam que a gestão pública, diante dessa nova remodelação da tecnologia, tem a informação como uma grande aliada, se bem usada, para que supra todas as necessidades do tecido social, uma vez que a administração pública é dotada de todos os recursos para que, de fato, essas necessidades sejam supridas.

Por outro lado, diante do cenário contemporâneo de *boom* exponencial de informações, as quais, muitas vezes, são expostas de forma inverídica - como é o caso das *fake news* - é visível que essa quantidade ilimitada de informações torna-se um desafio a ser enfrentado. Dessa forma, o *Information Management Capability* é tido como o principal fator que pode lidar com essas questões informacionais urgentes (Dang et al., 2021).

¹⁸ Conjunto de competências da empresa que conectam pessoas e arquitetura de informação, infraestrutura, acesso e difusão, a fim de permitir mudanças organizacionais em resposta ao ambiente competitivo (Maçada et al., 2020, p. 893, tradução nossa).

¹⁹ [...] como a geração e disseminação de informações em toda a organização e resposta apropriada relacionada às necessidades e preferências atuais e futuras dos clientes (Narver e Slater, 1990, p. 21, tradução nossa).

Visto isso, com esse volume informacional difundido em todos os meios e sob várias formas, é essencial que o *Information Management Capability* tenha seu papel bem definido para um gerenciamento eficaz da informação, fato que reflete diretamente no desempenho organizacional. Por outro lado, constata-se que a Administração Pública, apesar dos esforços adotados para uma boa gestão da informação, deixa algumas lacunas, a exemplo dos dados governamentais e das informações que, muitas vezes, não são bem claras e de fácil acesso à população (White, 2012).

Nesse contexto, depreende-se que o *Information Management Capability* é responsável por realizar a identificação de todo o conjunto dos aparatos tecnológicos responsáveis por gerir uma organização e, conseqüentemente, auxiliá-la com a tecnologia a fim de favorecer as capacidades humanas e de organização para um determinado fim, além de sistematizar atividades, inclusive, o uso da informação de forma eficaz (Carmichael et al., 2011).

Sob essa mesma linha de raciocínio, é possível depreender que o IMC é um construto vital para o bom funcionamento da gestão pública, principalmente com o avanço das tecnologias, uma vez que “exerce um efeito direto significativo sobre o desempenho organizacional” (Carmichael et al., 2011, p. 1622).

Mithas et al. (2011, p. 240) complementam esse entendimento ao afirmar que o “*information management capability influences the development of three significant organizational capabilities: customer management capability, process management capability, and performance management capability*²⁰”. Isto está diretamente relacionado ao fato de que a gestão pública precisa estar atenta a algumas premissas para atender às demandas da população, são elas: perspectiva de desenvolvimento da acessibilidade e abertura dos canais governamentais para a população, bem como uma clareza no desenvolvimento de projetos propostos pelos órgãos governamentais.

Também, é preciso destacar que o *Information Management Capability*, na visão de Devece et al. (2016) está associado à forma como a informação é adquirida, processada e disseminada pela Gestão Pública, necessitando do auxílio dos aparatos analógicos, como é o caso dos sistemas de informação (SI). Complementando esse raciocínio, Marchand et al. (2002 citado por Devece et al., 2016, p.123) acrescentam que devem ser consideradas três modelos de aplicabilidade na gestão da informação

²⁰ A capacidade de gerenciamento de informações influencia o desenvolvimento de três capacidades organizacionais significativas: capacidade de gerenciamento de clientes, capacidade de gerenciamento de processos e capacidade de gerenciamento de desempenho (Mithas et al., 2011, tradução nossa).

e que precisam ser adotados pela Administração Pública para seu bom funcionamento:

“(1) práticas de TI, (2) práticas de gestão da informação, incluindo detecção, coleta, organização, processamento e manutenção da informação, e (3) comportamentos e valores da informação, incluindo aspectos de gestão da informação, como integridade, formalidade, controle, transparência, compartilhamento e proatividade no uso da informação.”

A Gestão Pública precisa lidar com o infinito volume de informações, auxiliada, portanto, pelo *Information Management Capability*. Nesse entendimento, Andrade-Rojas et al. (2021) destacam que, de fato, o IMC pode ter papel vital dentro da Gestão Pública, uma vez que o volume de informações, muitas vezes, compostas por uma assimetria é enorme dentro da Administração Pública, restando ao IMC o papel de aprimorar, ampliar a qualidade da informação e integrá-la entre os demais setores do serviço público.

Cita-se, como exemplo, a interconexão entre os demais setores públicos por meio dos portais governamentais, bem como o fato da maioria dos dados e informações públicos estarem dispostos em domínios específicos que podem ser consultados pela população. Logo, constata-se o papel da Gestão Pública em desenvolver o IMC no que diz respeito a uma boa gestão da informação, com o objetivo de suprir e satisfazer as necessidades dos usuários, que são os próprios membros do tecido social (Matenga; Guaraldo, 2022).

2.3 Acesso à Informação

O direito ao acesso à informação pública constitui-se, na atualidade, como um direito humano fundamental. De acordo com Souza (2015) é visível que a informação é matéria prima precípua dos meios de produção, além disso, ela possui uma alta taxa de aceitação mediante a indústria cultural nos vários espaços sociais.

Nesse sentido, é possível perceber que, em um primeiro momento, o direito à informação, durante muitos anos, esteve associado ao direito de expressão e opinião. Contudo, diante do contexto informacional e do *boom* exponencial de informações obtidas pelos aparatos tecnológicos, essa associação torna-se incipiente, uma vez que, por si só, não supre as necessidades de autonomia desse direito. Hodiernamente, devido à crescente necessidade do indivíduo, enquanto tecido social, de monitorar as ações praticadas pelo Estado, a liberdade de se expressar uma opinião ou de se comunicar não são suficientes, muito menos apenas “procurar e obter as informações

pelos cidadãos sobre os negócios públicos, visando a uma maior transparência do aparelho estatal". (Souza, 2013, p. 25).

Nesse contexto, observa-se que, ao longo das últimas décadas, a sociedade começou a sentir necessidade de uma maior transparência e acessibilidade à informação, devido ao estabelecimento do regime democrático de direito. Com isso, é possível depreender que os constantes embates a favor dos direitos civis, como é o caso do direito à informação, avançaram e seguiram uma tendência que alcançou todo o mundo, mesmo que de formas distintas, uma vez que as garantias e prerrogativas legais estão previstas constitucionalmente (Indolfo, 2013).

De acordo com Medeiros et. al. (2014), o acesso à informação integra-se às bases do Sistema Interamericano dos Direitos Humanos. A Convenção Americana dos Direitos Humanos, também versada pelo Pacto de São José da Costa Rica, positiva, em seu artigo 13, que "[...] toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito inclui a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza [...]" (Convenção Americana De Direitos Humanos, 1969). Nesse entendimento, Uhlir ratifica essa premissa ao afirmar que:

O artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos garante o direito à liberdade de opinião e expressão, o que inclui a liberdade de "procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras." O artigo 27 da mesma Declaração prevê o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade... e de participar do progresso científico e de fruir de seus benefícios". Assim, uma das principais metas de qualquer sociedade que esteja lutando pelo desenvolvimento humano é o fortalecimento de todos os seus cidadãos, por meio do acesso e utilização da informação e do conhecimento (UHLIR, 2006, p. 21).

Já no Brasil, "o processo de positivação do direito à informação governamental ocorreu dentro do processo de redemocratização, após mais de vinte anos de governo de exceção (1964-1985)" (Cruz, 2013, p. 378). A Carta Magna brasileira, de 1988, em seu artigo 5º, tem como uma das garantias ao cidadão o "direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado" (Brasil, 1988). Mais adiante, a Carta Magna, em seu artigo 216, determina que "cabem à administração pública, na forma da lei, gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem." (Brasil, 1988).

Contudo, é possível observar que, mesmo com essas garantias, existe uma forte “negligência em relação à informação governamental, privando os cidadãos do conhecimento das ações dos governantes e funcionários da Administração Pública, o que indica uma “democracia podada” (Cruz, 2013, p. 272). Cerceados de obterem uma acessibilidade à informação, além de estarem no obscurantismo no que concerne aos procedimentos de tomadas de decisão, os indivíduos são, muitas vezes, mantidos à margem do governo e, conseqüentemente, de sua administração, uma vez que não há canais de comunicação eficazes que aceitem discutir as práticas governamentais adotadas (Cruz, 2013).

Nesse mesmo sentido, devido ao fato de a informação ser um dos elementos precípuos para a efetividade da transparência na sociedade hodierna, além de ser objeto de discussão no campo jurídico, foi imperioso que fossem criadas normas de utilização e acesso à informação, que estejam contempladas nos vários arcabouços legais nacionais e internacionais (Rodrigues, 2014). Ainda, é essencial repisar que o direito ao acesso à informação se trata de um direito elencado como fundamental do cidadão de informar e ser informado sobre assuntos de seu interesse, devendo a administração desenvolver meios de efetivá-lo (Canotilho, 1992).

Desse modo, Guerra e Carvalho (2019, p. 4) enfatizam que “o acesso à informação, além de ser um direito do cidadão, tem um papel determinante para o exercício da cidadania por meio do controle social da Administração Pública, impondo, dessa maneira, limites aos gestores públicos [...]”.

Assim, Lima, Mota, Cassé e Sales (2021, p. 91) agregam à discussão quando trazem à baila o entendimento de que, à medida em que o direito de acesso à informação tem sua aplicabilidade comprovada na prática, “as pessoas tendem a enxergar as mazelas que acometem o bom funcionamento do serviço público e, concomitantemente a isso, possibilita que o cidadão consiga apontar as deficiências e possa responsabilizar os culpados.”

2.3.1 Democratização da Informação

Em consonância a Breglia e Gusmão (1986), a informação se constitui como um direito de todos, e, desse modo, um bem comum, o qual se reveste dos fatores de integração, democratização e igualdade. Além do mais, a natureza da informação está intimamente relacionada aos “direitos humanos, à cidadania, à libertação e ao respeito e dignidade pessoal” (Breglia; Gusmão, 1986, p. 09).

Outrossim, conforme Sebastián, Rodríguez e Mateos (2000), a informação é analisada na trajetória da humanidade como uma premissa para o desenvolvimento dos indivíduos, tanto de maneira individual, quanto em nível social. É o caso da Revolução Industrial, a qual possibilitou a inserção do princípio da homogeneização na produção e consumo, e, conseqüentemente, uma revolução na informação (Figueiredo; Freitas, 2003).

Diante disso, na atualidade, a sociedade provoca questionamentos sobre os reais impactos da informação, haja vista que elementos fundamentais nos processos sociais, tais como: “novos níveis ocupacionais, novos conhecimentos a serem adquiridos e constante qualificação profissional vêm sendo debatidos” (Figueiredo; Freitas, 2003, p. 99).

Nessa lógica, a informação é o que caracteriza a sociedade contemporânea. No entanto, “entende-se que essa condição da sociedade se manifesta e é apreendida por uma parcela pouco representativa da população”. Sendo assim, os autores questionam se a sociedade da informação é uma realidade para todos? (Franco; Carvalho; Santos, 2019, p. 74).

Para Lastres e Albagli (1999, p. 13), atribuem-se, a essa sociedade, significados de comunidade globalizada, em que os avanços oriundos das tecnologias de informação e comunicação (TICs), associados às crescentes reestruturações nos processos organizacionais, permitem considerar que a “globalização implica em espaços homogêneos 'sem fronteiras' [...] supõem que as informações, conhecimentos e tecnologias são simples mercadorias, passíveis de serem 'transferidas'.”

Sob a ótica do Brasil, o país possuía, segundo Breglia e Gusmão (1986), na década de 1980, uma sociedade dependente, em que predominava a cultura enraizada por valores e padrões das nações dominantes, difundidos, internamente, pelas classes mais abastadas, cuja finalidade era o impedimento de que as classes mais baixas não atingissem desenvolvimento e independência socioeconômica.

Dessa maneira, o poder estabelecido estava a “serviço de uma elite que procura, de todas as formas, anular os valores culturais nacionais, e que se vale, para isso, da manipulação de vários instrumentos, entre os quais a informação” (Breglia; Gusmão, 1986, p. 10).

À luz disso, as desigualdades sociais no território do Brasil sempre tomaram proporções e disparidades preocupantes, principalmente entre o norte e o sul do país. Isso se deve, em partes, segundo Figueiredo e Freitas (2003), ao fato de que os brasileiros não estavam completamente inseridos na Sociedade da Informação.

Outro aspecto importante, discutido a partir do início do século XXI, diz respeito à inclusão digital, que naquele momento, não havia expressividade, haja vista o alto valor dos equipamentos *versus* o nível de renda da população. Esse fato, segundo Cabral (2003, p. 6), convergia para “uma pauta de reivindicações comuns no cenário da democratização da comunicação”.

Apesar disso, o processo de globalização, a internet, as reformas da Administração Pública, bem como a consolidação democrática no Brasil, possibilitaram aos cidadãos o acesso, gradativamente, ao conhecimento de seus direitos e a informações governamentais (Mello, 2009), mais recentemente, por meio da Lei de Acesso à Informação de 2011.

Ainda conforme Mello (2009), a experiência brasileira segue tendências estudadas em outras nações que intensificaram a utilização de tecnologias de informação e comunicação como estratégia de reforma e modernização das estruturas administrativas. Nesse ínterim, desde 1995, o Governo Federal desenvolve esforços e estabelece metas para a execução de políticas públicas atreladas à expansão dos fluxos informacionais de seus atos por intermédio da rede mundial de computadores.

Nessa conjuntura, destaca-se como importante uma pesquisa realizada em 2009, pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI, 2010), a qual identificou expressivo grau de crescimento, até aquele momento, no uso e na posse de tecnologias da informação e comunicação no Brasil. Todavia, os fatores socioeconômicos continuavam a ser limitadores do acesso pela grande massa da população.

Entre os destaques positivos, estava o aumento no número de usuários da internet, que representava 34% da população, ou cerca de 45 milhões de internautas, ademais, um em cada quatro brasileiros, com mais de 16 anos, usou a rede para interagir com órgãos públicos em 2007 (CGI, 2010). Nesse cenário, fica nítido, diante

do contexto sociocultural do Brasil, que a realidade brasileira, até o início do século XXI, foi marcada por desigualdades socioeconômicas, políticas e culturais, as quais dificultavam a implementação de pontos fundamentais para a sociedade da informação, tais como tais como, “universalização da informação, qualificação profissional, alfabetização digital e acesso realmente coletivo à Internet” (Figueiredo; Freitas, 2003, p. 113).

Visto isso, merece atenção a evolução das tecnologias de “comunicação e informação que desenvolvem e modificam a forma como o indivíduo tem acesso à informação e traz desafios para a sociedade no século XXI, que envolve a tríade informação, comunicação e conhecimento”. (Campêllo; Souza, 2019, p. 56).

Dessa maneira, a implementação de políticas de acesso à informação governamental consiste no desafio de muitas nações, tendo em vista a efetividade de uma sociedade da informação. É preciso, então, conforme Campêllo e Souza (2019, p. 58), compreender a importância de projetos públicos de acesso à informação para a construção de cidadania, cuja incumbência é a de “desenvolver competências para uso da informação e ressaltar as mudanças tecnológicas na sociedade, incentivando a prática científica e o desenvolvimento de competências na sociedade da informação”.

Assim, vê-se, de acordo com Souza (2013, p. 21), que a “participação do povo nos negócios do governo é de fundamental importância na democratização da informação, possibilitando a prestação de contas e a transparência das atividades, dos atos e fatos governamentais”.

2.3.2 Lei de Acesso à Informação (LAI)

Em consonância à necessidade de elucidar os cidadãos acerca das informações, bem como os documentos públicos, foi aprovada, em 18 de novembro de 2011, a Lei 12.527, denominada de Lei de Acesso à Informação (LAI), entrando em vigor em maio de 2012, com o fito de transformar as relações documentais do estado em relações de transparência (Brasil, 2011). Visto isso, destaca-se que a criação da lei 12.527/2011 contraria, de acordo com Medeiros et al. (2014, p. 64), a “tendência da burocracia estatal em manter sigilo dos seus atos. Seu texto contém diretrizes dentre as quais a observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção, uma vez que o domínio da informação seria uma inegável fonte de poder”.

Nesse intuito, observa-se que a Lei de Acesso à Informação precisa garantir o acesso à informação de órgãos e entidades públicas dos três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como dos governos Federal, Estadual, Municipal e Distrital (Brasil, 2011). Também, deve ser salientado que essa lei tem a finalidade de garantir o direito de acesso à informação ao tecido social de forma eficiente, objetivando a participação do cidadão e solidificando os meios de controle da gestão pública.

Contudo, Nogueira Junior (2018, p. 26) discorre que:

Mesmo diante desse discurso adotado pelo governo brasileiro, no sentido de promoção de meios de comunicabilidade mais apropriados às particularidades dos diferentes públicos alvo, ou seja, em prol de formas de comunicação mais segmentadas, o que se observa na prática é uma realidade bem oposta. Mesmo com as múltiplas possibilidades geradas pelas tecnologias digitais, ainda predomina, no setor público, a fórmula da comunicação centralizadora, fundamentada na concepção de uma sociedade de massas, onde, em muitos casos, o que ocorre é apenas a simples difusão da informação, e não uma comunicação propriamente dita com o cidadão.

Ademais, um ponto considerado extremamente relevante e que é abordado pela LAI é que a instituição conceda acesso imediato à informação requisitada e, caso não seja possível, a Lei de acesso estabelece um prazo para o órgão fornecer resposta à solicitação em até 20 dias, os quais podem ser prorrogados por mais 10 dias, por meio de justificativa válida da prorrogação (Brasil, 2011).

Também, faz-se imperioso destacar que a LAI prevê, no seu artigo 5º, que as informações sejam divulgadas de modo transparente, de uma forma clara e por meio de um vocabulário de fácil acesso e compreensão. Medeiros et al. (2014, p. 68) asseveram que “tal mecanismo mostra-se totalmente apropriado, pois o tecnicismo de linguagem, que afasta o cidadão comum do entendimento das leis poderia afastá-lo, também, de obter acesso à informações de seu interesse”. Desse modo, é perceptível que a linguagem dos sistemas públicos que irão publicizar as informações aos cidadãos precisa ser a mais clara possível, a fim de que o indivíduo que necessite delas possa interpretá-las da forma mais coerente possível.

Outrossim, observa-se que um dos pontos instituídos pela LAI é de que o acesso seria regra e o sigilo, a exceção. Desse modo, fica nítido que um novo modo de enxergar a cultura de acesso às informações públicas torna-se imperioso, já que a informação elaborada pelo setor público precisa estar disponível para o tecido social, salvo aquela que estiver protegida por lei, que é denominada de sigilosa. Para isso, o servidor tem um papel fundamental para que ocorra essa mudança, uma vez que lida,

em seu cotidiano, com a informação pública e tem ciência de que esta é pertencente ao cidadão.

Visto isso, outra questão que necessita, também, de um olhar mais cuidadoso é concernente ao impacto que a LAI possui dentro do sistema de tecnologia de comunicação dentro da Gestão Pública do país, principalmente quando se compara ao passado histórico brasileiro. Lopes (2007) entende que os mecanismos de acessibilidade à informação são contemporâneos. Isso pode ser visto se for comparado com o período da ditadura militar, em que todas as ações governamentais eram extremamente sigilosas, com a justificativa de proteger o território nacional.

Nesse sentido, a fim de fornecer esse acesso pleno aos usuários é preciso que algumas ações sejam tomadas e verificadas, em relação às “operações de produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos, para isso, programas de gestão precisam ser constantemente aprimorados e atualizados” (Merlo et al., 2014, p. 80). Nessa lógica, os autores acrescentam que:

As informações de interesse coletivo, com exceção das sigilosas, devem estar disponibilizadas também na internet, de modo a incentivar incrementar a transparência ativa, divulgando o máximo de informações possíveis nos sites institucionais, o sistema desenvolvido para que o cidadão acesse essa informação deve ser ágil e de fácil acesso, possibilitando a compreensão, assim como os documentos devem estar acessíveis para serem abertos em diferentes formatos. O conteúdo deve estar acessível também às pessoas com necessidades especiais, de maneira que não haja impedimentos para o acesso à informação (Merlo et al., 2014, p. 80).

Desse modo, por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI) em vigor, visualiza-se que a transparência das informações constitui-se uma questão essencial para “a administração pública, trazendo inúmeros benefícios para a sociedade, definindo as garantias do direito de acesso, os procedimentos aos pedidos de acesso, as restrições, as responsabilidades dos agentes públicos, entre outros” (Freire; Rego; Oliveira, 2021, p. 180). Corroboram a isso Medeiros et al. (2014, p. 70) quando afirmam que a criação da Lei de Acesso à Informação – lei 12.527/11 - traz a oportunidade de gerar um tecido social mais bem informado “com seus direitos fundamentais mais protegidos, com gestões públicas mais transparentes e eficazes, refletindo em uma população mais consciente de seus direitos, contribuindo, assim, para a consolidação da democracia”.

Em tempo, é importante ressaltar que, além da LAI, existem outras normas que regulamentam o Direito à Informação no ambiente digital e que precisam ser observadas pela Administração Pública, como por exemplo, a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, nº 13.709, de 2018 (Brasil, 2018), que trata acerca dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais, com o fito de resguardar os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade; bem como o Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965, de 2014 (Brasil, 2014), o qual estabelece normas e diretrizes de acesso e uso dos meios digitais presentes no ciberespaço.

2.3.3 Transparência da Informação

Inicialmente, aduz-se que o Estado brasileiro, “na tentativa de tornar as contas públicas mais transparentes, tem adotado alguns instrumentos de Políticas Públicas de Informação, mecanismos legais para auxiliar na busca por dados mais transparentes” (Gama; Rodrigues, 2016, p. 48).

Nesse contexto, é possível destacar que a criação da Lei de Acesso à Informação visou estimular e obrigar os municípios a criarem mecanismos de acesso à informação pública, tendo como objetivo criar portais de transparência e que sejam de fácil acesso para a população brasileira. Desse modo, destaca-se que os Portais de Transparência são, conforme Rego e Freire (2018, p. 29), “[...] uma interface de comunicação entre a sociedade e o governo, de modo a facilitar o acesso à informação pública. Nesses Portais, deve ser possível ao cidadão realizar pesquisas e acessar informações sobre as ações do governo em qualquer nível.”

Nessa lógica, torna-se factível a menção do contexto histórico e cultural do Brasil em que, há algumas décadas, quando um indivíduo precisava ter acesso a alguma informação pública de seu interesse precisava se deslocar até o referido órgão e protocolar seu pedido, algo que exigia muita burocracia. Também, sabe-se que esse procedimento, devido à falta de celeridade, muitas vezes, se arrastava por meses, pois todas as informações estavam disponibilizadas apenas em arquivos físicos das instituições, isto é, não havia a digitalização de arquivos ainda.

Por isso, esforços têm sido empregados com mais frequência na tentativa de promoção de uma maior transparência das ações governamentais. Isso ocorre porque a melhoria do acesso à informação pública e a criação de regras que permitem a disseminação das informações produzidas pelo governo reduzem o escopo dos abusos que podem ser cometidos (Stiglitz, 2002, *apud* Medeiros, 2014, p. 59).

Ademais, há que se falar em dois princípios definidos quando se tem como estudo a transparência, a saber: o princípio da transparência ativa e da transparência passiva. O primeiro pode ser entendido como a obrigação dos órgãos estatais em informar o tecido social de uma maneira simples e de fácil acesso acerca dos pontos de sua gestão e das suas ações. Já o segundo princípio diz respeito à veiculação das informações públicas por meio da procura do cidadão nos canais fornecidos pelo Governo, como é o caso dos Sistemas de Informação ao Cidadão (SIC) (Araújo; Marques, 2019).

Araújo e Marques (2019, p. 2) ressaltam, ainda, que:

Ambas as modalidades de transparência são obrigatórias para todos os órgãos e entidades públicas federais, estaduais, municipais e distritais, dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de toda a administração pública, sendo facultativo o seu cumprimento nos casos dos municípios cuja população seja inferior a dez mil habitantes.

Observa-se que, com o avanço tecnológico proporcionado pelo processo globalizacional, em que houve a facilitação do acesso à internet para todas as camadas sociais, houve muitas modificações e flexibilidade para a obtenção de conteúdos públicos eletronicamente. Assim, pode-se observar que os órgãos públicos puderam criar sítios virtuais com o objetivo de informar a sociedade sobre sua atuação e concomitantemente possibilitar a divulgação de seus atos administrativos.

Nesse entendimento, Medeiros et al. (2014, p. 66) ratificam esse contexto quando destacam a importância das tecnologias da informação para promoverem o maior acesso a ela:

Outro importante caminho, inclusive com vistas à maior celeridade e alcance na obtenção de informações, é a utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação e da comunicação (TICs). A utilização destas tecnologias alterou a maneira como os cidadãos utilizam a informação e interagem com ela. Seu progresso elevou a possibilidade da sociedade fiscalizar os poderes públicos e participar das tomadas de decisão. Na esfera governamental podemos citar algumas importantes ferramentas, disponíveis na internet, a serviço da população, tais como o governo eletrônico, o Portal Brasil e o Portal Transparência. Essas páginas eletrônicas disponibilizam à população informações sobre políticas públicas governamentais, além de dados referentes a gastos públicos.

Não obstante, apesar da existência dos portais, um levantamento feito pelo Tribunal de Contas do Estado, em 2019, mostrou que 11 municípios alagoanos ainda não cumprem nenhuma das exigências da Lei da Transparência e 80% dos 102 municípios alagoanos cumprem parcialmente. Nessa lógica, devido à ausência desse meio de divulgação das ações ocorridas em alguns municípios, indaga-se sobre os

gastos e demais ações promovidas por determinado município.

Por outro lado, deve ser destacado, também, que alguns municípios, em virtude de serem pequenos pela quantidade de habitantes e sua área territorial, não dispunham de muitas facilidades tecnológicas, uma vez que sempre esbarravam na dificuldade de montar sites e, quando obtinham êxito, encontravam empecilhos em manter e atualizar a ferramenta.

Nesse íterim, Silva e Souza (2006) discorrem que “a informação enquanto fonte de conhecimento e de saber tem papel fundamental na construção e modificação de uma cultura. É por meio dela que se compreende o juízo de valor adotado por determinada cultura”. Dessa forma, nota-se que, para que o tecido social esteja em consonância com o Estado, ele deve ter pleno acesso às informações públicas que norteiam a sociedade, uma vez que só a informação é capaz de tirar o indivíduo do obscurantismo.

Nesse entendimento, ao ser observada a Carta Magna brasileira e as edições de leis que garantem, de forma mais eficaz, o acesso à informação, fica nítido que ela é direito do cidadão que a requeira. Diante disso, Lima et al. (2021, p. 5) corroboram que “várias leis complementares são criadas para possibilitar ao cidadão o acesso à informação, bem como, é uma forma de contribuir para o combate ao nepotismo, corrupção, falta de transparência, ineficiência e lentidão da Administração Pública”. Ainda para os autores (2021, p. 5), esse amparo legal não somente é capaz de fortalecer:

A prática de uma Administração Pública transparente, mas contribui com a consolidação da Sociedade da Informação. Contudo, ser transparente é apenas um dos passos, é preciso, também, que a sociedade se sinta motivada a exigir atenção às suas demandas informacionais e isso resulta, inclusive, dos esforços dos agentes administrativos em serem compreensíveis, proativos, precisos, confiáveis etc. naquilo que publicam (Lima et al., 2021, p. 5).

Fica nítido que, à medida que os cidadãos têm acesso à informação de uma forma clara, demonstrando que as leis e decretos nesse sentido têm surtido aplicabilidade, ocorre uma melhora na relação entre governantes e população (Brasil, 2011). Assim, por meio da transparência da informação, é possível que os atos do Governo sejam divulgados com clareza aos brasileiros, como também que a democracia participativa seja fortalecida, o que traz um prestígio à cidadania brasileira (Brasil, 2015).

2.3.4 Governo Eletrônico e Governança Eletrônica

Nesse contexto, com o processo tecnológico, cada vez mais emergente, em especial na ciência e na comunicação, e tendo em vista a essencialidade da Gestão da Informação, responsável por gerir a informação em diversos âmbitos, como é o caso das organizações, corporações, sejam elas públicas ou privadas, houve o surgimento do Governo Eletrônico (e-GOV). Viu-se, então, que as organizações conseguiram avançar em seus sistemas, a exemplo dos Órgãos Governamentais, que acabaram migrando para mecanismos cada vez mais sofisticados e que utilizam-se das tecnologias, algo visto nas interfaces dos portais públicos que disponibilizam informações para a população. Também, é necessário salientar que esse processo se deu devido à vitalidade dos gestores públicos ampliarem o processo de aquisição de receita e otimizarem os processos de gestão governamental, com transparência e celeridade, para todo o tecido social, situação bem definida pelo conceito de Governo Eletrônico (Guimarães; Medeiros, 2005).

Nessa conjuntura, é possível observar que o Brasil tem incorporado a tecnologia em seus organismos estatais e que esse processo é denominado de Governo Eletrônico, que pode ser bem conceituado pelo sistema de gestão pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) como sendo “[...] a política de Governo Eletrônico do Estado brasileiro segue um conjunto de diretrizes baseado em três ideias fundamentais: participação cidadã; melhoria do gerenciamento interno do Estado; e integração com parceiros e fornecedores” (Brasil, 2017).

Ainda, Ribeiro (2008, p. 3) discorre que o e-GOV “é visto como um promotor da interação do cidadão com o governo, um modo de melhorar a gestão interna da Administração Pública e da integração com parceiros e fornecedores”, ou seja, é um governo que preza pela cidadania, transparência e participação civil. Garcia (2006, p. 81) complementa esse entendimento quando traz à baila que governo eletrônico é a “capacidade de disponibilizar serviços aos cidadãos, juntamente com a dinamização dos processos governamentais, de forma integrada, por meio das TICs, objetivando a integração, transparência, governabilidade e a democracia”.

Visto isso, nota-se uma remodelação dos sistemas governamentais com o intuito de se adequarem aos novos meios tecnológicos e que, para o seu bom funcionamento, Fernandes (2004) destaca que é necessário passar, na maioria das vezes, por quatro estágios, descritos por Garcia (2006), em que o primeiro é visto na elaboração de

domínios a fim de que exista a disseminação da informação concernente aos variados órgãos e sistemas governamentais. Por vezes, esses domínios são agrupados em um portal, o qual, nesse primeiro estágio, funciona como um tipo de catálogo, em que são encontradas as localizações dos diversos órgãos governamentais.

Mais adiante, no segundo estágio, o autor discorre que estes domínios, agora, começam a receber, além das informações de localidade dos órgãos governamentais, os dados advindos dos indivíduos, das empresas e dos demais órgãos. Desse modo, é possível observar que a comunicação, nesse estágio, passa a ser tido por ambos os lados - Estado e sociedade. Como exemplo, cita-se o envio de declarações de imposto de renda pelo contribuinte, informações sobre mudança de endereço, entre outras. Já no terceiro estágio de implementação do e-governo, o autor discorre que essa comunicação, que ocorre, agora, em via de mão dupla, passa a ser ainda mais complexa, em que serviços passam a ser prestados por intermédio de uma plataforma de rede, em contato direto com o cidadão, sendo realizadas operações financeiras, citando-se, como exemplo, o pagamento de contas e impostos, a possibilidade de matricular o indivíduo em escola de rede pública, etc.

Também, ainda na visão do referido autor, existe o quarto e último estágio de consolidação do e-gov, uma vez que, nele, é possível observar que houve um desenvolvimento maior dos portais e que, agora, eles não são apenas para dar informações com múltiplos endereços, “mas um lugar de convergência de todos os serviços prestados pelo governo. Neste estágio, o serviço é disponibilizado por funções ou temas, e não segundo a divisão real do governo em ministérios, departamentos, etc” (Garcia, 2006, p. 82).

Nessa seara, emerge, também, o conceito de Governança Eletrônica, por vezes, confundido com Governo Eletrônico, mas que ela, inicialmente, alicerça-se na forma como a internet pode auxiliar na capacidade do Sistema Governamental de criar e gerir suas políticas (Guimarães; Medeiros, 2005). Assim, entende-se a Governança Eletrônica, de acordo com uma perspectiva Global das Nações Unidas, como sendo:

*[...] Not necessarily government as a physical entity, nor is it the act of governing through individuals. It is more realistically understood to be a process: the process by which institutions, organizations, and citizens 'guide' themselves. Governance is also about the interaction between the public sector and how society organizes itself for collective decision making, and provides the transparent mechanisms for seeing those decisions through. E-governance is the public sector's use of the most innovative information and communication technologies, like the internet, to deliver to all citizens improved services, reliable information and greater knowledge in order to facilitate access to the governing process and encourage deeper citizen participation. It is an unequivocal commitment by decision-makers to strengthening the partnership between the private citizen and the public sector*²¹(United Nations, 2002, p. 53-54).

Por outro lado, deve-se ressaltar que os pontos de convergência e disparidade que envolvem os conceitos de Governo Eletrônico e Governança Eletrônica perpassam por uma linha muito tênue, fato que explica a dificuldade de se estabelecer a separação entre eles, como apontado por Mello (2009, p. 39), ao abordar que “a governança eletrônica aparece como uma tendência emergente para reinventar o funcionamento do governo, especialmente na oferta de serviços públicos e participação cidadã na gestão, de maneira *on-line*”, ou seja, o governo eletrônico está dentro da governança eletrônica, a qual é entendida como várias ações que objetivam, em especial, fornecer uma maior acessibilidade ao conhecimento e à informação sobre as questões políticas concernentes à sociedade (Holzer; Kim, 2005).

Nesse sentido, resta claro que “a governança eletrônica seria o derradeiro estágio (com ênfase nas dimensões política e cívica) de um processo iniciado pela oferta de um conjunto de serviços governamentais na Web, ou seja, o governo eletrônico” (Guimarães; Medeiros, 2005, p. 5-6). Visto isso, Kaufman (2003, p.17) ratifica essa perspectiva ao afirmar que “*los mejores gobiernos electrónicos, encambio, asocian a los actores destinatarios desde las etapas más tempranas del diseño de políticas, manteniendo su participación en todo el proceso decisorio, en el de implementación y en el de evaluación*”²².

²¹ [...] Não necessariamente o governo como entidade física, nem é o ato de governar por meio de indivíduos. É mais realisticamente entendido como um processo: o processo pelo qual instituições, organizações e cidadãos se “orientam”. A governação também tem a ver com a interação entre o setor público e a forma como a sociedade se organiza para a tomada de decisões coletivas, e fornece os mecanismos transparentes para levar a cabo essas decisões. A governação eletrônica é a utilização, pelo setor público, das tecnologias de informação e comunicação mais inovadoras, como a Internet, para fornecer a todos os cidadãos melhores serviços, informação confiável e maior conhecimento, a fim de facilitar o acesso ao processo de governação e encorajar uma participação mais profunda dos cidadãos. É um compromisso inequívoco dos decisores em reforçar a parceria entre o cidadão privado e o setor público (United Nations, 2002, p. 53-54, tradução nossa).

²² Os melhores governos eletrônicos, por outro lado, envolvem os atores-alvo desde as fases iniciais da concepção da política, mantendo a sua participação ao longo dos processos de tomada de decisão, implementação e avaliação (Kaufman, 2003, p.17, tradução nossa).

Dessa forma, observa-se que a E-Governança é, muitas vezes, tida como uma definição mais abrangente em relação ao e-gov, já que a Governança eletrônica é capaz de suscitar uma transformação na forma como o sistema governamental e a população referem-se uns aos outros (Unesco, 2005). Por outro lado, “o governo eletrônico implica a entrega de informações e serviços governamentais por meios eletrônicos, ao passo em que a governança eletrônica permite a participação direta dos eleitores na gestão das atividades” (Mello, 2009, p. 42).

Logo, constata-se a essencialidade desse processo tecnológico em âmbito governamental e que a inclusão da tecnologia nas mais diversas formas e modalidades, como é o caso da Governança Eletrônica, é capaz de favorecer a expansão do sistema democrático na população, ao menos no que concerne aos mecanismos de acessibilidade à informação e participação do tecido social em decisões públicas (Araújo; Gomes, 2004, p. 20).

3 METODOLOGIA

Para a realização de uma pesquisa científica, é necessário que o pesquisador desenvolva um percurso metodológico, ou seja, as etapas que serão desenvolvidas para o alcance dos objetivos previamente propostos. Nesse sentido, buscando delimitar o futuro desta pesquisa, esta classifica-se em consonância aos parágrafos subsequentes.

3.1 Caracterização da Pesquisa

Quanto aos objetivos, compreende-se como uma pesquisa descritiva e exploratória. De acordo com Sampieri, Colado e Lucio (2013, p. 92), trata-se de um método que visa descrever as características de uma população, de um fenômeno, de um contexto específico ou não, bem como é buscada a identificação das propriedades, das características e dos perfis de grupos, pessoas, comunidades, processos, objetos ou qualquer outro fenômeno que seja passível de análise. Ademais, há um conjunto expressivo de estudos que podem ser classificados com esse aspecto, haja vista que sua peculiaridade repousa no emprego de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Nesse contexto, busca-se coletar informações sobre o objeto para orientação do pressuposto desta pesquisa, proporcionando maior familiaridade com o problema e com a finalidade de melhor adequar o instrumento de medida à realidade que se

pretende conhecer (Gil, 2010).

No que diz respeito à abordagem, esta pesquisa é qualitativa, já que, de acordo com Creswell (2010, p. 206), se baseia no emprego de distintos métodos de investigação, coleta, análise e interpretação dos dados, bem como tem uma enorme influência acerca dos meios utilizados, mesmo que eles não sejam uniformes e padronizados. Também, é preciso mencionar sobre a importância dos critérios de validade e confiabilidade dentro da pesquisa qualitativa, visto que eles possuem aspectos singulares. Leão et al. (2011) enfatizam que um desses aspectos está relacionado à questão de a pesquisa qualitativa ser de caráter interpretativo, sendo observado pelo sujeito. Assim, para eles, a subjetividade do pesquisador sempre estará contida dentro da pesquisa.

Ainda de acordo com Leão e outros (2011), a validade da pesquisa acadêmica está relacionada à forma como os métodos usados na pesquisa estão alinhados para o alcance dos objetivos. Além disso, no que diz respeito à confiabilidade, essa relaciona-se ao fato de que outros pesquisadores poderão chegar a resultados semelhantes por meio de uma pesquisa com temática semelhante.

Visto isso, este estudo ocorreu mediante a análise dos portais de transparência dos municípios alagoanos que foram delimitados neste trabalho e como a Gestão da Informação, por meio do *Information Management Capability*, consegue auxiliar nesse processo.

Então, observa-se que a metodologia qualitativa tem sido destacada como importante para as técnicas de pesquisa utilizadas nestes tipos de estudo, uma vez que são capazes de oferecer arcabouços de informações e resultados mais ricos, principalmente quando se tratam de variáveis como motivação, concepção, justificativa de ações e análise das escolhas realizadas (Tachizawa; Mendes, 2001).

3.2 Delimitação da Pesquisa

O objeto de análise é a gestão pública municipal, que é responsável por gerir os portais de transparência. Sendo assim, foram analisados os 3 municípios mais bem avaliados pela Controladoria Geral da União, em 2021, com os melhores índices na escala de transparência de Alagoas, a saber: Maceió, Delmiro Gouveia e Campo Alegre, em que estabeleceram-se as variáveis que os levaram a ser considerados os mais transparentes.

No que diz respeito à escolha dos elementos, pode ser difícil identificar os elementos essenciais que fazem um município ser considerado transparente, visto que são considerados inúmeros elementos para essa caracterização, como é o caso da acessibilidade, atualização do portal com periodicidade, quantidade de habitantes, os mecanismos que facilitam a usabilidade, entre outros. Nesse entendimento, chegou-se à constatação de que o *Information Management Capability* (IMC) pode auxiliar nesse processo de transparência, visto que a Gestão pública é dotada de capacidade para isso.

Quanto ao IMC, foram levados em consideração estudos de teóricos clássicos que são sempre citados dentro das pesquisas mais recentes, como é o caso dos construtos estudados por Carmichael (2011) e Mithas (2011), uma vez que eles estão ligados à Gestão da Informação com apoio à transparência e servirão de alicerce para o embasamento teórico desta pesquisa. Tendo isso em vista, esta pesquisa realizou a junção dos construtos dos dois autores, pois ambos lidam com a Gestão da Informação.

Desse modo, se por um lado, Carmichael (2011) trabalha a temática envolvendo a produção da informação, acesso, identificação e distribuição, algo extremamente relevante dentro dos portais de transparência, por outro, Mithas (2011) traz um construto que lida com o fornecimento da informação, processamento, acesso, busca e explicação dela. Nessa perspectiva, fica nítida a complementaridade dos dois construtos, sendo possível haver a junção deles para a realização desta pesquisa, haja vista que a Gestão Pública tem capacidade para entender e se fazer valer da tecnologia e todos os seus recursos disponíveis, principalmente dentro das organizações, a fim de gerir os sistemas informacionais dentro delas e transformá-los em uso produtivo.

Por fim, é importante ressaltar que a revisão sistemática de literatura feita sobre o IMC e o referencial teórico contribuíram para a delimitação do tema e posterior escolha dos elementos, e por motivos de delimitação do estudo, esses elementos compõem os portais de transparência geridos pela Gestão pública do estado de Alagoas, com ênfase no portal de Maceió – Alagoas, devido ao fato da quantidade de habitantes que compõem o município e pelas questões de acessibilidade do portal.

3.3 Técnicas e Instrumentos de Coleta de dados

Esta pesquisa foi desenvolvida em três etapas: a) a primeira consistiu na análise das respostas dos questionários aplicados pela Controladoria Geral da União, a qual pode definir os três municípios delimitados nessa pesquisa como os mais transparentes; b) a segunda etapa se deu por meio da análise dos três portais de transparência municipais alagoanos com maior índice de transparência (Maceió, Delmiro Gouveia e Campo Alegre); c) já a terceira consistiu na realização de questionário com o gestor responsável pelo portal de transparência do Município de Maceió, que serviu como ponto de partida para que fosse realizada a avaliação sobre a capacidade da gestão da informação (IMC) dentro das organizações públicas com um enfoque sempre na transparência pública. Também, este questionário teve o objetivo de avaliar o IMC e como se processa a segurança e eficiência dos dados dentro dos portais de transparência.. É importante destacar que o questionário aplicado teve como base os construtos dos estudiosos delimitados nessa pesquisa e que o mesmo está inserido nesta pesquisa como apêndice A.

Nesse entendimento, os portais de transparência municipais alagoanos delimitados nesta pesquisa, Maceió, Campo Alegre e Delmiro Gouveia, puderam ser justificados como os três que obtiveram melhor avaliação em transparência de todos os municípios alagoanos, de acordo com levantamento feito pela CGU, em 2021, na escala Brasil transparente 360 graus.

Destaque-se, ainda, que do total de 102 municípios alagoanos, apenas 11 cumpriram totalmente ou parcialmente os requisitos solicitados pela pesquisa, sendo o principal deles o fato de o município possuir, no mínimo, 50.000 habitantes e, por esse motivo, apenas 11 se enquadraram nesse critério e obtiveram avaliação. Assim, foram escolhidos os 3 que obtiveram a maior nota pela pesquisa, conforme explicita a tabela abaixo:

Tabela 01: Ranking de Transparência.

Localidade	UF	Nota
Campo Alegre	AL	9.95
Maceió	AL	9.8
Delmiro Gouveia	AL	9.47
Arapiraca	AL	7.51
Coruripe	AL	6.29
São Miguel dos Campos	AL	5.75
União dos Palmares	AL	5.53
Palmeira dos Índios	AL	5.49
Marechal Deodoro	AL	5.42
Rio Largo	AL	5.35
Penedo	AL	4.35

Fonte: CGU (2021).

Visto isso, a Controladoria Geral da União (2021) explicita que a avaliação da transparência está sendo feita em todos os aspectos, tanto na transparência ativa quanto na passiva, principalmente com a publicação de dados e informações nos portais, já que, por meio “da aplicação dessa métrica, a CGU pretende aprofundar o monitoramento da transparência pública e possibilitar o acompanhamento das ações implementadas por estados e municípios na promoção do acesso à informação” (CGU, 2021).

Alguns dos critérios avaliados pela CGU, por meio de um questionário, para definir o ranking de transparência ativa podem ser elencados no Quadro 04.

Quadro 04: Questionário aplicado pela CGU – Transparência Ativa.

1. LOCALIZAÇÃO DO SÍTIO OFICIAL: O ente federado possui sítio oficial localizado na internet?
1.1 Informe o link do sitio oficial.
2. LOCALIZAÇÃO DE PORTAL DE TRANSPARÊNCIA: O ente federado divulga informações orçamentárias e financeiras consolidadas em um portal de transparência?
2.1 Informe o link do portal de transparência:
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL: O ente federado disponibiliza informações sobre asua estrutura organizacional?
4. UNIDADES ADMINISTRATIVAS: O ente federado disponibiliza informações sobre as suas unidades administrativas?
4.1. Indique as informações sobre as unidades administrativas que o ente federado disponibiliza.
5. RECEITAS: O ente federado disponibiliza informações sobre Receitas?
5.1 Indique as Informações localizadas sobre as receitas.
6. DESPESAS: O ente federado disponibiliza informações sobre Despesas?
6.1 Indique as informações localizadas sobre Empenhos
6.2. Indique as informações localizadas sobre Pagamentos
7. O ente federado possibilita a consulta de empenhos ou de pagamentos por favorecido?
8. O ente federado permite gerar relatório de empenhos ou de pagamentos em formato aberto?

Fonte: Adaptado de CGU (2021).

Nessa perspectiva, é importante salientar que, para que as respostas não contivessem caráter polissêmico, foram limitadas objetivamente, em que muitas se limitaram a “Sim” ou “Não”. Também, para a avaliação da Transparência Passiva, podem ser exemplificados alguns itens do questionário adotado pela CGU, em que as respostas esperadas e obtidas seguiram o mesmo padrão daquelas do questionário da transparência passiva.

Quadro 05: Questionário aplicado pela CGU – Transparência Passiva.

1. No site do ente federado existe indicação precisa do funcionamento de um SIC físico, isto é, com a possibilidade de entrega de um pedido de informação de forma presencial?
2. Existe alternativa de envio de pedidos de acesso à informação de forma eletrônica?
3. Para fazer o pedido de informação de forma eletrônica são feitas exigências que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação?
4. PEDIDO 1: O pedido 1 foi enviado com sucesso e obteve resposta?
5. É possível realizar o acompanhamento eletrônico do pedido de informação?

Fonte: Adaptado de CGU (2021).

Apesar das dificuldades de coleta e análise de métodos qualitativos, estes têm sido adotados em pesquisas, uma vez que o aprofundamento da compreensão de fenômenos em seu contexto natural é fator importante na análise dos resultados (MERRIAM, 2009). Assim, na primeira e segunda etapas foram feitas análises do questionário aplicado pela CGU aos municípios e dos portais de transparência dos três municípios que obtiveram uma melhor avaliação em transparência, de acordo com a CGU (2021), a saber: Campo Alegre, Maceió e Delmiro Gouveia, além do entendimento sobre como a gestão pública se utiliza do IMC para auxiliar nesses processos de transparência.

Mais adiante, na terceira etapa, foi entrevistado o gestor responsável pela transparência no portal do município de Maceió a fim de discutir sobre o *Information Management Capability* e como ele impacta nesse portal, buscando a compreensão acerca do seu auxílio e como funciona a Gestão da Informação no setor, tendo em vista os construtos propostos por Carmichael (2011) e Mithas (2011).

Sampieri, Colado e Lucio (2013, p. 396) destacam a importância de se realizar o procedimento de entrevistas semi-estruturado, pois, para eles, a entrevista será responsável por obter os dados capazes de gerar informação. Para os autores (2013, p. 397), os dados são coletados com a finalidade de serem analisados e compreendidos, com o fito de responder às perguntas geradas no início da pesquisa e, assim, produzir conhecimento.

Além disso, se os municípios têm capacidade interna de gerar a informação, o *Information Management Capability* pode auxiliar nesse processo. Então, sabendo disso, observaram-se os problemas enfrentados com a Transparência dentro desses municípios, principalmente o município de Maceió, por meio do questionário aplicado.

3.4 Técnicas de Análise dos Dados

Antes de tudo, é preciso destacar que foi realizada uma Revisão Sistemática de Literatura com a finalidade de recuperar artigos científicos que tratem acerca do *Information Management Capability*, seus conceitos e definições, aplicabilidade, como também sua associação e desempenho com a Gestão Pública. Nesse contexto, explicita-se que a Revisão Sistemática de Literatura – RSL, de acordo com Cerrao e Castro (2020, p. 4), pode ser bem definida como “um método de revisão da literatura acrescida de etapas e de critérios rigorosos, o que garante à pesquisa científica maior confiabilidade e reprodutibilidade”.

Quanto à análise e discussão dos resultados, ela se deu a partir de uma análise de conteúdo, em que foi analisada a entrevista aplicada ao gestor responsável por gerir o portal de transparência, bem como, também foram analisados os próprios portais de transparência de municípios alagoanos que foram bem avaliados pela CGU (2020), em conformidade ao Protocolo de Pesquisa da Tabela 04, adaptado para tal finalidade.

Para tanto, desenha-se o protocolo de pesquisa, composto no total por 13 campos que embasam o processo de busca, de seleção e de extração de dados nos Portais de Transparências dos municípios delimitados.

Quadro 06: Protocolo de Pesquisa em Portais de Transparência.

Campo	Preenchimento do campo
Objetivo	Compreender como o <i>Information Management Capability</i> pode auxiliar a aplicabilidade da Lei de Acesso à Informação e promover a transparência na gestão pública.
Questão	Como o <i>Information Management Capability</i> está relacionado com a utilização da Lei de Acesso à Informação para a Transparência?
População	Portais de Transparência dos municípios Alagoanos.
Lista de fontes	As bases de dados consultadas e utilizadas: Controladoria Geral da União – CGU
Palavras-chave e sinônimos	Portal de Transparência; CGU; Alagoas
Definição de critérios de busca	Municípios alagoanos com conceito superior à média nacional na Avaliação 360°, realizada entre 1 de abril de 2020 a 31 de dezembro de 2020, pela Controladoria Geral da União.
Idiomas	Português.
Métodos de pesquisa	Leitura e análise das informações e dados postos nos Portais de Transparências definidos.
Critérios de seleção (Inclusão e Exclusão)	Os critérios de seleção foram definidos como (I) para Inclusão e (E) para Exclusão. (I) Municípios alagoanos com conceito superior à média nacional na Avaliação 360° da CGU.

	(E) Municípios alagoanos com conceito abaixo da média nacional na Avaliação 360º da CGU.
Definição de tipos de estudos	Dados e documentos postos nos Portais de Transparências dos Municípios alagoanos com conceito superior à média nacional na Avaliação 360º da CGU.
Avaliação de qualidade dos estudos	Avaliação 360º da Controladoria Geral da União.
Forma de extração de dados	A extração ocorrerá por meio de leituras e análises qualitativas dos conteúdos explicitados nos Portais de Transparência definidos.
Sumarização de resultados	Os resultados estão descritos na Tabela 2.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Diante disso, definiu-se o quantitativo dos Portais de Transparência de municípios alagoanos a serem debatidos neste trabalho, em consonância ao com conceito de Avaliação 360º da CGU e os demais filtros do Protocolo de Pesquisa. Diante disso, positivam-se, no quadro 07, os municípios definidos.

Quadro 07: Definição de municípios, conforme os critérios estabelecidos.

Base de dados	Municípios definidos
Portal de Transparência	Delmiro Gouveia
Portal de Transparência	Maceió
Portal de Transparência	Campo Alegre
Total	03 Municípios

Fonte: CGU (2020).

Por fim, no que tange à organização das informações, elas foram organizadas em quadros, tabelas, gráficos e figuras para facilitar a compreensão das informações.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresentam-se a análise e discussão dos resultados desta pesquisa, conforme os aspectos já tratados na metodologia. Sob essa ótica, as quatro primeiras seções são compostas pela análise dos resultados, em que se descrevem os dados obtidos com o questionário aplicado pela CGU aos 3 municípios delimitados, ou seja, a discussão da própria análise da CGU; mais adiante, foi realizada análise dos três portais municipais delimitados nessa pesquisa, associando-os, primeiramente, à Lei de Acesso à Informação; também foi analisado o questionário aplicado ao gestor do município de Maceió e, por fim, partiu-se para os resultados com uma análise da

conexão desses dados com o IMC.

4.1 Análise dos Questionários Escala Brasil Transparente – Avaliação 360º aplicados aos municípios de Maceió, Delmiro Gouveia e Campo Alegre e dos seus resultados

Como elemento indissociável dos resultados deste estudo, tem-se o princípio norteador da Escala Brasil Transparente (EBT) – Avaliação 360º, considerada uma inovação na tradicional metodologia de avaliação da transparência pública adotada pela Controladoria Geral da União (CGU), a qual estabelece regramentos e questões específicas sobre o tema que permite a concretização de um diagnóstico mais conciso acerca dos ditames da transparência pública de Estados, municípios e do Distrito Federal.

Nesse contexto, faz-se necessário, antes da análise dos questionários Escala Brasil Transparente – Avaliação 360º aplicados aos municípios de Campo Alegre, Maceió e Delmiro Gouveia, explicitar os méritos de seus resultados, detalhar, brevemente, os aspectos históricos, teóricos e metodológicos desta ferramenta de controle social.

Diante disso, conforme o Portal eletrônico da CGU, este instrumento de transparência pública foi desenvolvido no intuito de auxiliar o exercício das competências do Órgão Federal. Sob essa lógica, entre 2015 e 2016, foram criados indicadores de verificação do grau de cumprimento de dispositivos da Lei de Acesso à Informação nos entes subnacionais, contribuindo, assim, para a implementação e aprimoramento das ferramentas de transparência pública.

Em 2020, houve, na segunda edição da EBT, uma mudança para contemplar não só a transparência passiva, mas também a transparência ativa. Nesse sentido, incorporaram-se, em consonância ao Portal da CGU, aspectos da transparência ativa, como:

A verificação da publicação de informações sobre receitas e despesa, licitações e contratos, estrutura administrativa, servidores públicos, acompanhamento de obras públicas e outras. Com a utilização da EBT como prática institucional, a CGU pretende aprofundar o monitoramento da transparência pública e possibilitar o acompanhamento das ações implementadas por estados e municípios na promoção do acesso à informação.

Sob essa ótica, a EBT – Avaliação 360º é composta por dois blocos. O primeiro

consiste em análise de quesitos de transparência ativa; e o segundo averigua os quesitos de transparência passiva. Todos os Estados, as capitais e os municípios com mais de 50 mil habitantes (com base nas estimativas de 2017, do IBGE) foram avaliados pela CGU. Ao todo, entre 01/04/2020 a 31/12/2020, foram avaliados 691 entes da federação. Na Figura 01, positivam-se os quesitos estabelecidos.

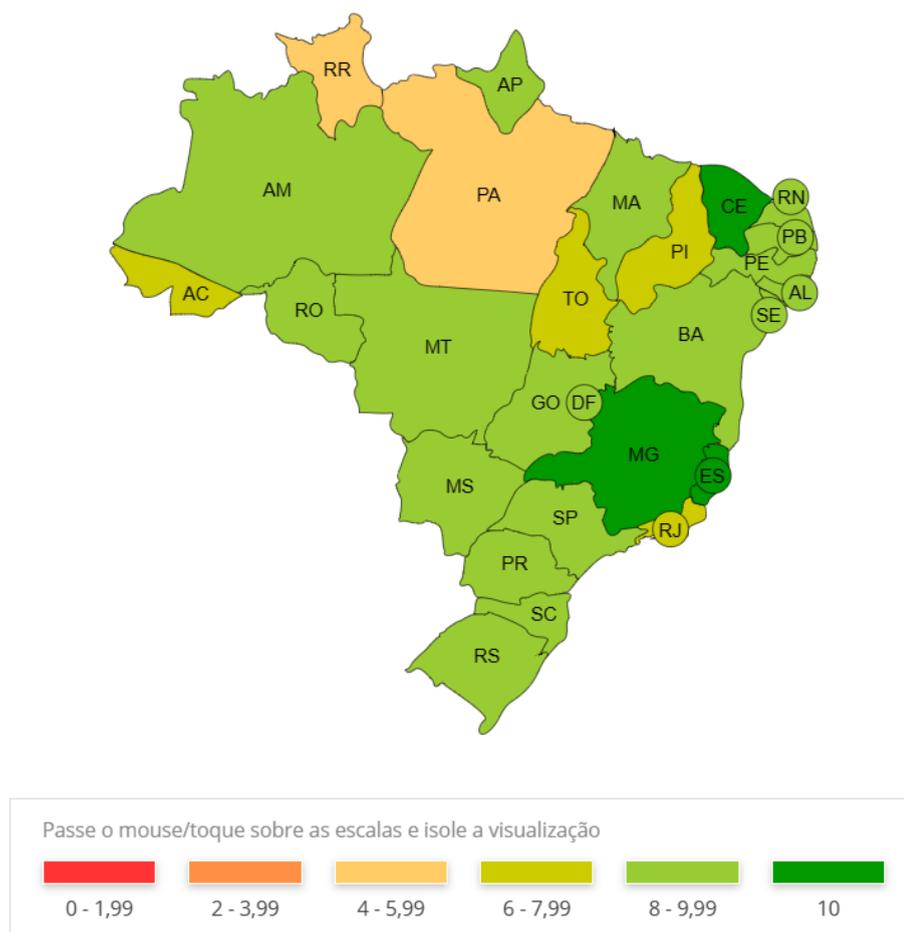
Figura 01: Quesitos EBT – Avaliação 360°.





Diante do exposto, sob a égide dos regramentos explicitados pela CGU, a Avaliação 360° – 2ª Edição obteve, em nível estadual, resultado satisfatório. Apenas seis estados foram avaliados com nota inferior a 7, sendo os últimos colocados, Pará – com nota 5,92, e Roraima – com nota 4,91. Por outro lado, a região nordeste é o grande destaque desta edição, em que o Ceará divide o topo do *ranking*, nota 10, com os estados do Espírito Santo e Minas Gerais. Além do mais, outros quatro entes nordestinos concluíram a vigente Escala Brasil Transparente com notas acima de 9 pontos, dentre eles, Alagoas, em que configura o 8º lugar na listagem nacional. Vale ressaltar que a média deste nível é de 8,84 pontos.

Figura 02: Resultado geral – EBT – Avaliação 360° – 2ª Edição – Estados e Distrito Federal.



Fonte: CGU, 2020.

À luz dos municípios, a média das notas ficou aquém da média declarada dos Estados e Distrito Federal, nota geral de 6,86. Esse reflexo é bem diferente da realidade

das capitais brasileiras, com nota bem próxima à média dos estados, 8,78, conforme a Figura 03, exposta abaixo.

Figura 03: EBT – Avaliação 360° – 2ª Edição – Indicadores gerais.



Fonte: CGU, 2020.

Em uma análise um pouco mais apurada, dos 665 municípios averiguados, somente 298 obtiveram nota acima de 7, incluindo as capitais. Lamentavelmente, 254 destes receberam notas entre 5 a 2,1, sendo Santo Amaro, município da Bahia, o último colocado nesta Avaliação. Por outro lado, nove cidades alcançaram a nota 10, são eles: Sobral – CE; João Pessoa – PB; Recife – PE; Linhares – ES; Mesquita – RJ; Niterói – RJ; São Pedro da Aldeia – RJ; Londrina – PR; e Campo Grande – MS. Os municípios alagoanos de Campo Alegre, Maceió e Delmiro Gouveia, surgem nas posições 11º, 20º e 59º do *ranking* nacional, com notas 9,95, 9,8, e 9,47, respectivamente. Ressalta-se que Maceió se encontra em 5º lugar no *ranking* das capitais do Brasil, estando à frente das cidades de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro.

Diante disso, compilam-se, no Quadro 08, os resultados oriundos da aplicação do questionário aos municípios alagoanos de Campo Alegre, Maceió e Delmiro Gouveia, em consonância à metodologia utilizada pela Escala Brasil Transparente – Avaliação 360º da CGU, no tocante à transparência ativa e à transparência passiva. Para tanto, com o fito de facilitar o entendimento, os itens marcados com seta verde representam que a questão foi atendida, aqueles que possuem seta vermelha, a questão foi atendida parcialmente, por último, os itens com “X” em vermelho não foram atendidos.

Quadro 08: Questionário Escala Brasil Transparente – Avaliação 360º – Campo Alegre, Maceió e Delmiro Gouveia.

TRANSPARÊNCIA ATIVA			
Questionário Aplicado	Municípios		
	Campo Alegre	Maceió	Delmiro Gouveia
1. LOCALIZAÇÃO DO SÍTIO OFICIAL: O ente federado possui sítio oficial localizado na internet?	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado
1.1. Informe o link do sítio oficial:	http://www.campoalegre.al.gov.br/	http://www.maceio.al.gov.br/	https://www.delmirogouveia.al.gov.br/
2. LOCALIZAÇÃO DE PORTAL DE TRANSPARÊNCIA: O ente federado divulga informações orçamentárias e financeiras consolidadas em um portal de transparência?	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Sim () Não foi localizado	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Sim () Não foi localizado	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Sim () Não foi localizado
2.1. Informe o link do portal de transparência:	http://www.campoalegre.al.gov.br/transparencia/	http://www.transparencia.maceio.al.gov.br/web/pages/homepage.faces	https://transparencia.delmirogouveia.al.gov.br/
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL: O ente federado disponibiliza informações sobre sua estrutura organizacional? *	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado
4. UNIDADES ADMINISTRATIVAS: O ente federado disponibiliza informações sobre as suas unidades administrativas? *	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado
4.1. Indique as informações sobre as unidades administrativas que o ente federado disponibiliza:	(X) Endereço (X) Telefone (X) Horário de atendimento ao público	(X) Endereço (X) Telefone (X) Horário de atendimento ao público	(X) Endereço (N) Telefone (X) Horário de atendimento ao público
5. RECEITAS: O ente federado disponibiliza informações sobre Receitas? *	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado
5.1. Indique as informações localizadas sobre Receitas:	(X) Valor previsto (X) Valor arrecadado (X) Classificação em, no mínimo, categoria e/ou origem	(X) Valor previsto (X) Valor arrecadado (X) Classificação em, no mínimo, categoria e/ou origem	(X) Valor previsto (X) Valor arrecadado (X) Classificação em, no mínimo, categoria e/ou origem
6. DESPESAS: O ente federado disponibiliza informações sobre Despesas? *	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado

6.1. Indique as informações localizadas sobre Empenhos:	(X) Número do empenho (X) Valor do empenho (X) Data do empenho (X) Favorecido do empenho (X) Descrição/Objeto do empenho	(X) Número do empenho (X) Valor do empenho (X) Data do empenho (X) Favorecido do empenho (X) Descrição/Objeto do empenho	(X) Número do empenho (X) Valor do empenho (X) Data do empenho (X) Favorecido do empenho (X) Descrição/Objeto do empenho
6.2. Indique as informações localizadas sobre Pagamentos:	(X) Valor do empenho (X) Data do empenho (X) Favorecido do empenho (X) Empenho de referência	(X) Valor do empenho (X) Data do empenho (X) Favorecido do empenho (X) Empenho de referência	(X) Valor do empenho (X) Data do empenho (X) Favorecido do empenho (X) Empenho de referência
7. O ente federado possibilita a consulta de empenhos ou de pagamentos por favorecido? *	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado
8. O ente federado permite gerar relatório de empenhos ou de pagamentos em formato aberto? *	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado
9. LICITAÇÕES: O ente federado disponibiliza mecanismo ou ferramenta eletrônica de consulta de informações sobre Licitações? *	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado
9.1. Indique as informações localizadas sobre Licitações:	(X) Número/Ano do Edital (X) Modalidade de licitação (X) Objeto da licitação (X) Situação/Status da licitação	(X) Número/Ano do Edital (X) Modalidade de licitação (X) Objeto da licitação (X) Situação/Status da licitação	(X) Número/Ano do Edital (X) Modalidade de licitação (X) Objeto da licitação (X) Situação/Status da licitação
10. O ente federado disponibiliza o conteúdo integral dos editais de licitação? *	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado
11. O ente federado disponibiliza consulta para acesso aos resultados das licitações ocorridas? *	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado
12. CONTRATOS: O ente federado disponibiliza possibilidade de consulta de informações sobre Contratos? *	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado

12.1. Indique as informações localizadas sobre Contratos:	(X) Objeto (X) Valor (X) Favorecido (X) Número/Ano do Contrato (X) Vigência (X) Licitação de origem	(X) Objeto (X) Valor (X) Favorecido (X) Número/Ano do Contrato (X) Vigência (N) Licitação de origem	(X) Objeto (X) Valor (X) Favorecido (X) Número/Ano do Contrato (X) Vigência (X) Licitação de origem
12.2. O ente federado disponibiliza o conteúdo integral dos contratos?	(X) Sim () Não foi localizado	(X) Sim () Não foi localizado	(X) Sim () Não foi localizado
13. O ente federado permite gerar relatório da consulta de licitações ou da consulta de contratos em formato aberto? *	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado	() Sim <input type="checkbox"/> (X) Não foi localizado <input checked="" type="checkbox"/>	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado
14. OBRAS PÚBLICAS: O ente federado disponibiliza consulta para o acompanhamento de Obras Públicas? *	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado	() Sim <input type="checkbox"/> (X) Não foi localizado <input checked="" type="checkbox"/>
14.1. Indique as informações localizadas sobre Obras Públicas:	(X) Objeto (X) Valor total (X) Empresa contratada (X) Data de início (X) Data prevista para o término ou prazo de execução (X) Valor total já pago ou percentual de execução financeira (X) Situação atual da obra	(X) Objeto (X) Valor total (X) Empresa contratada (X) Data de início (X) Data prevista para o término ou prazo de execução (X) Valor total já pago ou percentual de execução financeira (X) Situação atual da obra	() Objeto () Valor total () Empresa contratada () Data de início () Data prevista para o término ou prazo de execução () Valor total já pago ou percentual de execução financeira () Situação atual da obra
15. SERVIDORES PÚBLICOS: O ente federado disponibiliza possibilidade de consulta de informações sobre Servidores Públicos? *	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado
15.1. Indique as informações localizadas sobre Servidores Públicos:	(X) Nome (X) Cargo/Função (X) Remuneração	(X) Nome (X) Cargo/Função (X) Remuneração	(X) Nome (X) Cargo/Função (X) Remuneração
16. DIÁRIAS: O ente federado disponibiliza possibilidade de consulta de informações sobre despesas com Diárias? *	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi localizado
16.1. Indique as informações localizadas sobre despesas com Diárias:	(X) Nome do beneficiário (X) Valores recebidos (X) Período da viagem (X) Destino da viagem (X) Motivo da viagem	(X) Nome do beneficiário (X) Valores recebidos (X) Período da viagem (X) Destino da viagem (X) Motivo da viagem	(X) Nome do beneficiário (X) Valores recebidos (X) Período da viagem (X) Destino da viagem (X) Motivo da viagem

17. REGULAMENTAÇÃO DA LAI: O ente federado divulga seu normativo de acesso à informação em local de fácil acesso? *	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Sim <input type="checkbox"/> () Não foi localizado	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Sim <input type="checkbox"/> () Não foi localizado	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Sim <input type="checkbox"/> () Não foi localizado
17.1. Informe o link que permite o acesso ao normativo da LAI do ente federado	http://campoalegre.al.gov.br/acesso/lei-2018.pdf	http://www.maceio.al.gov.br/wp-content/uploads/2013/06/pdf/2013/06/DECRETO-MUNICIPAL-8.052-2015-1.pdf	http://www.pmdg.com.br/TRANSPARENCIA/COMPONENTS/COM_RSFORM/UPL OADS/5AF32D2ED63BB-LEI_1166.PDF
18. RELATÓRIO ESTATÍSTICO: O ente federado divulga relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de acesso à informação recebidos, atendidos ou indeferidos? *	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Sim <input type="checkbox"/> () Não foi localizado	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Sim <input type="checkbox"/> () Não foi localizado	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Sim <input type="checkbox"/> () Não foi localizado
18.1. Indique as informações que são disponibilizadas no relatório:	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Quantidade de pedidos <input checked="" type="checkbox"/> (X) Quantidade e/ou percentual de pedidos de informação atendidos <input checked="" type="checkbox"/> (X) Quantidade e/ou percentual de pedidos de informação indeferidos	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Quantidade de pedidos <input checked="" type="checkbox"/> (X) Quantidade e/ou percentual de pedidos de informação atendidos <input checked="" type="checkbox"/> (X) Quantidade e/ou percentual de pedidos de informação indeferidos	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Quantidade de pedidos <input checked="" type="checkbox"/> (X) Quantidade e/ou percentual de pedidos de informação atendidos <input checked="" type="checkbox"/> (X) Quantidade e/ou percentual de pedidos de informação indeferidos
19. BASES DE DADOS ABERTOS: O ente federado publica em seu sítio oficial alguma relação das bases dedados abertos do município (catálogo/inventário de dados abertos)? *	<input type="checkbox"/> () Sim <input checked="" type="checkbox"/> (X) Não foi localizado	<input type="checkbox"/> () Sim <input checked="" type="checkbox"/> (X) Não foi localizado	<input type="checkbox"/> () Sim <input checked="" type="checkbox"/> (X) Não foi localizado
TRANSPARÊNCIA PASSIVA			
20. No site do ente federado existe indicação precisa do funcionamento de um SIC físico, isto é, com a possibilidade de entrega de um pedido de informação de forma presencial? *	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Sim <input type="checkbox"/> () Não foi localizado	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Sim <input type="checkbox"/> () Não foi localizado	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Sim <input type="checkbox"/> () Não foi localizado
20.1. Quais informações sobre o SIC físico são disponibilizadas?	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Endereço <input checked="" type="checkbox"/> (X) Telefone <input checked="" type="checkbox"/> (X) Horário de atendimento	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Endereço <input checked="" type="checkbox"/> (X) Telefone <input checked="" type="checkbox"/> (X) Horário de atendimento	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Endereço <input checked="" type="checkbox"/> (X) Telefone <input checked="" type="checkbox"/> (X) Horário de atendimento

<p>21. Existe alternativa de envio de pedidos de acesso à informação de forma eletrônica? *</p>	<p>(X) Sim, há um sistema ou formulário para o envio de pedidos <input checked="" type="checkbox"/> () Sim, mas apenas há um e-mail indicado para o envio de pedidos () Não está funcionando, está fora do ar ou não foi localizado</p>	<p>(X) Sim, há um sistema ou formulário para o envio de pedidos <input checked="" type="checkbox"/> () Sim, mas apenas há um e-mail indicado para o envio de pedidos () Não está funcionando, está fora do ar ou não foi localizado</p>	<p>(X) Sim, há um sistema ou formulário para o envio de pedidos <input checked="" type="checkbox"/> () Sim, mas apenas há um e-mail indicado para o envio de pedidos () Não está funcionando, está fora do ar ou não foi localizado</p>
<p>21.1. Informe o endereço eletrônico:</p>	<p>https://www.municipionline.com.br/al/prefeitura/campoalegre/cidadao/login</p>	<p>http://www2.informamaceio.al.gov.br/esic/solicitante/pages/login.jsf</p>	<p>https://www.pmdg.com.br/transparencia/index.php/aceso-a-informacao/solicitarinformacao</p>
<p>22. Para fazer o pedido de informação de forma eletrônica são feitas exigências que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação? *</p>	<p>() Sim <input checked="" type="checkbox"/> (X) Não <input checked="" type="checkbox"/> () Não se aplica</p>	<p>() Sim <input checked="" type="checkbox"/> (X) Não <input checked="" type="checkbox"/> () Não se aplica</p>	<p>() Sim <input checked="" type="checkbox"/> (X) Não <input checked="" type="checkbox"/> () Não se aplica</p>
<p>23. PEDIDO 1: O pedido 1 foi enviado com sucesso e obteve resposta? *</p>	<p>(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi possível concluir o envio () Não foi localizado um sistema eletrônico para envio</p>	<p>(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi possível concluir o envio () Não foi localizado um sistema eletrônico para envio</p>	<p>(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi possível concluir o envio () Não foi localizado um sistema eletrônico para envio</p>
<p>23.1. O ente federado respondeu ao pedido 1?</p>	<p>(X) Sim () Não</p>	<p>(X) Sim () Não</p>	<p>(X) Sim () Não</p>
<p>23.2. O pedido 1 foi respondido no prazo?</p>	<p>(X) Sim () Não</p>	<p>(X) Sim () Não</p>	<p>(X) Sim () Não</p>
<p>23.3. O ente federado atendeu ao pedido, respondendo ao que se perguntou?</p>	<p>(X) Sim () Não</p>	<p>(X) Sim () Não</p>	<p>(X) Sim () Não</p>
<p>23.4. Na resposta ao pedido 1, o ente federado comunica ao cidadão a possibilidade de recurso?</p>	<p>(X) Sim () Não</p>	<p>(X) Sim () Não</p>	<p>() Sim (X) Não</p>
<p>24. PEDIDO 2: O pedido 2 foi enviado com sucesso e obteve resposta? *</p>	<p>(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi possível concluir o envio () Não foi localizado um sistema eletrônico para envio</p>	<p>(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi possível concluir o envio () Não foi localizado um sistema eletrônico para envio</p>	<p>(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi possível concluir o envio () Não foi localizado um sistema eletrônico para envio</p>
<p>24.1. O ente federado respondeu ao pedido 2?</p>	<p>(X) Sim () Não</p>	<p>(X) Sim () Não</p>	<p>(X) Sim () Não</p>
<p>24.2. O pedido 2 foi respondido no prazo?</p>	<p>(X) Sim () Não</p>	<p>(X) Sim () Não</p>	<p>(X) Sim () Não</p>

24.3. O ente federado atendeu ao pedido, respondendo ao que se perguntou?	(X) Sim () Não	(X) Sim () Não	(X) Sim () Não
24.4. Na resposta ao pedido 2, o ente federado comunica ao cidadão a possibilidade de recurso?	(X) Sim () Não	(X) Sim () Não	() Sim (X) Não
25. PEDIDO 3: O pedido 3 foi enviado com sucesso e obteve resposta? *	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi possível concluir o envio () Não foi localizado um sistema eletrônico para envio	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi possível concluir o envio () Não foi localizado um sistema eletrônico para envio	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não foi possível concluir o envio () Não foi localizado um sistema eletrônico para envio
25.1. O ente federado respondeu ao pedido 3?	(X) Sim () Não	(X) Sim () Não	(X) Sim () Não
25.2. O pedido 3 foi respondido no prazo?	(X) Sim () Não	(X) Sim () Não	(X) Sim () Não
25.3. O ente federado atendeu ao pedido, respondendo ao que se perguntou?	(X) Sim () Não	(X) Sim () Não	(X) Sim () Não
25.4. Na resposta ao pedido 3, o ente federado comunica ao cidadão a possibilidade de recurso?	(X) Sim () Não	(X) Sim () Não	() Sim (X) Não
26. É possível realizar o acompanhamento eletrônico do pedido de informação? *	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não <input checked="" type="checkbox"/> () Não se aplica	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não <input checked="" type="checkbox"/> () Não se aplica	(X) Sim <input checked="" type="checkbox"/> () Não <input checked="" type="checkbox"/> () Não se aplica
26.1. Indique o(s) recurso(s) disponibilizado(s) para o acompanhamento dos pedidos de informação:	(X) Data de registro da solicitação (X) Situação da solicitação	(X) Data de registro da solicitação (X) Situação da solicitação	(X) Data de registro da solicitação (X) Situação da solicitação

Fonte: CGU, 2020.

Em consonância aos dados positivados no Quadro 08, averigua-se que os três municípios em questão possuem algo em comum, o não cumprimento da questão 19, “BASES DE DADOS ABERTOS”, em que os entes não possuíam, até aquele momento, publicações, em seu sítio oficial, alguma relação das bases de dados abertos do município. Todavia, este ponto era, até então, o único desafio para Campo Alegre.

Por outra vertente, Maceió, o segundo município no *ranking* de Alagoas, obteve, na questão 12 “CONTRATOS: o ente federado disponibiliza possibilidade de consulta de informações sobre Contratos?”, um *check* parcial, tendo em vista o não atendimento quanto à prestação de informação acerca da licitação de origem. Ademais, o referido

município perdeu ponto na questão 13, “o ente federado permite gerar relatório da consulta de licitações ou da consulta de contratos em formato aberto?”, uma vez que não foi localizada, no portal oficial, tal disponibilidade.

Quanto à Delmiro Gouveia, além de não possuir, à época, base de dados abertos, o ente federado também não cumpriu com a exigência de inserir telefones de Unidades Administrativas, conforme a questão 4 exige, em termos de transparência ativa. Outrossim, não foi localizada a disponibilidade de consulta para o acompanhamento de Obras Públicas – questão 14. Por último, Delmiro Gouveia não comunicou ao cidadão, nos três pedidos da transparência passiva, a possibilidade de recurso.

4.2 Análise dos Portais de Transparência

Aqui, será discutida a pesquisa de campo observada nos portais de transparência dos municípios delimitados para este estudo, uma vez que obtiveram uma média satisfatória em relação aos demais, conforme já explicitado anteriormente. Assim, reforça-se que os municípios precisam publicizar suas informações em sítios eletrônicos, a fim de que a população, em geral, tenha acesso, conforme explicita a Lei de Acesso à Informação. A referida Lei preconiza que existem informações essenciais que devem estar contidas dentro de cada portal, a saber (Quadro 9):

Quadro 09: Informações que precisam estar contidas, de forma obrigatória, nos portais de transparência.

<p>Lei de Acesso à Informação (LEI 12527/2011)</p>	<p>Art. 8 - § 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público; II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros; III - registros das despesas; IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados; V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.
--	--

Fonte: Elaborado pelo Autor (2023).

De acordo com Silva (2022), quando as informações estão devidamente publicizadas nos portais de transparência, a sociedade consegue verificar a sua fidedignidade, por meio de diversos instrumentos, os quais estão descritos no quadro 10:

Quadro 10: Técnicas de Fiscalização mais comuns.

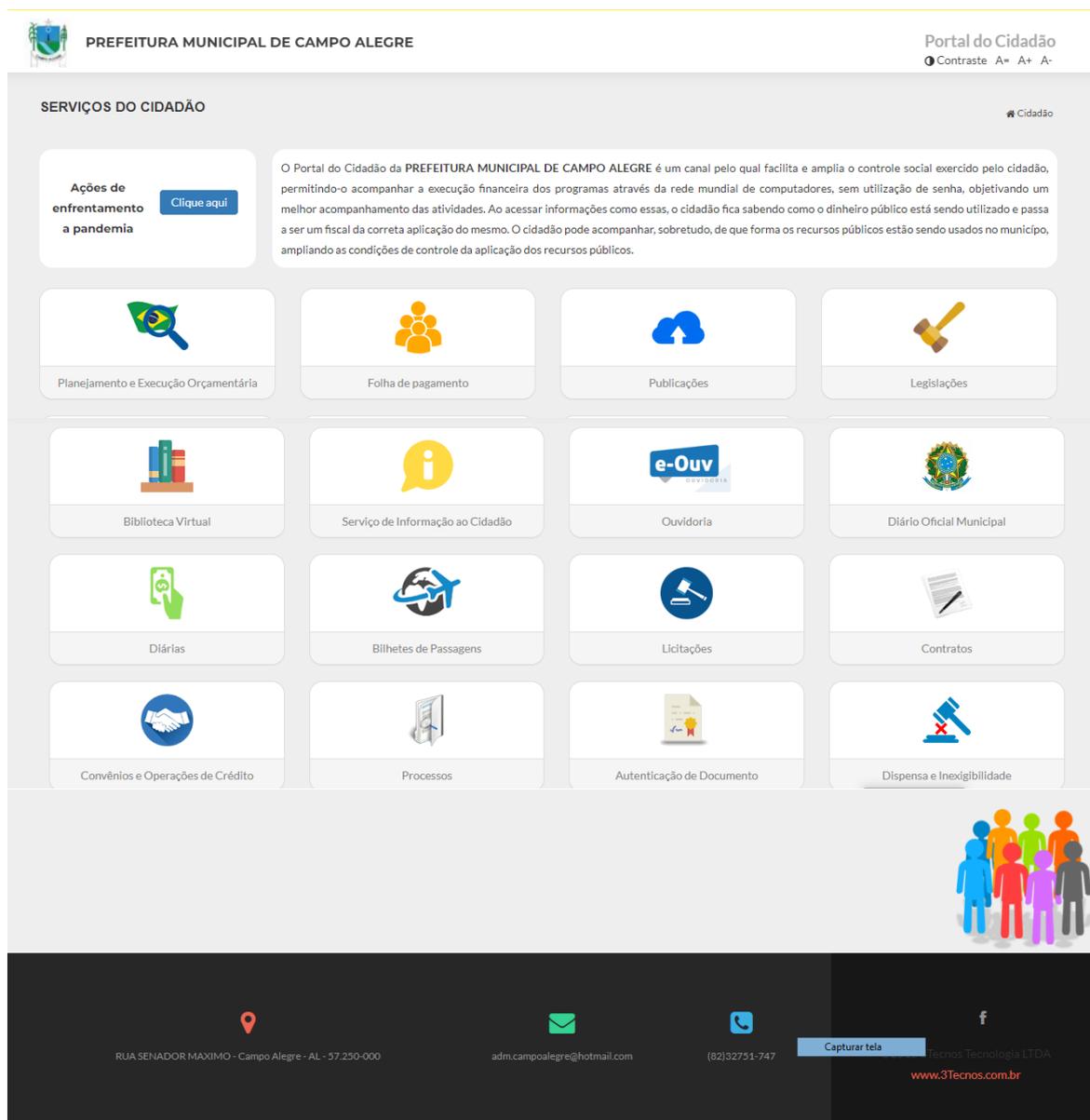
a) Exame documental- Consiste na análise de documentos para examinar se as transações estão devidamente documentadas e registradas, se a documentação é idônea e se as transações e documentação foram aprovadas por pessoas competentes. Por exemplo, verificar se as portarias que concedem diárias aos servidores públicos estão lastreadas com a respectiva prestação de contas da viagem
b) Exame físico- Consiste na verificação in loco do objeto contratado para examinar a quantidade e a qualidade dos bens adquiridos. Por exemplo, verificar no depósito da Secretaria Municipal de Educação ou na dispensa dos colégios se a merenda escolar foi efetivamente entregue.
c) Circularização- Consiste no envio de correspondência a empresa/pessoa com o objetivo de confirmar fatos e informações apresentados nos documentos fiscais. Por exemplo, envio de e-mail a determinada empresa para verificar se efetivamente ela forneceu o bem ao município, conforme consta nas especificações da nota fiscal.
d) Conferência de cálculos- Verificação da exatidão dos valores que constam nos documentos examinados. Por exemplo, conferir se o somatório dos valores apostos nas notas fiscais está correto.
e) Entrevista de coleta de dados- Busca evidências por meio de entrevista que poderá ser reduzida a termo e utilizada para subsidiar as conclusões a serem formuladas. Por exemplo, entrevista com a população de determinada localidade para saber se a obra pública está paralisada.
f) Cruzamento eletrônico de dados- Cotejo de informações, dados ou registros obtidos em diferentes fontes, que devam guardar correspondência entre si. Por exemplo, cruzamento do número do CNPJ das empresas contratadas pela prefeitura com a base de dados da Receita Federal para verificar se a empresa não é 'fantasma', aquelas que emitem notas fiscais, mas na prática não existem.

Fonte: Adaptado de Silva (2022).

4.2.1 Análise do Portal de Transparência do Município de Campo Alegre

Em um introito inicial, é possível destacar que o portal de Transparência do município de Campo Alegre possui 16 abas organizadas de acordo com a finalidade do usuário, a fim de facilitar a usabilidade de quem estará pesquisando, bem como para que o usuário atinja seu objetivo mais facilmente. Também, está contido, dentro do portal, o endereço físico da prefeitura, o endereço eletrônico e o telefone de acesso para que o contato seja facilitado.

Figura 04: Sítio do Portal de Transparência de Campo Alegre.



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Assim que aberto, já existe uma mensagem explicando o objetivo do portal, em que é buscado esclarecer os principais pontos para que os usuários consigam compreender a mensagem com fluidez e ser objetivos na sua busca:

O Portal do Cidadão da PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE é um canal pelo qual facilita e amplia o controle social exercido pelo cidadão, permitindo-o acompanhar a execução financeira dos programas através da rede mundial de computadores, sem utilização de senha, objetivando um melhor acompanhamento das atividades. Ao acessar informações como essas, o cidadão fica sabendo como o dinheiro público está sendo utilizado e passa a ser um fiscal da correta aplicação do mesmo. O cidadão pode acompanhar, sobretudo, de que forma os recursos públicos estão sendo usados no município, ampliando as condições de controle da aplicação dos recursos públicos (Prefeitura Municipal De Campo Alegre, 2023²³).

Seguindo esse raciocínio, ao acessar o portal, o cidadão depara-se com 16 abas com finalidades distintas, sendo a primeira delas “Planejamento e execução orçamentária”. Nela, estão contidas três abas descritas como “Receita”, “Despesa” e “Planejamento e Orçamentário”.

Figura 05: Aba Planejamento e execução orçamentária.



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Ao clicar em “Receita”, o usuário consegue localizar todas as informações concernentes à despesa e aos investimentos do município. É possível localizar o Poder, ou seja, que o mesmo reside em âmbito executivo, o Órgão, que é a Prefeitura Municipal de Campo Alegre, Receita total do Município, a descrição da Receita e a finalidade de cada uma delas, isto é, destinação à saúde, educação, a Receita Prevista para essas áreas, a Receita por período, incluindo o período de arrecadação e o total acumulado.

²³ Disponível em: < <https://www.municipioonline.com.br/al/prefeitura/campoalegre/cidadao>>. Acesso em: dez. 2023.

Para auxiliar no processo de busca e identificação, foram observados filtros em que o usuário pode buscar diretamente o objeto de seu interesse, por meio do campo “O que deseja pesquisar”, sendo possível a inserção da data de início e de fim da receita, a fim de corroborar na precisão dos resultados. É facultado ao usuário imprimir em diversos formatos e extensões todos os dados contidos nessa seção. Ademais, observaram-se recursos visuais para os usuários que possuem baixa capacidade de visão, facilitando-os a acessibilidade.

Também, fica descrita a Identificação das despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, a Identificação das despesas com ações e serviços públicos de saúde e os recursos não vinculados, mas que fazem parte desse escopo. Além disso, observam-se, de forma discriminada, os Recursos não Vinculados de Impostos, os Recursos vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário), os Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, as Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União, as Transferências destinadas ao setor cultural e a Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural.

Ao finalizar a análise da aba “Receita”, foi constatado que o usuário possui acesso, de forma detalhada, à Receita Prevista, à Receita Atualizada, à Receita de Arrecadação total do período e à Receita Arrecadada Acumulada. Faz-se necessário destacar que todos os dados financeiros do município são atualizados diariamente e que essa informação é de amplo e fácil acesso no portal.

A segunda guia dentro da aba “Planejamento e execução orçamentária” diz respeito às despesas do município. O portal definiu as despesas como a junção dos gastos essenciais para o bom funcionamento dos serviços que são prestados pelo município à sociedade. “As despesas englobam todas Unidades Gestoras e orçamentárias que representam da Administração Direta, suas Secretarias e Fundos, que integram a Lei Orçamentária, que compõem o orçamento público”.

Aqui, estão contidas as informações relacionadas aos Empenhos, às Liquidações, aos Pagamentos, ao Extra Orçamentário e ao Repasse Financeiro. No final da página, há um quadro com o resumo de todas as informações, em que é possível observar o Valor Empenhado, o Valor Anulado e o Valor Reforçado, com atualizações sendo realizadas diariamente.

Na terceira guia ainda dentro da aba “Planejamento e execução orçamentária”, – Planejamento e Orçamento -, observa-se que foram publicados os meios públicos de

planejamento e orçamento, a saber: o Plano Plurianual de Ações, A Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. São explicados, em cada espaço destinado para esses meios, a finalidade e o escopo de cada um deles, a fim de guiar o usuário e ajudá-lo a chegar ao entendimento adequado sobre a questão.

Mais adiante, na segunda aba principal do portal – Folha de Pagamento, é possível encontrar as informações referentes ao cargo dos servidores públicos, à função, à situação funcional e à remuneração deles.

Figura 06: Folha de Pagamento.

The screenshot displays the 'SERVIDORES' portal interface. At the top, there is a search bar with the text 'Use a pesquisa para obter informações sobre cargo, função, situação funcional e remuneração dos servidores.' Below this, there are four tabs: 'Folha de Pagamento' (selected), 'Cargos', 'Quitação de Pagamento', and 'Estagiários'. The 'Folha de Pagamento' tab contains a search filter section with three dropdown menus: '2023', 'PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE', and 'DEZEMBRO', followed by a search button. Below the filters is a table with the following columns: 'Nome', 'CPF', 'Cargo', 'Tipo Cargo', 'Nível', 'Valor Base', 'Proventos', 'Descontos', and 'Líquido'. The table is currently empty, displaying the message 'Nenhum registro encontrado'.

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Nesta seção todas as informações relacionadas ao servidor público podem ser consultadas, desde que o usuário que esteja pesquisando possa fornecer informações pessoais do servidor, tais como nome, cpf, tipo de cargo, entre outros. No que diz respeito aos Cargos, estes estão subdivididos em Comissionados e Efetivos, com a menção ao total de cargos disponíveis e aos ocupados até o momento.

Além disso, é possível encontrar o quadro remuneratório, em que estão contidas as informações concernentes ao Regime (Comissionado ou Efetivo), ao código do cargo, ao Cargo, ao Salário Inicial, além do quantitativo de vagas (preenchidas, não preenchidas e totais). É possível observar um filtro para facilitar a pesquisa do usuário e da precisão dos seus resultados, em que é digitada a pesquisa no campo “O que está buscando”, além do ano e do mês, assim, o redirecionamento para a pesquisa ocorre normalmente e precisamente. Ainda, visualiza-se, dentro da aba principal, as informações concernentes à Quitação do Pagamento e aos Estagiários, com todos os filtros disponíveis para que a pesquisa seja feita da forma mais precisa possível.

Mais adiante, o usuário pode encontrar a terceira aba principal, Publicações, a qual dispõe sobre os recursos financeiros arrecadados, em grande parte na forma de impostos, para atender às demandas do município. Também, é necessário destacar que essa aba possui 5 guias que versam sobre: Relatório de Gestão Fiscal, Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Prestação de Contas – Governo, Prestação de Contas – Gestão e Relatório de Controle Interno.

Figura 07: Publicações.



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Na primeira Guia – Relatório de Gestão Fiscal (RGF) -, observa-se que o mesmo foi dividido em Quadrimestral, Bimestral, Semestral e Anual. Contudo, apenas os relatórios concernentes ao período “Quadrimestral” estão disponíveis para acesso, e as demais datas estão vazias, sem relatórios cadastrados. Ainda, é preciso destacar que existem abas correspondentes aos anos anteriores e que, caso necessário, o usuário poderá consultar o RGF correspondente ao ano escolhido, sem dificuldades, contudo, todos os anos anteriores são compostos apenas por relatórios Quadrimestrais, e que os demais campos (Bimestral, Semestral e Anual) permanecem vazios.

Na segunda guia – Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)-, é possível observar a mesma divisão temporal do RGF, com a possibilidade de visualização dos relatórios dos anos anteriores, porém, neles, apenas estão disponíveis os relatórios bimestrais.

Na terceira guia – Prestação de Contas – Governo -, é possível observar a prestação de contas anual de todas as despesas e investimentos realizados pelo

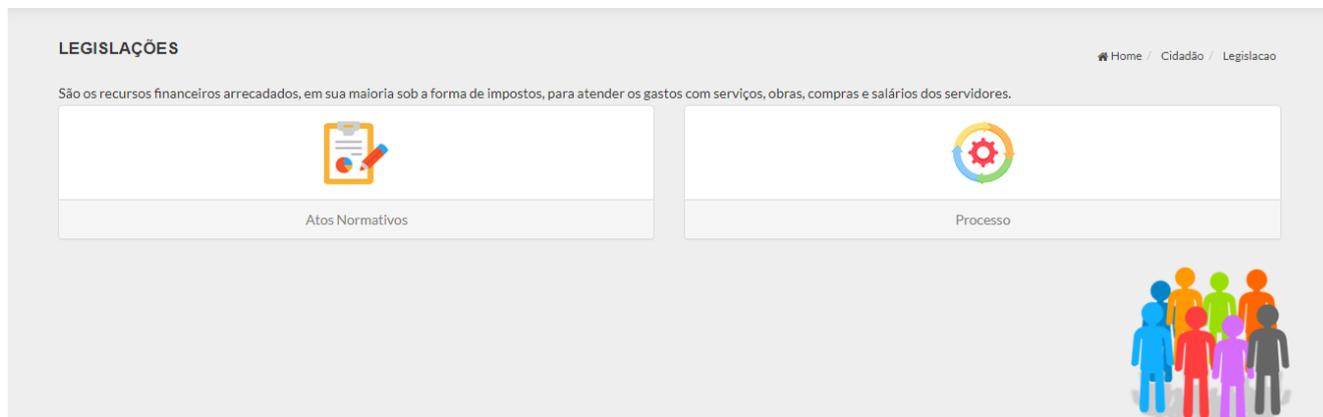
município, em que todos os documentos referentes a essa questão estão disponibilizados em formato PDF para que os usuários possam colher as informações necessárias. A prestação de contas de todos os exercícios anteriores encontra-se disponível para consulta, de forma acessível, a todos.

Na quarta guia – Prestação de Contas – Gestão-, o usuário consegue localizar todas as informações concernentes às despesas realizadas pela Gestão, em que todos os documentos estão disponibilizados em formato PDF para consulta pública.

A última guia – Quinta -, Relatório de Controle Interno-, demonstra as ações internas da gestão para o controle da transparência. É importante salientar que, apesar da existência das guias relativas aos anos anteriores, apenas para o ano de 2023 há relatório disponível, e os anos anteriores encontram-se vazios, sem relatórios para acompanhamento da população.

Mais adiante, na quarta aba principal do portal de transparência, denominada “Legislações”, é possível acompanhar os atos normativos e os processos administrativos existentes.

Figura 08: Legislações.



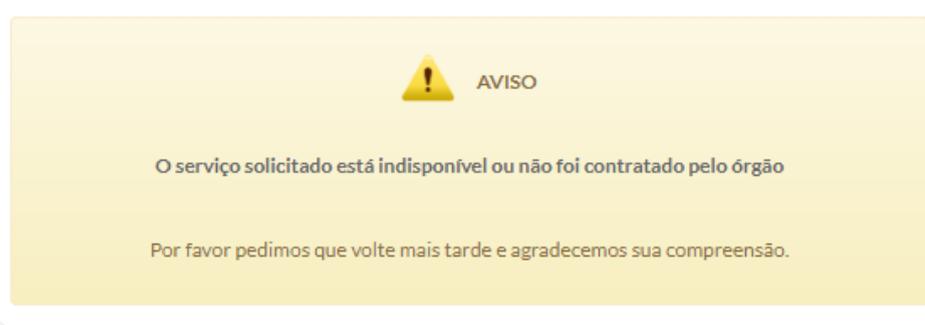
Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Quando o usuário acessa essa quarta aba, estão contidas duas guias – Atos Normativos (1) e Processo (2). Na primeira guia - (1)-, vê-se, inicialmente, a existência de filtros que possuem a finalidade de garantir uma melhor fluidez e acessibilidade da informação. Esses filtros são caracterizados por ano, tipo de ato normativo (Lei Municipal, Lei Estadual, Lei Federal, Decreto Municipal, Decreto Estadual e Decreto Federal), em que, a partir da filtragem, o usuário consegue acessar o ato Normativo resguardado pela legislação vigente.

Já na segunda guia - (2) -, estão contidos os Contratos, o Relatório de Gestão de Governo, os Decretos, os Editais, os Convênios, Atas de Registro de Preço, os Ofícios, as Portarias, os Atos Normativos, o Cadastro Municipal de Empresas Inadimplentes (CMEI), as Sessões Legislativas, as Leis. Ressalte-se, também, que todas essas informações estão caracterizadas por abas e divididas por ano, ou seja, as informações referentes a todos os anos anteriores também encontram-se disponíveis nessa seção do portal. Ainda, caso o usuário deseje uma maior agilidade de busca, essa aba possui filtros que podem ser utilizados para proporcionar uma maior precisão de resultados. Em tempo, é preciso destacar que todos os documentos contidos na segunda guia (2) estão disponibilizados para a população em formato PDF.

Nessa toada, a quinta aba principal do portal de transparência Campo Alegre é relacionada à Biblioteca Virtual, que é todo o acervo de livros digitais de interesse do governo e da população. Porém, foi constatado que, apesar da existência dessa aba, o serviço não foi contratado pela gestão, assim, aparece a mensagem de inexistência de serviço quando o usuário tenta acessá-la no site. A saber:

Figura 09: Biblioteca Virtual.



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Na sexta aba principal, Serviço de Informação ao Cidadão, estão contidas as informações necessárias para o melhor atendimento às pessoas físicas e jurídicas que desejam fazer requerimentos. A fim de melhorar o entendimento da finalidade do

Serviço de Informação ao Cidadão, essa aba traz o conceito do serviço e, também, os meios disponíveis para que a população possa ter acesso à informação, seja de forma presencial ou por forma virtual. Também, há uma guia específica com o nome “Estatística”, em que estão disponibilizadas para os usuários a quantidade de informações pesquisadas.

Figura 10: Serviço de Informação ao Cidadão.

E-SIC (SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO) Home / Cidadão / Informacoes

Principal Estatística

O e-SIC foi criado em conformidade com a Lei 12.527/11, para atender as pessoas físicas e jurídicas que queiram fazer requerimentos. Para ter acesso ao Sistema, é necessário que o requerente faça seu cadastro, podendo assim, através de sua área pessoal, cadastrar requerimentos, entrar com recursos, acompanhar o andamento de suas solicitações e obter o retorno através do próprio sistema. O e-SIC tem por finalidade criar um banco de dados para interação entre o órgão e o cidadão, visando maiores esclarecimentos ao redor da administração pública. Receba sua resposta no prazo de 20 dias (prorrogável por mais 10 dias) e tenha acesso a informações públicas.

Escolha abaixo a forma de entrar em contato com o SIC da Prefeitura.

E-SIC Eletrônico
Para solicitar a informação eletronicamente acesse [Clique Aqui](#) e preencha o cadastro juntamente com a solicitação de informação.

SIC Presencial
Para fazer um requerimento presencial, preencha o formulário que será fornecido pelo servidor responsável no próprio órgão.

Local e horário de funcionamento:

Orgão: CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - E-SIC
Endereço: Rua Senador Máximo, nº 74, Centro, Campo Alegre/AL
Horário: 8h às 12h e de 13h às 17h
Responsável: ISABELA MELISSA DA SILVA GUIMARAES
Contato: 82996789909
e-mail: e-siccampoalegre@hotmail.com

Ouvidoria
É um espaço que funciona como uma ponte entre a população e as instituições

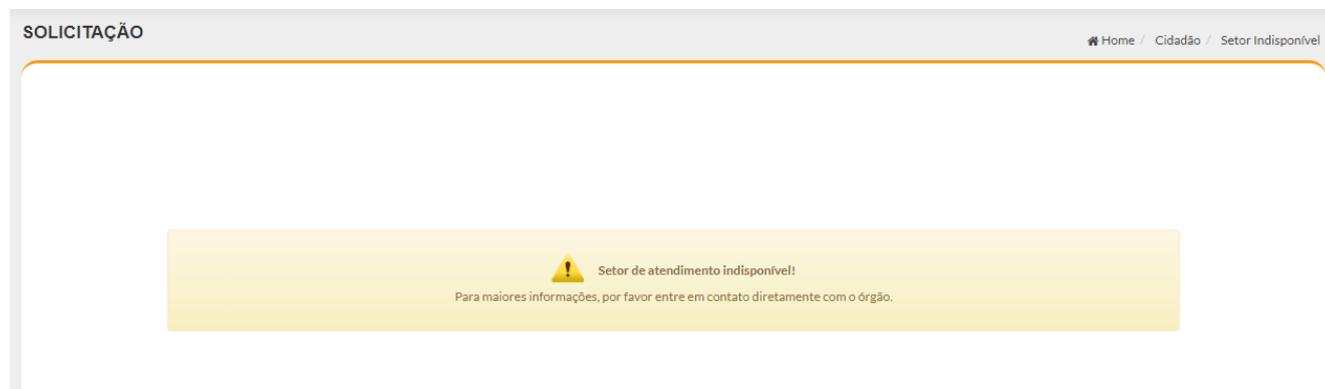
Local e horário de funcionamento:

Orgão: CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - OUVIDORIA
Endereço: Rua Senador Máximo, nº 74, Centro, Campo Alegre/AL
Horário: 8h às 12h e de 13h às 17h
Responsável: ISABELA MELISSA DA SILVA GUIMARAES
Contato: (82)99678-9909
Email: controladoriacampoalegre@gmail.com

Entregue o formulário preenchido ao servidor responsável para que ele possa inserir as informações no sistema e gerar o seu nº de atendimento;
Para acompanhar o andamento de seu pedido entre em contato pelo telefone, ou dirija-se ao órgão informando seu nº de atendimento.

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Mais adiante, na sétima aba principal do portal de transparência, Ouvidoria, foi possível perceber que não há funcionalidade, nem operacionalidade, dentro dessa aba, pois o usuário não tem acesso à ouvidoria da gestão municipal de uma forma facilitada. Frise-se que, apesar da existência dessa aba dentro do portal de transparência do município de Campo Alegre, quando o usuário decide buscá-la, automaticamente, é exibida uma mensagem informando que esse setor de atendimento é indisponível, e que, para que o usuário consiga esse tipo de atendimento, precisa entrar em contato diretamente com o órgão, contudo, não está clara a melhor forma de comunicação, se ela se dará de forma online ou presencial.

Figura 11: Ouvidoria.

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Mais adiante, a oitava aba principal do portal de transparência de Campo Alegre está relacionada ao Diário Oficial, em que todos os atos administrativos do município precisam estar publicizados. Contudo, ao acessá-la inúmeras vezes, por vários dias consecutivos, observou-se uma instabilidade nesse serviço oferecido pelo portal, em que o usuário não consegue ter acesso ao Diário, pois aparece mensagem de indisponibilidade ou de não contratação do serviço, solicitando que o usuário tente novamente em outro horário.

Figura 12: Diário Oficial Municipal.

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Na nona aba do portal, é possível encontrar todas as informações relacionadas às diárias oferecidas pelo município para algum servidor. Nela, estão contidas

informações em guias para facilitar a pesquisa, tais como: órgão, cargo, favorecido, saída, chegada, destino, quantidade de diárias, valor da diária, total do pagamento e a data dele. As informações podem ser fornecidas em formato pdf ou em outras extensões a depender da escolha do usuário. São fornecidos filtros capazes de agilizar a busca dentro dessa aba, desde o ano até o tipo do serviço e do valor da diária.

Figura 13: Diárias.

Após realizar a pesquisa, clique na imagem logo abaixo para visualizar mais detalhes.

Diárias

O que deseja pesquisar... 2023 Dezembro Pesquisar

Órgão	Cargo	Favorecido	Saída	Chegada	Destino	Qtd.	Diária	Total	Pgto.
SECRETARIA DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO E FAMILIA	FACILITADOR	BEATRIZ DOS SANTOS SILVA	07/12/2023	10/12/2023	BRASILIA	4	300,00	1.200,00	06/12/2023
SECRETARIA DA MULHER, DA JUVENTUDE E DO IDOSO E FAMILIA	PROFESSOR 20H CONTRATO	FERNANDO MIZEL DA SILVA	07/12/2023	10/12/2023	BRASILIA	4	300,00	1.200,00	06/12/2023

Mostrando de 1 até 2 de 2 registros

Anterior 1 Próximo

Conjunto de informações atualizadas em 16/12/2023 com dados até 06/12/2023. Saiba mais...

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Mais adiante, na décima aba do portal de transparência de Campo Alegre, denominada Bilhetes de Passagens, o cidadão poderá consultar aquelas passagens que foram concedidas pelo município para os servidores que precisaram realizar algum deslocamento a serviço de determinado órgão para fora do Estado. Além disso, o portal esclarece que todas as informações sobre as diárias estarão devidamente justificadas, independentemente de o deslocamento ter se dado por transporte terrestre ou aéreo.

Figura 14: Bilhetes de Passagens.

BILHETES DE PASSAGENS

Home / Cidadão / Bilhetes de Passagens

Aqui o cidadão poderá consultar os bilhetes de passagens concedidas a servidores públicos quando do deslocamento a serviço do órgão para fora do Estado. Caso não existe nenhuma concessão no período selecionado o sistema emitirá a mensagem "Não houve movimentações no período", contudo caso haja diárias para fora do estado e esse deslocamento se der pela via terrestre ou em carro próprio, está estará devidamente justificada na concessão da diária.

Após realizar a pesquisa, clique na imagem logo abaixo para visualizar mais detalhes.

Bilhetes de Passagens

O que deseja pesquisar... 2023 Dezembro Pesquisar

Órgão	Favorecido	Saída	Chegada	Destino	Cargo	Valor	Motivo
-------	------------	-------	---------	---------	-------	-------	--------

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Nessa aba, os usuários interessados poderão buscar todas as informações relacionadas às viagens concedidas pelo município a algum determinado servidor. Nela, estão descritas informações como órgão, servidor favorecido, saída do servidor da cidade, chegada ao destino, destino, cargo que ocupa o servidor, valor da diária e o motivo para a concessão da diária. Também, há a existência de filtros para direcionar a busca e dar maior celeridade a ela.

A décima primeira aba do portal de transparência de Campo Alegre é chamada de Licitações, nela são descritos todos os processos licitatórios do município, independentemente de eles estarem em andamento ou concluídos.

Figura 15: Licitações.

Após realizar a pesquisa, clique na imagem  logo abaixo para visualizar mais detalhes.
Aqui são trazidos os processos do mês atual, para encontrar processos anteriores é necessário utilizar os filtros abaixo de busca livre, período, mês e ano. Você ainda consegue realizar a ordenação dos processos clicando na coluna específica de cada título.

O que deseja pesquisar... Data Início  Data Fim  2023 Dezembro Q Pesquisar

	Órgão	Processo	Modalidade	Autorização	Abertura	Objeto	Adesão	VL. Estimado	Situação
	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE	089	Pregão Eletrônico	22/11/2023	12/12/2023	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATE...	Não	R\$ 5.034.000,17	Em andamento
	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE	088	Pregão Eletrônico	10/11/2023	04/12/2023	Registro de preços para futura e eventual aquisição de material de construção...	Não	R\$ 1.321.147,20	Em andamento

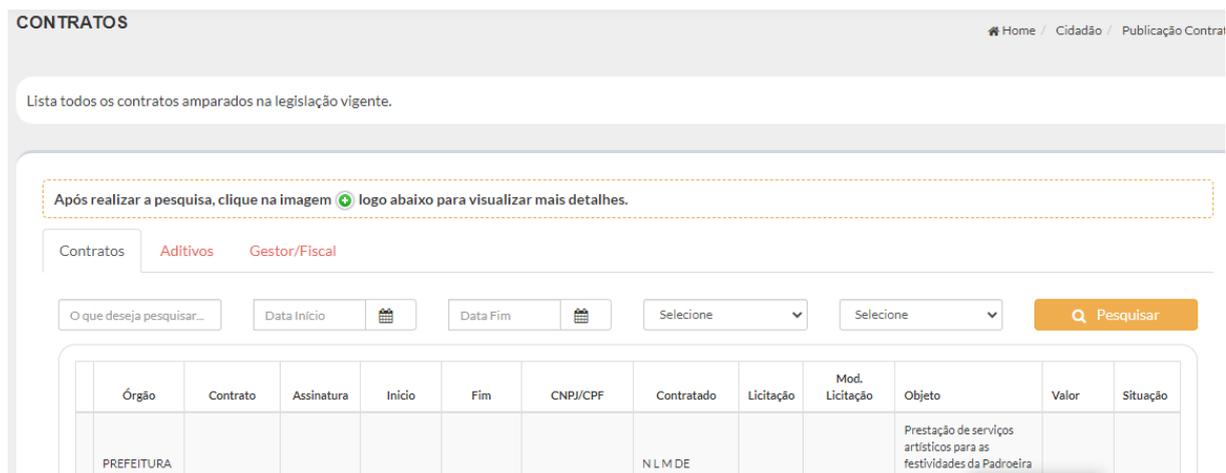
Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Os campos nessa aba são de fácil leitura e interpretação, em que os usuários interessados também poderão utilizar os filtros para conseguirem um acesso à informação mais rápido e preciso. Alguns campos são essenciais para a compreensão do processo e para que haja uma maior clareza dele, tais como a informação sobre o órgão, o número do processo, a modalidade da licitação contratada, a data de autorização, a data de abertura do processo licitatório, o objeto fruto da licitação, se há aderência, o valor estimado e a situação da licitação, se está em andamento ou concluída.

Caso o usuário deseje salvar as informações concernentes à Licitação, os documentos ficarão disponíveis em PDF ou em outras extensões de interesse dele. Além disso, faz-se necessário destacar que as informações do site estão sempre atualizadas com as datas, resultados e valores das licitações mais recentes, ou seja, os usuários terão sempre disponíveis as informações reais dos processos licitatórios.

Na décima segunda aba principal do portal de transparência de Campo Alegre, Contratos, são listados os contratos realizados com o município. Dentro da aba principal, há 3 guias que orientam a navegação dentro da aba e facilitam o acesso a determinadas informações.

Figura 16: Contratos.



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

A primeira guia é denominada de “Contratos”, em que são aplicados filtros para facilitar a acessibilidade às informações contratuais buscadas. Nessa guia são encontradas algumas informações essenciais, tais como: Órgão, número do Contrato, Data da Assinatura, Início da Vigência do Contrato, Fim da Vigência contratual, CNPJ para pessoa jurídica ou CPF para pessoa física, Contratado, Modalidade da Licitação, Objeto do contrato, valor contratual e situação do contrato. Ressalte-se que todas essas informações são diariamente atualizadas, a fim de trazer uma maior confiabilidade do usuário. Também, caso o usuário deseje, as informações são disponibilizadas em PDF ou em extensão almejada para impressão.

A Segunda guia, chamada de “Aditivos”, possui filtros para que o usuário seja direcionado até o aditivo contratual almejado, com data de início e data de fim. Já a terceira guia é denominada “Gestor/Fiscal”, é composta pelo órgão, nome do gestor ou fiscal, CPF e função. Ambas possuem versões em PDF para impressão e filtros para trazer maior celeridade e precisão à busca.

Mais adiante, a décima terceira aba principal versa sobre os convênios e operações de crédito, em que são listados todos os convênios celebrados com o município.

Figura 17: Convênios e Operações de Crédito.

CONVÊNIOS E OPERAÇÕES DE CRÉDITO Home / Cidadão / Publicação Convênio

Lista todos os convênios e operações de crédito amparados na legislação vigente.

Após realizar a pesquisa, clique na imagem  logo abaixo para visualizar mais detalhes.

O que deseja pesquisar... Data Início  Data Fim  2023  Dezembro  Pesquisar

Órgão	Convênio / OP Crédito	Fonte Recurso	Início	Fim	Assinatura	Objeto	Valor
Não houve movimentações no período							

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Dentro dessa aba, há informações que visam facilitar a acessibilidade do usuário dentro da pesquisa, tais como: Órgão, Convênio ou Operação de Crédito, Fonte do Recurso, Início e Fim da vigência, Data da Assinatura, Objeto celebrado pelo convênio e o valor do convênio. Além disso, nessa aba, filtros também podem ser aplicados para que o usuário encontre a informação almejada.

Na décima quarta aba, “Processos”, é possível consultar os processos que estão em andamento ou realizar o requerimento para abertura de novos.

Figura 18: Processos.

PROCESSOS

Consulta de Processos e abertura de novos Requerimentos.



Consulta



Novo Requerimento

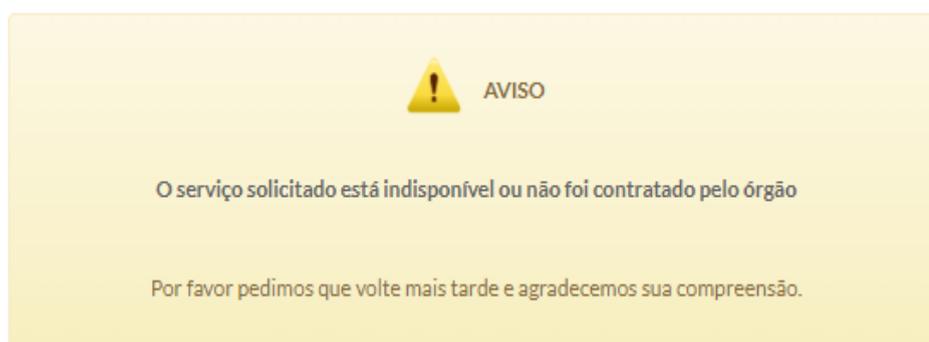
Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Quando o usuário acessa a aba principal, ele poderá escolher entre a aba secundária de consulta ou a de novo requerimento. Em relação à aba de “consulta”, existem campos passíveis de preenchimento para que o usuário consulte determinado processo, são eles: Ano do processo, tipo de consulta, número do processo e período do processo. Com a inserção desses dados no portal, o usuário consegue ter acesso ao processo desejado.

Já a aba “novo requerimento”, quando acessada, o usuário acaba sendo redirecionado para uma página de Login e senha, a fim de entrar com o requerimento. Contudo, fica nítido que nem todos os usuários conseguirão uma acessibilidade facilitada, sendo necessário o direcionamento para um órgão físico, ou seja, não é de fácil alcance da população a abertura de um requerimento, principalmente para aquele usuário que possui um pouco mais de dificuldade na compreensão e usabilidade dos aparatos tecnológicos.

Na próxima aba principal, a décima quinta, denominada de Autenticação de Documento, seria, em tese, possível autenticar documentos emitidos pelo próprio portal. Porém, foi constatado que esse serviço disponibilizado pelo município de Campo Alegre é falho, visto que essa ferramenta encontra-se sempre fora do ar ou, então, o serviço não foi contratado pelo órgão, conforme mensagem apresentada na figura 19:

Figura 19: Autenticação de Documento.



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Por fim, a aba Dispensa e Inexigibilidade, que é a última aba principal do portal de transparência – aba 16 – do município de Campo Alegre, tem como objetivo listar todos os procedimentos existentes envolvendo a dispensa dentro do município.

Figura 20: Dispensa e Inexigibilidade.

Após realizar a pesquisa, clique na imagem  logo abaixo para visualizar mais detalhes.

Aqui são trazidos os processos do mês atual, para encontrar processos anteriores é necessário utilizar os filtros abaixo de busca livre, período, mês e ano. Você ainda consegue realizar a ordenação dos processos clicando na coluna específica de cada título.

O que deseja pesquisar... Data Início  Data Fim  2023 Dezembro  Pesquisar

Órgão	Processo	Modalidade	Autorização	Assinatura	Objeto	VL Estimado	Situação
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE	123	Inexigibilidade	11/12/2023		Prestação de serviços artísticos para as festividades da Padroeira Nossa Senh...	R\$ 40.000,00	Contratado
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE	121	Inexigibilidade	05/12/2023		Contratação de microempreendedores individuais para prestação de diversos...	R\$ 6.600,00	Contratado

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Nessa aba, são aplicados filtros para facilitar a acessibilidade do usuário. Também, há campos explicativos com os dados necessários para a busca e compreensão das informações, a saber: Órgão, número do processo, data da autorização, Assinatura do processo, Objeto, valor de entrada e situação. Caso o usuário queira, consegue baixar a versão para impressão em PDF ou outra extensão. Em tempo, ressalte-se que todas as informações dessa aba são atualizadas diariamente, a fim de que os usuários obtenham os dados mais precisos possíveis.

4.2.2 Análise do Portal de Transparência do Município de Maceió

Inicialmente, quando o cidadão acessa o portal, são mostradas informações variadas, resumidas em abas e guias de acordo com o interesse de pesquisa do usuário. Na página principal, estão contidas todas as informações necessárias e exigidas pela Lei de Acesso à Informação, conforme explanadas no começo do capítulo.

Além das abas principais, que serão analisadas uma a uma, o portal oferece endereço físico e eletrônico para o contribuinte, inclusive, com o mapa detalhado para facilitar o acesso dele, também, oferta o contato das redes sociais do município,

inclusive, há um campo disponível pra que o próprio usuário avalie o portal com uma escala de estrelas de uma a cinco. Por fim, ainda há um campo específico informando que, caso o usuário não consiga encontrar alguma informação que esteja buscando no site, poderá entrar diretamente em contato com a prefeitura por meio de um link localizado no portal.

Nessa toada, destaca-se que o portal conta com 21 abas principais, em que todas as informações relacionadas ao município constam nelas, a saber: Planejamento e orçamento, Programação Financeira, Receita, Despesa, Servidores, Licitações, Contratos, Convênios, Termos de Parceria, Demonstrativos Contábeis, Consulta à Legislação, Obras, Orçamento da Criança e do Adolescente, Índices Fiscais, Emendas cidadãs, Maceió IN, Conselhos, Glossário, Perguntas Frequentes, SIAFIC e Painel de Manifestações.

Além das abas principais, ainda há uma específica informando que o portal – que está atualizado para a versão mais atual -, pode voltar para a versão mais antiga, a de 2019. Em tempo, é imperioso destacar que o portal dispõe links de acesso que redirecionam o contribuinte para áreas específicas, como portal de serviços, ouvidoria, e-sic/Informa Maceió, portal do cidadão, transparência saúde.

Figura 21: Sítio do Portal de Transparência de Maceió.

Portal da Transparência
Município de Maceió

Início Sobre Site da Prefeitura Fale Conosco COVID-19 Organograma

Versão: 4.0.3-202307030913

PREFEITURA DE
MACEIÓ

Portal da Transparência Municipal

COVID-19 Planejamento Orçamentário Programação Financeira Receita Despesa Servidores

Licitações Contratos Convênios Termos de Parceria Demonstrativos Contábeis Consulta à Legislação

Obras OCA Orçamento da Criança e do Adolescente IF Índices Fiscais EC Emendas Cidadãs M-IN Maceió IN Conselhos

Glossário Perguntas Frequentes SIAFIC Painel de Manifestações Portal Versão 2019

Links de Acesso

PORTAL DE SERVIÇOS OUVIDORIA e-SIC/INFORMA MACEIÓ PORTAL DO CIDADÃO

TRANSPARÊNCIA SAÚDE

Contato

Nossas Redes

Endereço

Avaliação do Portal

Qual é a sua avaliação sobre este portal?

☆☆☆☆

Alguma informação não foi localizada no Portal? Fale Conosco

© 2023 DTI (Diretoria de Tecnologia da Informação) Prefeitura Municipal de Maceió. Todos os direitos reservados. Versão: 4.0.3-202307030913

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Visto isso, ao ser iniciada a análise das abas principais do portal, a primeira delas diz respeito ao “Planejamento e Orçamento”. Em uma observação inicial, é possível perceber que a página tem recursos de acessibilidade, a exemplo do uso das libras e

de recursos visuais, além de oferecer a opção de baixar todos os dados em PDF e outros formatos de escolha do usuário.

Figura 22: Planejamento Orçamentário.

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Nessa primeira aba principal, o usuário pode pesquisar tudo aquilo que diz respeito ao planejamento voltado ao orçamento do município. É possível escolher o exercício atual ou os anteriores, que tipo de peça orçamentária, qual a descrição do orçamento e o escopo dele. A partir daí, o usuário poderá colher as informações disponibilizadas. Repise-se que são disponibilizados recursos visuais e auditivos para aqueles usuários que necessitarem deles, ou seja, a página possui um elevado grau de acessibilidade, com uma linguagem clara e de fácil compreensão.

Mais adiante, na próxima aba principal, “Programação Financeira”, os usuários poderão consultar quais as programações de gastos e investimentos do município, podendo aplicar filtros para um resultado mais preciso. Aqui, os usuários precisarão informar o ano, período e a descrição do que precisam para terem acesso ao documento, que será disponibilizado em PDF ou outro formato desejado.

Figura 23: Programação Financeira.

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Na terceira aba principal, Receita, é possível observar, primeiramente, uma explicação acerca do que é a Receita e qual o objetivo dessa aba:

Corresponde ao total de recursos arrecadados anualmente, classificada em Receitas Correntes (valor total da arrecadação das receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços, as transferências correntes e outras receitas de fluxo) e em Receitas de Capital (valor da categoria econômica que compreende as operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferências de capitais e outras) (Portal Da Transparência Municipal, 2023)²⁴.

Nela, estão contidas informações, como: Ano, Balancete, Transferência da União, Transferência do Estado, Receita por órgão. Nesse sentido, o usuário deverá informar o período solicitado para consulta, qual o órgão responsável e a natureza oriunda da receita e, após informados os dados, as informações estarão reunidas em formato PDF e disponibilizadas para o usuário.

Figura 24: Receita.

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Na quarta aba principal, “Despesas”, o usuário poderá observar as despesas que o município possui. Em que é possível aplicar filtros para uma maior precisão dos resultados. Nessa aba, são existentes guias secundárias que possuem finalidades distintas, a depender do objetivo de procura do usuário, a saber: Despesas, Credores, Diárias, Restos a pagar e Despesas por órgão. Então, em cada uma delas, o usuário precisará oferecer o máximo de informações possíveis.

Na guia Despesas, o usuário poderá escolher o período e saber exatamente em que o município gastou recurso público, informando o órgão e o tipo de recurso destinado. Na próxima guia, Credores, é possível obter informações dos credores. Na

²⁴ Disponível em: <<https://www.transparencia.maceio.al.gov.br/pages/homepage.faces>>. Acesso em: dez. 2023.

seguintes: Diárias, Restos a pagar e despesas por órgão, podem ser obtidas informações também relevantes sobre os gastos com funcionários públicos, viagens a trabalho para outro estado e o quanto cada órgão recebe do município para manter suas atividades.

Figura 25: Despesas.

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Na quinta aba principal, “Servidores”, o usuário terá acesso ao quadro de servidores do município, podendo obter informações sobre vínculo, remuneração recebida, período e cargo ocupado dentro do município. Também, as informações obtidas podem ser impressas ou salvas em formato PDF para consultas posteriores.

Figura 26: Servidores.

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Em relação à sexta aba principal do portal de transparência do município de Maceió, Licitações, assim como no portal do município de Campo Alegre, serão descritos todos os processos licitatórios do município, independentemente de eles estarem em andamento ou concluídos, em que o usuário terá acesso e poderá consultá-los de forma individualizada. Quando o cidadão clica na aba principal “Licitação”, acaba sendo redirecionado para outro sistema da prefeitura em que o usuário terá acesso a um sistema específico de licitação ou, caso deseje, consultar outros serviços, a exemplo de precatórios, entre outros.

Figura 27: Licitações.

A imagem mostra a interface de usuário para a aba "LICITAÇÕES". No topo, há uma barra de navegação com botões para: COVID-19, LICITAÇÕES (destacado), PRECATÓRIO FUNDEF/FUNDEB, ATAS, SANÇÕES, PLANO ANUAL, CADASTRO, COMISSÕES, LEGISLAÇÃO e DADOS ABERTOS. Abaixo, há um formulário de busca com os seguintes campos:

- Modalidade:** Escolha a Modalidade (menu suspenso)
- Ano:** Escolha o Ano (menu suspenso)
- Número:** Campo de texto livre
- Objeto:** Campo de texto livre
- Orgão:** Escolha o Orgão (menu suspenso)
- Tipo:** Escolha um tipo (menu suspenso)
- Status:** Escolha um status (menu suspenso)

Um botão azul "Pesquisar" está localizado à direita dos campos de busca. Na base do formulário, há links para "Licitações" e "Notas Fiscais".

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Nessa aba principal, existem guias que precisam ser aplicadas para um resultado preciso, a saber: modalidade da licitação, ano, número do processo da licitação, objeto, órgão, tipo e status. Caso o usuário deseje salvar as informações concernentes à Licitação, os documentos ficarão disponíveis em PDF ou em outras extensões de interesse dele.

Mais adiante, na próxima aba principal, a sétima, denominada “Contratos”, já disponibiliza a informação sobre o seu escopo e objetivo, trazendo todas as informações relevantes para que o contribuinte possa acessar o sistema sem dificuldades. Nessa aba, é possível encontrar informações relativas aos demonstrativos contábeis, aos valores patrimoniais do município, aos fluxos de caixa, entre outros.

Para ter acesso às informações, o usuário precisará informar, nos campos adequados, o período de celebração dos contratos e da sua vigência, o nome do credor, o órgão que celebrou, o número do contrato e o valor dele.

Figura 28: Contratos.

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

A oitava aba principal, “Convênio”, versa sobre os objetos oriundos de recursos públicos que foram destinados para entidades sem fins lucrativos dentro do município de Maceió.

Figura 29: Convênio.

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Nessa aba principal, o usuário poderá observar as entidades conveniadas ao município, além dos bens e recursos dispendidos para elas. Aqui, são encontrados campos passíveis de preenchimento pelos usuários, tais como: período, número do convênio, ano de celebração e qual o órgão. Quando preenchidos, o usuário poderá ter acesso a todas as informações e, caso queira, salvá-las em formato PDF ou outra extensão desejada. Também, faz-se necessário destacar que as informações relacionadas ao convênio, conforme explicitado na aba, são atualizadas mensalmente.

A nona aba principal, “Termos de Parceria”, disponibiliza, ao usuário, todos os termos de parceria firmados pelo município. Os usuários terão acesso aos termos que desejarem em formato PDF. Essa aba contém filtros que podem facilitar a precisão da busca, tais como: Período, Número do Termo, CNPJ e órgão. Após aplicados os filtros, o termo será disponibilizado, de forma integral.

Figura 30: Termos de Parceria.

Termos de Parceria (LEI N° 13.019/2014)

Período: à

Número:

CNPJ:

Órgão:

Número	Vigência	Órgão	Sociedade Civil	CNPJ	Objeto	Valor (R\$)	Ações
Carregando dados...							

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Ademais, deve-se observar que, nessa aba, independentemente dos filtros aplicados, já estão disponibilizados todos os Termos de Parceria que envolvem o município, com as seguintes informações dispostas na aba: Número, Vigência, Órgão, Sociedade Civil, CNPJ, Objeto, Valor e Ações. Ao total, são 6 páginas com os termos de parceria realizados pelo município de Maceió.

Na próxima aba principal, a décima, denominada “Demonstrativos Contábeis”, o usuário conseguirá ter acesso a todo o capital investido no município, além do arrecadado.

Figura 31: Demonstrativos Contábeis.

Demonstrativos LRF

Exercício: Mês:

Tipo:

Nome:

Exercício	Anexo	Título	Data	Arquivo
Carregando dados...				

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Para que o usuário tenha acesso ao demonstrativo adequado, precisará preencher os campos solicitados na aba com os dados necessários, tais como: o Exercício do demonstrativo, lembrando-se de que pode ter acesso aos exercícios anteriores, o mês, o tipo de demonstrativo, além do nome. Após preenchidos os dados, será disponibilizado, em formato PDF ou Excel, o relatório com o demonstrativo solicitado.

Também, na mesma aba principal, encontra-se uma guia secundária com o nome de “LRF”, que significa Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, deixando claro que os relatórios disponibilizados, bem como seus resultados, estão amparados pela Lei e seguindo todo o regimento legal.

Mais adiante, na décima primeira aba principal, “Consulta à Legislação”, os usuários poderão ter acesso a toda Legislação referente aos atos e decretos emitidos pelo município de Maceió. Cabe salientar que a linguagem é acessível, que essa guia é bem intuitiva e transparente, uma vez que o usuário não possuirá dificuldade para entender a Legislação.

Figura 32: Legislação.

Legislação

Legislação relacionada às Leis aprovadas pela Câmara Municipal e Decretos editados pelo Prefeito de Maceió, que afetam a administração pública municipal.

Tipo: 🔍

Lei:

Título:

📄 📊 📄

Tipo	Ano	Número	Descrição

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Nessa aba, o usuário poderá aplicar filtros que direcionarão para a legislação pretendida, tais como: Tipo, Lei ou Título da Legislação. Após aplicados os filtros, os resultados serão disponibilizados de forma resumida, com os campos: Tipo, Ano, Número e Descrição, além de ficarem disponíveis em documentos com formatos disponíveis, a exemplo do PDF.

Na aba principal doze, Obras, serão disponibilizados todos os dados referentes às obras realizadas pelo município. Na página, são vistos campos para preenchimento,

a saber: Número da Obra, Data de Início e a Data Prevista para Término, tendo em vista que a obra pode atrasar. Quando aplicados os filtros, é disponibilizado um relatório resumido com as informações principais, a exemplo do número da obra, do ano, do objeto, da empresa contratada, da data de início e de fim, do valor total orçado para a obra, do valor pago e da situação. Caso o usuário necessite, poderá obter relatório completo em formato PDF.

Figura 33: Obras.

Obras

Número da obra Ano

Data de início até

Data prevista para o término Até

Número	Ano	Objeto	Empresa Contratada	Data de início	Data Prevista para o término	Valor Total (R\$)	Valor Pago (R\$)	Situação
--------	-----	--------	--------------------	----------------	------------------------------	-------------------	------------------	----------

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Na aba principal treze, chamada de Orçamento da Criança e do Adolescente, é disponibilizado um material em formato *Power Point*, com os objetivos e o escopo das ações municipais voltadas para a criança e para o adolescente.

Figura 34: Orçamento da Criança e do Adolescente.



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Por mais que seja em outro formato diferente do usual, a linguagem e acessibilidade usadas nesse material são intuitivas e bem explicadas. Há recursos audiovisuais disponíveis para aqueles usuários que possuem alguma necessidade especial, além do fato de todo o material estar explicado e justificado, com metodologia bem exposta.

Mais adiante, na décima quarta aba principal do portal de transparência do município de Maceió, denominada Índices Fiscais, observa-se que houve uma parceria com a Secretaria Municipal de Economia, visto que essa disponibilizou um material em formato *Power Point*, a fim demonstrar os índices fiscais do município.

Figura 35: Índices Fiscais.



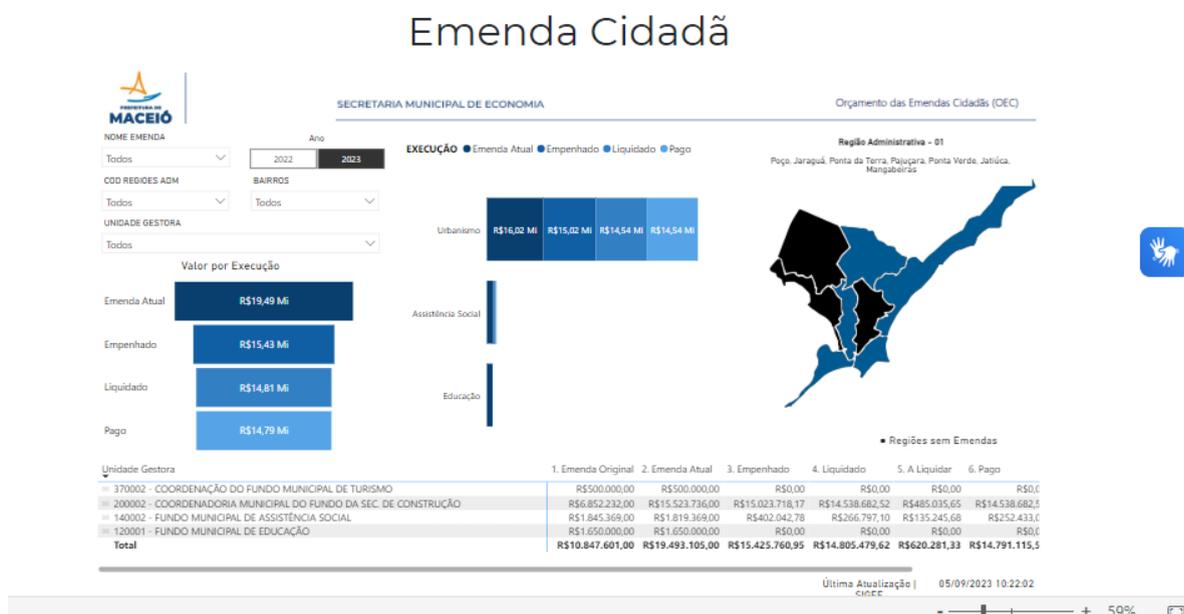
Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

O material é composto por cinco páginas que contêm os demonstrativos fiscais do município, com todos os relatórios fiscais expedidos discriminados dentro dele. É importante destacar que o grau de acessibilidade do material não é de um nível fácil, visto que, com as ferramentas dispostas nele, os usuários precisarão demonstrar certa habilidade para manuseá-las, além da linguagem técnica utilizada, que acaba por excluir, muitas vezes, usuários que não possuem o conhecimento técnico adequado para realizar uma boa interpretação. Também, faz-se necessário frisar que o material não tem uma atualização diária ou mensal, mas sim anual, ou seja, os dados apresentados nesse relatório acabam se mostrando defasados em virtude da baixa atualização.

Na décima quinta aba principal, “Emendas Cidadãs”, é possível observar a existência de parceria com a Secretaria Municipal de Economia, visto que essa disponibilizou um material em formato *Power Point*, para demonstrar todo o orçamento

municipal destinado às emendas cidadãs.

Figura 36: Emendas Cidadãs.



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

No material, é possível observar a existência de campos que atuam como filtros, além de mapas que possuem função de demonstrar por região administrativa as necessidades fiscais. O usuário consegue visualizar o nome da emenda, código de busca dela, valor utilizado para sua formação, além das unidades gestoras responsáveis por cuidar da sua exequibilidade e cumprimento de sua finalidade.

Já a décima sexta aba principal, "Maceió IN", possui a finalidade de redirecionar o usuário para um portal externo, que faz parte da secretaria cujo papel é desenvolver os dados voltados para a economia do município. Nesse site, é possível encontrar as informações concernentes ao setor, como a sua missão, que é a transformação dos dados municipais em informação para a sociedade, além da visão do setor, que é considerada fundamental, pois foca na boa governança institucional, em que a administração pública precisa estar pautada na transparência.

Figura 37: Maceió IN.



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Na décima sétima aba principal, “Conselhos”, o usuário consegue obter um relatório detalhado de todos os Conselhos existentes em Maceió, a exemplo do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas Idosas.

Figura 38: Conselhos.



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Para ter acesso às informações de qualquer Conselho existente no município de Maceió, basta o cidadão buscá-lo dentro dessa aba principal. Ao selecionar o setor requerido, as características relativas a ele estarão todas detalhadas, a saber: Descrição, Órgão, Documentos produzidos, Periodicidade das reuniões e Membros. Além disso, ficou visível que o acesso é facilitado pela clareza da linguagem, como também devido ao fato dessa aba ter seus recursos simplificados e intuitivos.

Mais adiante, na décima oitava aba principal, nomeada de Glossário, o usuário consegue encontrar os conceitos e definições de todos os termos utilizados no portal. Observa-se a essencialidade dessa aba como promotora de acessibilidade, clareza, usabilidade, devido à linguagem utilizada ser simples e estar explicada. Esse fato leva aos usuários a obterem um maior domínio dos termos técnicos.

Figura 39: Glossário.

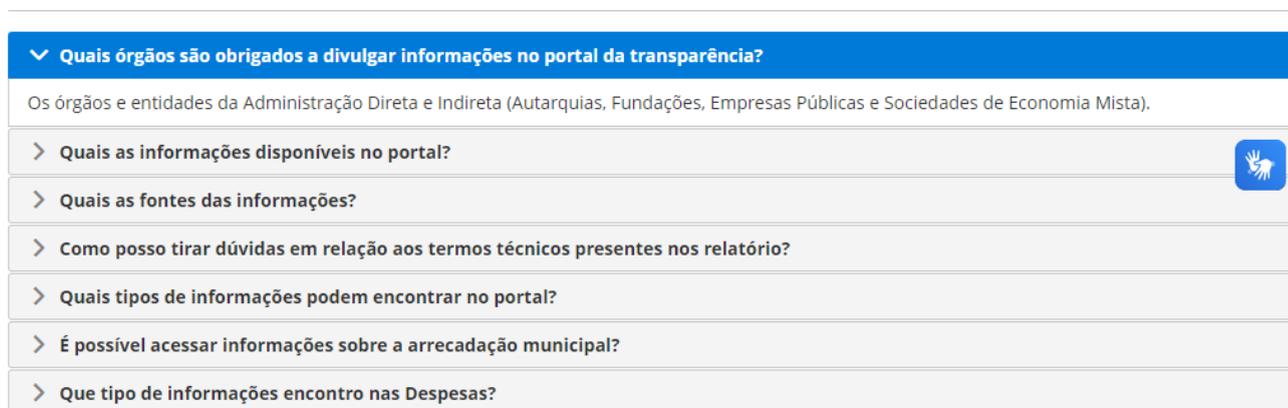
The screenshot shows a glossary interface with a navigation bar at the top containing buttons for 'Todos' and letters 'A' through 'Z'. Below the navigation bar, there are three entries, each with a blue header and a white content area:

- Abertura de Crédito Adicional**
Descrição: Decreto do Poder Executivo determinando a disponibilidade do crédito orçamentário, com base em autorização legislativa específica.
Fonte: Tesouro Nacional
- Ação Governamental**
Descrição: Conjunto de operações, cujos produtos contribuem para os objetivos do programa governamental. A ação pode ser um projeto, atividade ou operação especial.
Fonte: Câmara dos Deputados
- Adimplente**
Descrição: Cumprimento, em tempo hábil, das obrigações contratuais pelo contratante ou conveniente.
Fonte: Manual do Siafi com adaptações

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

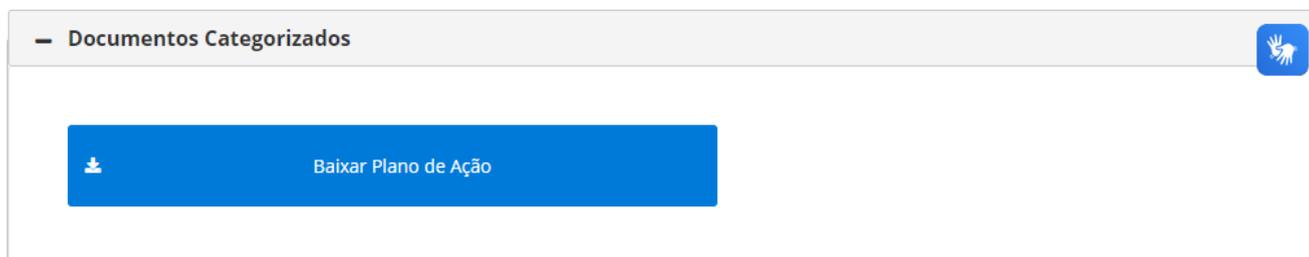
Diante da funcionalidade dessa aba, além da nítida demonstração do município em se preocupar com a clareza das informações passadas para a população, essa aba principal está dividida pelo alfabeto de “A a Z”, em que as palavras podem ser buscadas nas guias com suas respectivas iniciais, facilitando, desse modo, a busca do usuário por determinado termo. Em tempo, faz-se preciso frisar que os recursos audiovisuais estão disponíveis para os usuários que possuem alguma necessidade especial.

A próxima aba principal, décima nona, que recebe o nome de “Perguntas Frequentes”, tem como objetivo trazer à baila as principais dúvidas dos usuários, ou seja, aquelas que são mais frequentes. Percebe-se que a concentração dessas dúvidas em uma aba principal se dá devido ao fato de o município estar preocupado em sempre ser claro e promover uma maior facilidade ao usuário, visto que o tempo de espera para perguntas que já estão respondidas no portal torna-se quase nulo, algo que faz com a informação tenha maior alcance e seja dada de forma célere.

Figura 40: Perguntas Frequentes.

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

A penúltima aba principal, vigésima, que recebe o nome de “Plano de Ação SIAFIC”, discorre acerca da manutenção de um padrão de qualidade envolvendo os sistemas que são integrados ao município.

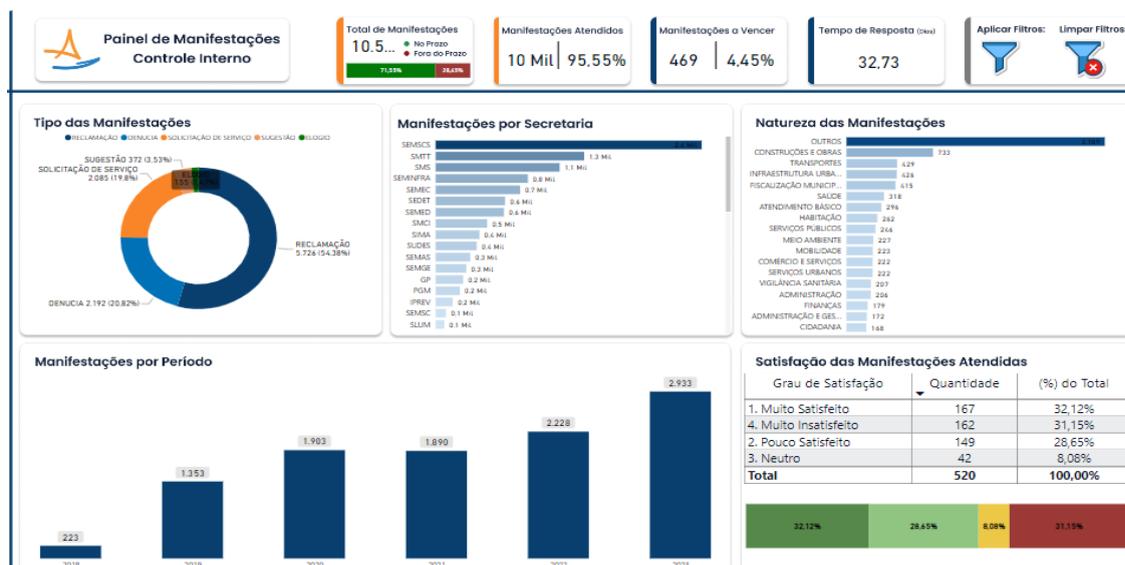
Figura 41: Plano de Ação SIAFIC.

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Essa aba foi criada exclusivamente para disponibilizar o plano de ação ao usuário que dele necessite. Por ser um relatório técnico, nem todos os usuários conseguirão interpretá-lo da forma correta, visto que possui uma linguagem técnica da área. Destaque-se, também, que o documento está disponibilizado em formato PDF para o usuário.

Por fim, a última aba principal do portal de transparência do município de Maceió, “Painel de Manifestações”, está relacionada à triagem das manifestações recebidas pelo município. Ao clicar na aba, o usuário é redirecionado para uma apresentação do *Power Point*, em que são detalhadas todas as informações concernentes à questão.

Figura 42: Painel de Manifestações.



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Nesse documento, o usuário tem acesso a informações relacionadas às manifestações por órgão, ao volume total, ao tipo das manifestações, ao período em que elas ocorreram, a exemplo da frequência de cada uma delas, além da medição do grau de satisfação dos usuários no que diz respeito às manifestações atendidas. É importante frisar que o grau de satisfação desse serviço oferecido pelo portal tem sido preocupante, visto que a quantidade entre o medidor “Muito Satisfeito” e o “Muito Insatisfeito” é quase a mesma.

Por fim, para mais além das abas principais, ainda é preciso destacar que, no portal de transparência do município de Maceió, existem *links* rápidos de acesso para que o usuário possa ter acesso a outras funcionalidades, a exemplo do Portal de Serviços, Ouvidoria, e-sic/Informa Maceió, Portal do Cidadão e Transparência Saúde.

Figura 43: Links de Acesso.

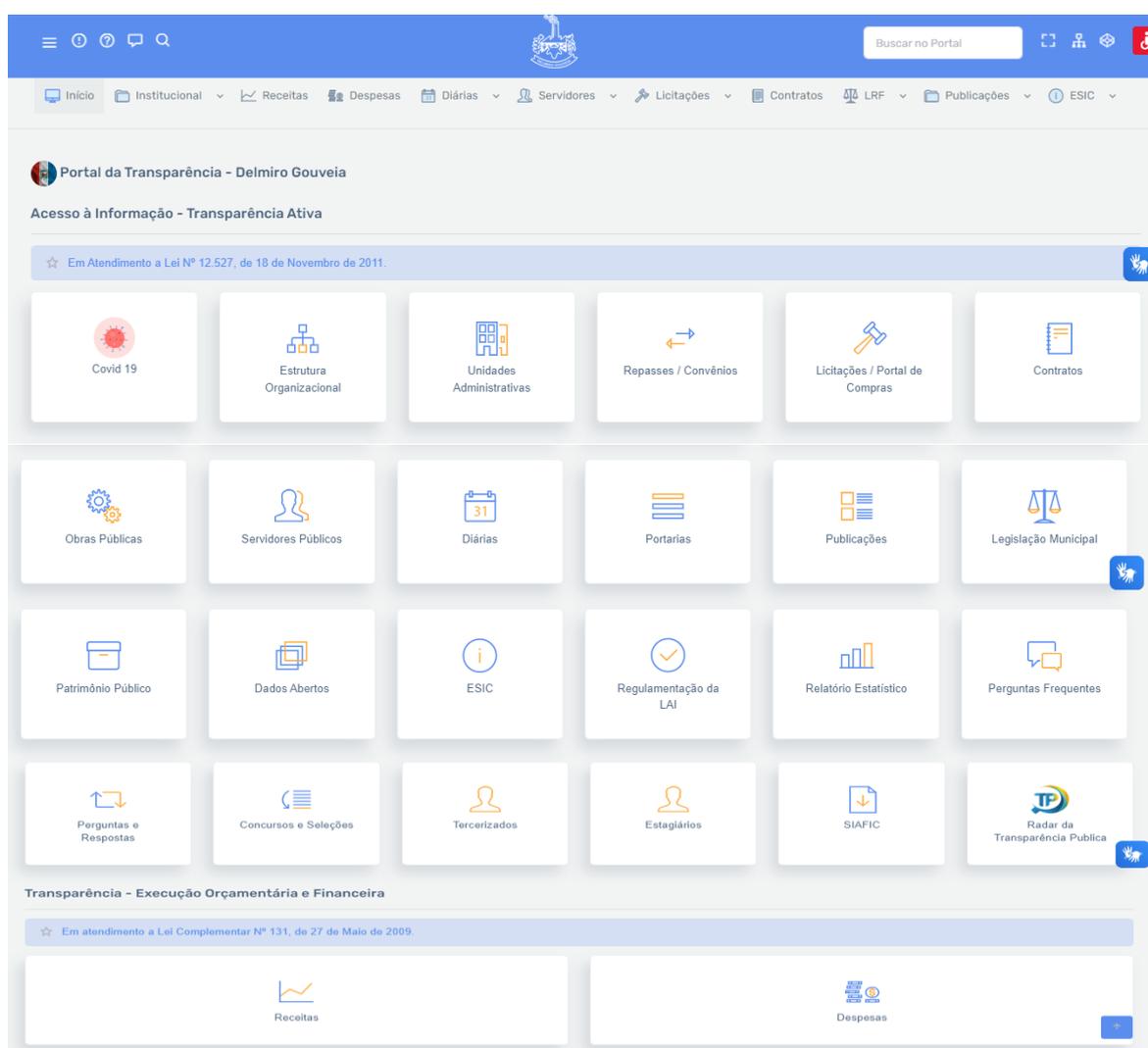


Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

4.2.3 Análise do Portal de Transparência do Município de Delmiro Gouveia

Antes de tudo, é preciso destacar que a divisão do portal de transparência de Delmiro Gouveia possui uma divisão fortemente distinta dos portais de Campo Alegre e Maceió. Isso se deve ao fato de que, diferentemente dos dois primeiros analisados aqui, o portal de Delmiro Gouveia possui 10 abas principais, contendo subdivisões por conteúdo e por finalidade, algo que pode dificultar a acessibilidade do usuário, visto que ele terá que ir bem direcionado para conseguir lograr êxito na pesquisa.

Figura 44: Sítio do Portal de Transparência de Delmiro Gouveia.



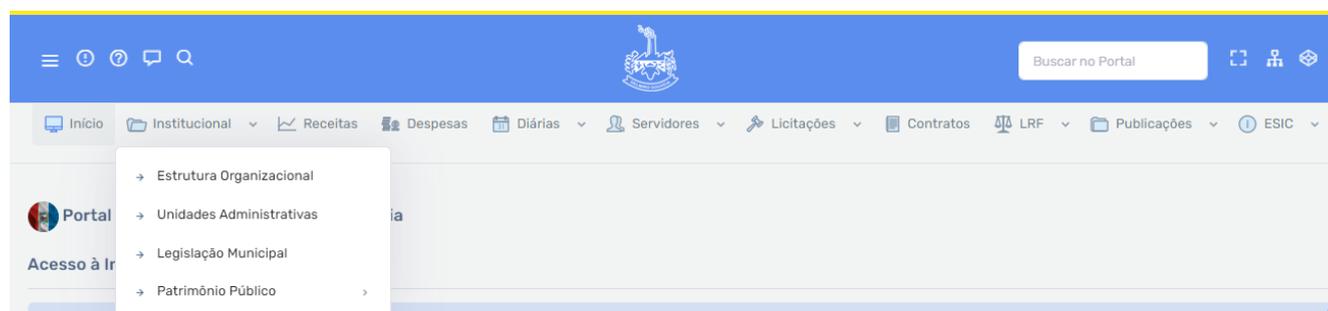
Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Contudo, observa-se que o portal de transparência do Município de Delmiro Gouveia conta, na página inicial, com mecanismos de acessibilidade e audiovisuais, a fim de incluir aqueles usuários que são portadores de necessidades especiais. No site, está contido endereço eletrônico e físico para o usuário ter acesso. Desse modo, em relação aos requisitos propostos pela Lei de Acesso à Informação como essenciais, o município de Delmiro Gouveia cumpre, visto que os dados obrigatórios estão contidos no portal, tais como: relatórios de despesas, localização, licitações do município, entre outros que serão detalhados neste subcapítulo.

Nessa toada, visualiza-se, no topo do portal, a existência de guias organizadas por conteúdo, são elas: Início, Institucional, Receitas, Despesas, Diárias, Servidores, Licitações, Contratos, LRF, Publicações e ESIC. Mais adiante, vê-se a existência de tópicos que embasam o conteúdo de cada parte do portal, a saber: Acesso à Informação – Transparência Ativa; Transparência - Execução Orçamentária e Financeira; Dívida Ativa; Renúncias de Receitas; Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF; Planejamento Orçamentário; Relatórios; Apreciação – Julgamento de Contas; Acesso à Informação – Transparência Passiva; Carta de Serviços; Lei Geral de Proteção de Dados e Governo Digital; Saúde; Educação; Transparência dos pagamentos do Transporte do Lixo e arrecadação da Iluminação Pública; Controle Social; e Controladoria Geral do Município. Visto isso, frise-se todos esses conteúdos estão subdivididos nas guias principais, que serão alvo de análise.

Sendo assim, a primeira guia principal, de nome “Institucional”, é subdividida em 4 partes, como: Estrutura Organizacional, Unidades Administrativas, Legislação Municipal e Patrimônio Público.

Figura 45: Institucional.



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

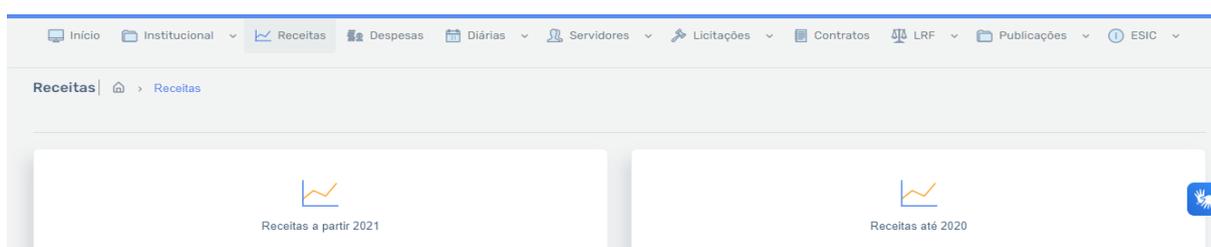
No tópico chamado de Estrutura Organizacional, o usuário poderá observar toda a parte da administrativa do município, incluindo as secretarias e os órgãos, tais como: Secretaria de Governo, Secretaria do Esporte, entre outros. No próximo tópico chamado de “Unidades Administrativas”, o usuário poderá obter todas as informações responsáveis por gerir a prefeitura municipal de Delmiro Gouveia, tais como endereço eletrônico, endereço físico, telefones, redes sociais. Além disso, fica disponibilizado um documento com o “Registro de Competências”, em que está explícita, dentro da Legislação, a responsabilidade e atribuições da prefeitura.

Em relação ao item “Legislação” da guia “Institucional”, o usuário poderá ter acesso a todas as Leis do município, bem como aos Decretos e Instruções Normativas. Todos estão disponibilizadas em formato PDF ou outra extensão desejada. É mostrado o total de leis em vigência no município, além da possibilidade de aplicação de filtros para que haja a exatidão da pesquisa, tais como: número da lei, ementa/descrição da lei e ano em que foi sancionada.

No tópico “Patrimônio Público”, último da guia “Institucional”, o portal dispõe as informações sobre o patrimônio geral do município, permitindo ao usuário ter acesso a todas as questões financeiras. São disponibilizados filtros para dar celeridade à busca, além do fato de as informações pesquisadas poderem ser impressas e estarem disponibilidades em formato PDF ou outro desejado. Também, na mesma guia, há a disponibilização da frota de veículos municipais como patrimônio, em que o usuário poderá consultar todo veículo que for da prefeitura, aplicando filtros e obtendo as informações concernentes a ele.

Na próxima aba principal “Receitas”, o usuário pode ter acesso a informações relacionadas às Receitas do município, em que, com vistas a facilitar a pesquisa, foi feita uma divisão com duas abas contendo as informações das Receitas até 2020 e outra com as Receitas a partir de 2021.

Figura 46: Receitas.



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

É importante destacar que, em ambas as abas – Receitas até 2020 e Receitas a partir de 2021 -, o usuário poderá encontrar os demonstrativos financeiros com valor de previsão e os totais arrecadados, além daqueles que foram arrecadados de forma extra orçamentárias. É possível fazer uma filtragem de valores arrecadados de forma mensal e anual. Nas duas abas, os usuários podem observar o ano de arrecadação da receita, o tipo da receita, a especificação dela, o valor previsto e o atualizado. Todos os dados ficam disponíveis para impressão, bastando o usuário informar o formato desejado, se em PDF ou outra extensão, e realizá-la.

A próxima aba principal, “Despesas”, segue a mesma tendência da anterior, visto que há a existência de duas guias dentro dela com as Despesas até 2020 e com as despesas a partir de 2021.

Figura 47: Despesas.



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Nessas duas abas, o usuário terá acesso irrestrito às questões voltadas para as despesas do município, de forma detalhada, em que serão concedidas informações, como: Empenhos, Liquidações, Orçamentos, Pagamentos, Extraorçamentárias, além de informações sobre órgão, unidade administrativa, data da efetivação da dívida, número do empenho, CPF ou CNPJ do credor, nome do credor, valor, número do processo, bem como demais informações que sejam relevantes para a pesquisa. Frise-se que o usuário terá acesso ao relatório detalhado e que esse será disponibilizado em formato PDF para impressão, caso seja requerido no portal.

Mais adiante, na próxima aba principal “Diárias”, é possível observar a existência de duas guias – “Despesas com diárias” e “Tabela com valores”. Na primeira guia, os usuários poderão ter acesso às despesas tidas pelo município com os servidores que precisaram se deslocar para outro estado e que, para eles, foram liberados valores para custear sua diária.

Figura 48: Diárias.

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Na segunda guia dessa aba, “Tabela com Valores”, é possível ter acesso a uma tabela atualizada com os valores de cada diária cedida a determinada cargo ou função. Frise-se, também, que o usuário consegue salvar essa tabela em formato PDF ou outro de seu interesse para consultas posteriores ou, até mesmo, para impressão.

Seguindo com a análise das abas principais do portal, a quinta aba com o nome de “Servidores” é composta por três guias com conteúdos voltados às informações dos servidores do município.

Figura 49: Servidores.

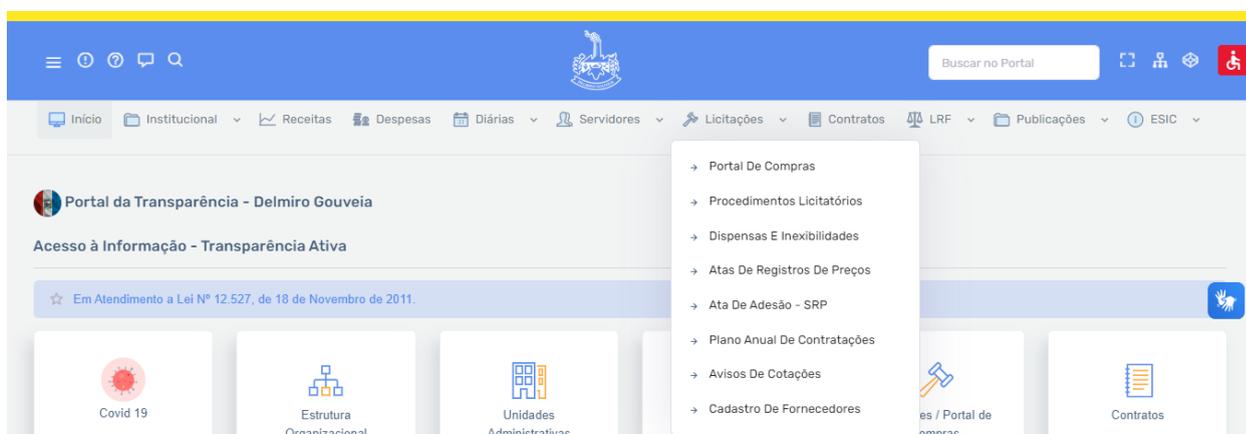
Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Na primeira guia, o usuário consegue ter acesso ao quadro remuneratório de todos os servidores do município de Delmiro Gouveia. O servidores, nessa guia, estão divididos entre efetivos e estagiários. Assim, o usuário que necessita de informações sobre determinado servidor ou categoria, poderá encontrá-las com maior facilidade. Também, nessa guia, observa-se a presença de filtros para promover uma celeridade na busca pela coleta da informação, tais como: nome do servidor, cargo, mês de efetivação, ano, órgão, vínculo. Todas esses dados podem ser disponibilizados em PDF e para impressão.

Na próxima guia da aba, “Tabela de cargos e remunerações”, o usuário terá acesso a uma tabela padrão, disposta pelo município, em que, nela, todo o padrão remuneratório de todos os cargos estarão classificados por ordem alfabética. Caso o usuário prefira, devido à celeridade, poderá aplicar filtros para consultar apenas o desejado. Já a última guia dessa aba principal, “Portarias”, dispõe todas as portarias concedidas pelo município. Em relação à organização delas, há a presença de duas abas contendo as portarias até o ano de 2020, e outra aba contendo as portarias a partir do ano de 2021. Nas duas, o usuário consegue obter informações precisas, como: portaria, exercício, data, assunto, cargo, tipo, além de conseguir visualizá-la de modo integral. Saliente-se, também, que elas estão disponíveis para impressão, todas em formato PDF.

Mais adiante, na sexta aba principal “Licitações”, os usuários conseguirão obter informações referentes aos processos licitatórios realizados pelo município de Delmiro Gouveia.

Figura 50: Licitações.



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

A aba licitações é composta por 8 guias, todas relacionadas ao tema da aba principal. Nessas guias, apesar de serem distintas, é possível perceber que todas se complementam em relação ao conteúdo, como se estivessem em uma página só, em que, quando o usuário clica, as informações vão se expandindo. Assim, nelas, é possível encontrar informações principais sobre licitações, tais como: número da licitação, modalidade, participação, órgão, ano, situação, objeto do contrato, todas as atas com o registro dos preços e dos orçamentos de determinada mercadoria, quais os

credores, os devedores, os fornecedores, plano anual de contratações, valores previstos e valores reais, entre outros.

Nessa guia principal – Licitações-, não foi possível encontrar uma filtragem que permitesse com que os relatórios fossem salvos em formato PDF, denotando uma falha na transparência e na acessibilidade, apesar dos dados estarem todos expostos de forma fixa no portal. É relevante destacar, também, que os dados informando sobre a periodicidade de atualização não puderam ser localizados, fato que gera dúvidas acerca da qualidade das informações.

Na sétima aba principal, “Contratos”, percebe-se a existência da disponibilização de todos os contratos na íntegra ao usuário. Caso deseje, poderá ser possível a aplicação de filtros para uma celeridade na resposta e acesso à informação. Nessa aba, são dispostas informações resumidas acerca dos contratos celebrados pelo município, tais como: número do contrato, número da licitação, modalidade, tipo de contrato, ano, credor, CNPJ e objeto. Além disso, há, para o usuário que desejar, o acesso ao contrato de forma total, em que o mesmo pode ser impresso ou salvo em formato PDF.

Figura 51 – Contratos.

Contratos | > Contratos

N.º DO CONTRATO: Exemplo: 001/2020

N.º DA LICITAÇÃO: Exemplo: 01/2020

MODALIDADE: Selecione a Modalidade

TIPO DO CONTRATO: Selecione o tipo de Contrato

ANO: Selecione o ano

CREDOR: Credor

CNPJ: CNPJ

OBJETO: Objeto do contrato

Pesquisar

Limpar

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

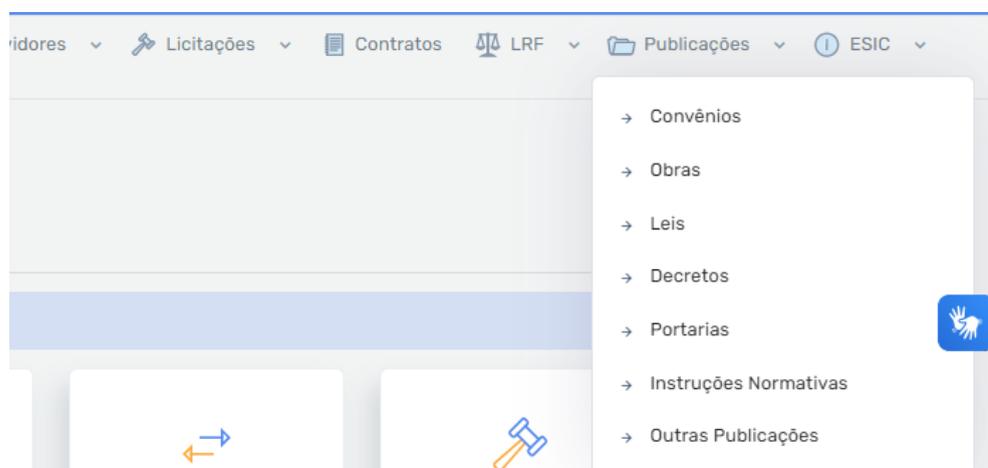
Mais adiante, na oitava aba principal – LRF-, estão dispostos relatórios de controle fiscal, demonstrativos financeiros do município, prestação de contas, balancetes. Todos esses relatórios estão disponibilizados em formato PDF ou outra extensão de interesse do usuário.

Figura 52: LRF.

Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Também, o usuário, nessa aba, pode ter acesso à Lei de Diretrizes Orçamentárias do município, ao Plano Plurianual, à Lei Orçamentária Anual e ao Quadro de Detalhamento de Despesa. Todos esses relatórios podem ser exportados em formato PDF, além de estarem disponíveis para impressão.

Na próxima aba principal, “Publicações”, estão disponíveis todas as publicações realizadas pelo município.

Figura 53: Publicações.

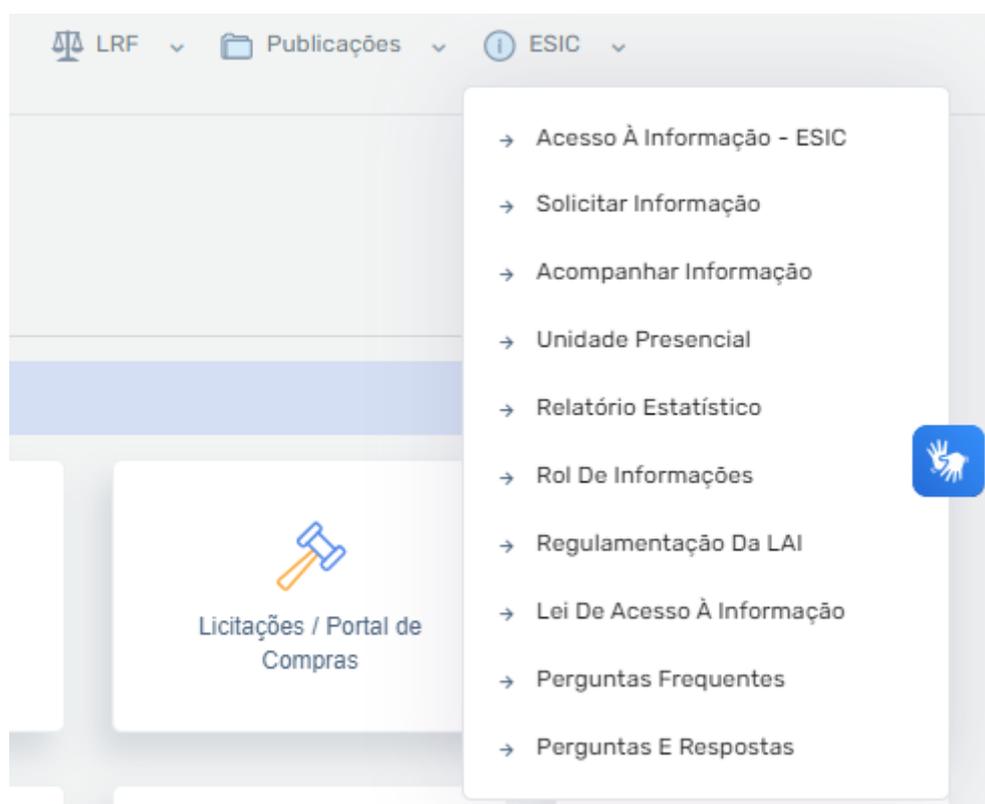
Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Essa aba é composta por guias que se complementam quando abertas, dando a impressão de que são apenas uma, visto que possuem conteúdos complementares. Assim, o usuário poderá ter acesso a todas as publicações concernentes aos convênios celebrados pelo município, às obras realizadas pela prefeitura, às leis sancionadas, aos decretos, às portarias, às instruções normativas e às demais publicações que não se categorizam em nenhuma dessas últimas.

O que se percebe aqui é uma disposição diferente dos portais de Campo Alegre e Maceió, pois, nos outros, cada ponto desse era tido em uma aba principal, contudo, no Município de Delmiro Gouveia, esses pontos foram todos condensados em uma aba principal, em que o usuário deve acessá-la e buscar a informação desejada em uma dessas guias.

Por fim, observa-se a última aba principal do portal de Delmiro Gouveia, “ESIC”, mas não menos importante, uma vez que é exigido pela Lei de Acesso à Informação como requisito mínimo obrigatório para os portais de transparência, a qual dispõe sobre todos os canais de informação propostos pelo município e que precisam estar categorizados e explícitos nos portais de transparência.

Figura 54: ESIC.



Fonte: Elaborada pelo autor (2023).

Dentro dessa aba principal, observam-se as seguintes guias: acesso à informação – ESIC, solicitar informação, acompanhar informação, unidade presencial, relatório estatístico, Rol de informações, Regulamentação da LAI, Lei de Acesso à Informação, Perguntas Frequentes e Perguntas e Respostas.

De uma forma mais específica, visando à acessibilidade e usabilidade, essa aba principal permite ao usuário inteirar-se da informação desejada, bem como ter acesso aos mais diversos setores, por meio do envio de dúvidas, além de ter uma celeridade em seu atendimento devido ao fato de ser possível observar as dúvidas dos demais usuários, que podem convergir entre si, diminuindo o tempo de resposta e, assim, facilitando o acesso à informação.

4.3 Análise Geral dos Portais de Transparência municipais de Campo Alegre, Maceió e Delmiro Gouveia

Em um primeiro momento, verifica-se que os três municípios delimitados nessa pesquisa atendem aos requisitos da Lei de Acesso à Informação no que diz respeito ao seu respectivo Portal da Transparência, visto que, nos portais, estão contidos os registros da estrutura organizacional, como endereço e contato das unidades de atendimento ao público, registros das receitas dos municípios, das despesas, informações contendo os dados das licitações e os editais para acesso ao público, quais os programas e ações feitos pelo município, inclusive os parceiros dele, além dos registros de contato da própria sociedade, por meio das perguntas e respostas mais frequentes.

Contudo, em uma analogia, é possível ver que, de fato, o município de Campo Alegre é mais acessível e transparente, pois, apesar de possuir uma quantidade menor de habitantes, consegue ter uma estrutura organizacional do seu portal melhor se comparada à estrutura dos dois outros portais (Maceió e Delmiro Gouveia), visto que algumas abas dos portais desses dois últimos apresentam falhas de execução ou deixam alguma dificuldade de interpretação de algum dado para o usuário que o acesse, algo que não ocorre no primeiro município verificado.

Nesse contexto, em Campo Alegre, o portal atende ao proposto pela LAI, já que cumpre os requisitos da referida Lei. Há mecanismos visuais que servem como guia para que os usuários possam ter acesso às informações contidas no portal. Também, é interessante destacar que, no portal, existem filtros que também servem para direcionar o candidato a um melhor resultado e celeridade das suas pesquisas. Percebe-se, também, que alguns serviços constam dentro do portal, mas estão indisponíveis pela falta de contratação por parte do Município, como é o caso da Biblioteca Virtual e da Autenticação de Documento. Além disso, serviço como “Diário

Oficial Municipal” encontra-se indisponível dentro do portal, sem funcionalidade.

Ainda dentro do portal de transparência de Campo Alegre, observou-se que há uma dificuldade do cidadão ter acesso facilitado à ouvidoria, uma vez que, ao entrar na respectiva aba, fica explícita a falta de funcionalidade, em que o cidadão não tem uma forma facilitada para contatar o responsável pela ouvidoria, demonstrando uma burocratização e falta de acessibilidade. Esse ponto pode vir a ser um problema em virtude do cidadão não conseguir se comunicar em tempo hábil para resolver alguma situação que precise de intervenção do gestor do município, questão essa que acaba por afetar a transparência em virtude de não proporcionar uma clareza das informações ao cidadão. Também, com a carência de uma ouvidoria mais eficaz e clara, o processo de linha direta entre cidadão e gestão passa a sofrer falhas, prejudicando a premissa da LAI, que é uma informação limpa, clara e direta, sendo dever da Gestão Municipal cumprir isso.

No município de Maceió, vê-se que as informações estão dispostas com uma linguagem clara e acessível ao usuário, bem como, que os requisitos da Lei de Acesso à Informação estão sendo atendidos. Diferentemente do portal de Campo Alegre, o portal de Maceió se utiliza de mais recursos visuais tecnológicos para captar o usuário e facilitar sua experiência dentro do portal. Além disso, há uma informação constando que o portal está sendo atualizado diariamente e que possui versão de atualização de gráficos, tabelas, dados sendo atualizados anualmente, fato que auxilia na precisão das informações.

Em relação ao portal do município de Delmiro Gouveia, esse acaba por apresentar uma divisão diferente dos dois últimos apresentados, visto que foi observada uma variedade de abas com várias subdivisões, situação essa que pode dificultar a acessibilidade do usuário, principalmente aqueles que não possuem uma maior afinidade com a tecnologia, sendo necessário um maior auxílio para que a pesquisa seja bem sucedida. Também, concernentemente aos requisitos propostos pela LAI como essenciais, o município de Delmiro Gouveia atende, pois os dados obrigatórios estão contidos no portal, tais como: relatórios de despesas, localização, licitações do município, entre outros.

4.4 Quadro Comparativo entre os três portais

Diante do exposto, é possível realizar uma comparação entre os três portais verificados, visto que foram analisados elementos dentro deles que foram alvo de similaridade e divergências, mas que, mesmo assim, não foi afetada a conclusão de três portais mais transparentes na pesquisa realizada pela CGU. No quadro 11, para os pontos em que os requisitos foram atendidos, existe uma seta verde; para os que não, um “x” assinalado em vermelho.

Quadro 11: Comparação entre os portais.

	Campo alegre	Maceió	Delmiro Gouveia
Transparência do Portal?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Cumpra os requisitos propostos pela LAI?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Acessibilidade em relação à utilização do portal?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Dificuldade concernente à Usabilidade?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Usuário possui acesso aos gestores por meio de canal informado no portal?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Linguagem clara?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Recursos audiovisuais que facilitem o acesso à informação?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Há atualização diária do portal?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Como se dá a atualização dos dados referentes às despesas e receitas?	Semestralmente.	Trimestralmente.	Anualmente.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Destarte, observou-se que os portais de transparência dos três municípios mais bem avaliados pela CGU, a saber: Campo Alegre, Maceió e Delmiro Gouveia, possuem uma organização lógica interna e externa, além de serem transparentes, corroborando aos requisitos propostos pela Lei de Acesso à Informação. Os três municípios foram bem justificados como os mais transparentes do estado em virtude de apresentarem

clara escala de transparência, usabilidade e acessibilidade para a população.

Além disso, é possível observar que ambos os portais possuem uma similaridade na disposição das informações e categorização delas dentro das suas funcionalidades. Contudo, foi visto que o portal de transparência do município de Campo Alegre abarca melhor a facilidade de acesso do usuário, visto que possui uma linguagem mais clara e acessível. Maceió também possui essa acessibilidade, ainda que possa haver certa dificuldade na interpretação de algumas abas em virtude do conteúdo ser técnico. Já o portal de Delmiro Gouveia possui grau de dificuldade elevado em virtude da ramificação de guias e de isso causar um desconforto no usuário em relação à acessibilidade e conectividade, pois essa situação pode vir a prejudicar usuários que têm um acesso à internet limitado.

Também, os três portais servem de modelo para que haja uma adequação dos demais municípios alagoanos que não cumprem os requisitos obrigatórios da Lei de Acesso à Informação.

4.5 Análise do questionário aplicado ao gestor do município de Maceió

Primeiramente, destaca-se que a análise dos dados da entrevista foi realizada a partir dos dois construtos visualizados nesta pesquisa, Carmichael (2011) e Mithas (2011), os quais puderam ser identificados nas falas dos participantes. Também, é preciso enfatizar que o questionário aplicado, composto por 10 questões discursivas, serviu como ponto de partida para que fosse realizada a avaliação sobre a capacidade da gestão da informação (IMC) dentro das organizações públicas com um enfoque sempre na transparência pública. Também, este questionário tem o objetivo de avaliar o IMC e como se processa a segurança e eficiência dos dados dentro dos portais de transparência. Maceió, como o maior município do estado de Alagoas e sendo um dos três mais bem avaliados pela pesquisa da CGU, foi escolhido como alvo para a extração de dados do questionário a fim de atingir o objetivo proposto nesta pesquisa.

Com enfoque no IMC, foi utilizado o construto de Carmichael (2011) e Mithas (2011) para dar embasamento ao questionário e à confiabilidade da pesquisa. No quadro 12, observa-se o questionário e sua relação com os dois construtos:

Quadro 12: Relação entre os construtos e questionário aplicado.

Estudo	Dimensão	Questionário aplicado:
Carmichael (2011)	<ul style="list-style-type: none"> • Acesibilidade para a informação; • identificação das reais necessidades da população; • aquisição e distribuição da informação. 	1) Quais as políticas e procedimentos adotados pela gestão pública para que haja o gerenciamento de informações relacionadas à transparência pública? 2) Como os funcionários que trabalham com a gestão da informação são treinados em relação à importância da transparência? 5) No que diz respeito às informações contidas no portal, elas possuem uma linguagem clara, acessível e estão disponibilizadas em formatos de fácil compreensão para os cidadãos em geral? Quem é a pessoa responsável por mensurar essa questão e torná-la sempre acessível ao público e qual função ocupa? 8) Como os funcionários responsáveis por gerir os portais de transparência recebem as sugestões/ solicitações de melhoria? E quais as medidas adotadas em relação a essas sugestões?
Mithas (2011)	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecimento de informações; • conectividade e acessibilidade; • adequação da infraestrutura • Segurança da informação. 	3) A Gestão Pública usa uma ferramenta colaborativa para se comunicar com os funcionários e para gerir as ideias surgidas? Como se dá esse processo? 4) Como a Gestão Pública garante a qualidade e a disponibilidade dos dados e informações necessários para os funcionários que trabalham com os portais e para os usuários que acessam? 6) Quando os cidadãos têm acesso às informações, quais as medidas que são tomadas pelos gestores para promover a segurança das informações? 7) Os gestores responsáveis pelos portais de transparência buscam um retorno dos cidadãos sobre a qualidade e usabilidade das informações divulgadas pelos portais? Como se dá esse processo? 9) Durante o processo de gestão da informação e do seu desenvolvimento, o que é feito fica contido em apenas um funcionário ou é armazenado em um banco de dados para que outros usuários tenham acesso? Como está organizado esse processo? 10) Quem é a pessoa responsável por classificar a informação de acordo com seu nível de relevância e qual a sua função dentro desse processo?

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Nesse contexto, observou-se, por meio da resposta à pergunta de número 1 “Quais as políticas e procedimentos adotados pela gestão pública para que haja o gerenciamento de informações relacionadas à transparência pública?”, que a gestão da transparência pública possui uma série de normas e procedimentos adotados para o bom funcionamento do portal de transparência, visando a uma aquisição da informação de forma limpa e direta, bem como seu processamento, filtração e disseminação, corroborando, assim, com os construtos de Carmichael (2011) e Mithas (2011), visto que precisa seguir normas e procedimentos estabelecidos pela Controladoria Geral do Município, em que o IMC é capaz de auxiliar nesse processo, desde a aquisição da informação até sua disseminação.

Também, no que concerne à Gestão da Transparência pública, na resposta da primeira pergunta, o entrevistado (E) declarou que para todos os procedimentos e normas que norteiam o processo de gestão da informação dentro dos portais de transparência, e inclusive foi possível observar, existe a preocupação da gestão para que o usuário conseguisse entrar em contato se surgisse qualquer dificuldade. Também, foi visto o cuidado de respaldar todos os atos administrativos que são realizados e descritos nos portais por meio das normativas, conforme observado:

E: A gestão da transparência pública requer políticas e procedimentos claros e eficientes para garantir o acesso público à informação. Aqui estão algumas diretrizes típicas adotadas pela Controladoria-Geral do Município para gerenciar informações relacionadas à transparência: Elaboração de normativas: A Controladoria-Geral do Município é responsável por elaborar e implementar normativas que regulem a transparência pública. Isso pode incluir leis, decretos ou regulamentos que estabeleçam as obrigações e diretrizes para divulgação de informações. Portal da Transparência: A criação e manutenção de um Portal da Transparência é fundamental. Esse portal serve como uma plataforma centralizada onde o público pode acessar uma ampla gama de informações sobre as atividades e finanças do governo municipal [...] E-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão): O E-SIC é uma ferramenta importante para facilitar o acesso do público às informações governamentais. Através do E-SIC, os cidadãos podem solicitar informações específicas que não estejam disponíveis no Portal da Transparência. A Controladoria-Geral é responsável por garantir que as solicitações sejam processadas de forma eficiente e dentro dos prazos estabelecidos por lei.

Na pergunta de número 2, relacionada à importância da transparência da informação e a como os funcionários responsáveis pela sua gestão são treinados, foi possível relatar que, no município de Maceió, há constantes capacitações para que haja o reconhecimento e o cumprimento das políticas que lidam com a transparência. Nesse sentido, E discorre que [...] “A Controladoria-Geral oferece treinamentos regulares para os funcionários sobre as leis e procedimentos relacionados à transparência, bem como sobre o uso adequado das ferramentas de divulgação de informações”. Ou seja, há uma preocupação do município em relação ao processamento, capacitação e divulgação das informações com clareza, objetividade, sempre com enfoque na transparência.

Em seguida, quanto à forma de se comunicar com os funcionários que administram as informações e sugestões do público, na próxima pergunta (3), foi observado que a gestão pública se utiliza de variados canais para realizar a filtragem e observação das sugestões, como explicitado por E: “através de canais de e-mail, grupos de transmissão no whats app”, além de deixar claro que existem ferramentas mais

formais, como um sistema de gestão de protocolos para avaliar as demandas que exijam uma maior atenção.

Mais adiante, na questão de número quatro (4), em relação à forma como a Gestão Pública garante a qualidade e a disponibilidade dos dados e informações necessários para os funcionários que trabalham com os portais e para os usuários que acessam, observou-se que existe um setor específico dentro do município, Diretoria de Tecnologia da Informação. Sobre sua função, E esclarece que:

E: [...] Isso envolve estabelecer padrões de qualidade, validar e limpar os dados regularmente, protegê-los com medidas de segurança, realizar backups frequentes, monitorar o desempenho dos sistemas, atualizar tecnologicamente e fornecer treinamento adequado aos funcionários. Essas práticas asseguram que os dados sejam confiáveis, seguros e sempre acessíveis para quem precisa deles.

Na pergunta de número cinco (5), foi discutido acerca das questões que envolvem a acessibilidade e usabilidade dos portais de transparência, uma vez que há uma preocupação com o fato das informações estarem claras e do cidadão conseguir compreender a linguagem utilizada no portal e de as informações estarem acessíveis. Também, foi detalhado qual o órgão que é responsável por mensurar as questões de usabilidade e acessibilidade da informação, explicitando sua função:

E: [...] as informações no portal são apresentadas de forma clara, acessível e em formatos abertos, incluindo gráficos e outros recursos visuais. A Diretoria de Transparência, subordinada à Controladoria-Geral, é a responsável por garantir essa qualidade e acessibilidade, monitorando continuamente o conteúdo disponibilizado para o público. Eles se encarregam de mensurar a compreensibilidade das informações e tomar medidas para melhorar sempre que necessário, assegurando que os cidadãos possam acessar e entender facilmente os dados públicos.

Além disso, no que diz respeito à segurança das informações e dados contidos nos portais de transparência, vistos na pergunta de número seis (6), foi informado que os dados obtidos pelo portal são tratados e divulgados sempre com um enfoque na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), haja vista que, muitas vezes, são dados sensíveis e que requerem maior atenção e cuidado.

Também, na pergunta sete (7), quanto à qualidade e usabilidade das informações divulgadas nos portais, foi visto que há uma preocupação quanto ao retorno dos cidadãos sobre o que está sendo disponibilizado no site e as sugestões de melhoria feitas pelos usuários, em que foi observado que o município adota medidas como ouvidorias e a análise do próprio feedback dado pelos ouvidores. Corroborando com isso, E discorre que “[...] existem mecanismos de pesquisa de satisfação em todos

os sistemas de disponibilização de informações públicas (ouvidoria, e-SIC e Portal da Transparência).” Ou seja, essa devolutiva demonstra ser algo extremamente importante, pois os usuários podem dar um feedback acerca do que têm experienciado nos portais e, a partir disso, os gestores podem aperfeiçoar a qualidade das informações disponíveis nos portais.

Ademais, em relação à aquisição, processamento e transmissão das informações que são desenvolvidas e disponibilizadas nos portais, as perguntas oito (8) nove (9) não deixaram claro se apenas um funcionário é quem tem acesso ou se as informações ficam distribuídas e de fácil acesso aos outros funcionários. Ao invés disso, o que restou claro da resposta é que há uma mecanização das informações por meio de um banco de dados, já que, de acordo com E: as informações são acessadas [...] “através de banco de dados centralizado na DTI - Diretoria de TI”.

Faz-se importante destacar que, na pergunta de número 10, conforme respondido por E, não existe uma pessoa responsável por classificar a informação de acordo com seu nível de relevância, deixando clara a lacuna existente no município acerca desse processo de classificação de relevância da informação.

No quadro 13, explicita-se o estudo envolvendo os dois autores e seus construtos.

Quadro 13: Estudo e Dimensão.

Estudo	Dimensão
Carmichael (2011)	Compilação e elaboração da informação; Aceso para a informação; identificação das reais necessidades da população; aquisição e distribuição da informação.
Mithas (2011)	Fornecimento de informações; conectividade e acessibilidade; adequação da infraestrutura. Segurança da informação.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Nesse sentido, Carmichael (2011), quando estuda, em seu construto, a acessibilidade da informação, a identificação das reais necessidades da população, bem como a forma de adquirir e distribuir a informação, observou-se que é possível relacionar seu estudo às questões de transparência da informação, visto que a gestão pública trabalha por meio de políticas e procedimentos para gerenciar as informações e que elas sejam o mais transparentes possíveis.

Também, é visível que, voltado para a transparência, na gestão pública, o estudo de Carmichael (2011) alinha-se harmoniosamente à medida que, em seu construto, lida com as questões de acessibilidade e usabilidade da informação, além de se preocupar com a clareza com que as informações são transmitidas no portal e compreendidas pela população, ademais, os estudos do autor apontam para a relevância da transparência, uma vez que a informação precisa estar coerente e acessível a todo momento para o cidadão.

Mithas (2011), em seu construto, lida com os processos que envolvem as ferramentas comunicativas capazes de avaliar a qualidade da informação fornecida nos portais, bem como com os mecanismos de acessibilidade e usabilidade das informações contidas nos portais. Também, é avaliada a forma como os usuários acessam os portais e o que julgam mais importante dentro deles, além de quais gestores são responsáveis por cuidar desse acesso.

Outro aspecto relevante estudado por Mithas (2011) diz respeito à segurança da informação, visto que é essencial que os gestores tomem medidas para resguardar as informações fornecidas pela população, algo tido como premissa da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Além disso, Mithas (2011), em seu construto, lida com as questões da adequação da infraestrutura dos municípios em relação à informação, fato essencial diante do contexto tecnológico atual, uma vez que cada município precisa se adequar aos avanços tecnológicos e manterem ferramentas atualizadas para que os portais consigam ter boa funcionalidade e acompanhem a modernização vigente.

Ainda, é imperioso destacar que o ponto de convergência entre os dois construtos, Carmichael (2011) e Mithas (2011), é a acessibilidade, questão essencial quando se abordam as questões voltadas para a transparência e acesso à informação, fruto deste trabalho.

Assim, é possível perceber a relação direta entre os dois construtos e como o *Information Management Capability* (IMC) auxilia na transparência pública, visto que atua diretamente dentro da gestão municipal utilizando-se da combinação de recursos disponíveis e capacidades organizacionais para responder às mudanças necessárias no ambiente, como é o caso das informações contidas nos portais da transparência. Dessa forma, ao longo do questionário e da resposta a ele, bem como da análise dos portais de transparência e do questionário aplicado pela Controladoria Geral da União, vê-se que o IMC é responsável por auxiliar em todos os processos que envolvem a informação pública, o que é perceptível pelos dois construtos de Carmichael (2011) e

Mithas (2011).

Ratifica-se que as variáveis propostas pelos construtos dos dois autores estão ambas relacionadas à transparência, algo verificado na construção e disposição das informações dos portais mais bem avaliados pela CGU e alvo de análise dentro desta pesquisa, como também pela análise do questionário feito pela CGU e o questionário aplicado à gestão municipal de Maceió. Além disso, observou-se que os dois construtos podem ser trabalhados conjuntamente em relação aos mecanismos que envolvem a Lei de Acesso à Informação, bem como a transparência, pois, ao trabalharem a acessibilidade da informação, a aquisição, produção, segurança e distribuição, conseguem trazer grande contribuição para a sociedade, em virtude dos portais estarem acessíveis, transparentes e suprimindo as necessidades da população.

À medida que a gestão municipal adota políticas e procedimentos para o gerenciamento das informações relacionadas à transparência pública, visualiza-se que há uma atuação do IMC sobre essa relação, visto que Carmichael (2011) e Mithas (2011) discorrem sobre a gestão da informação e como ela é fornecida para os usuários, bem como que o IMC tem auxiliado na aplicabilidade da Lei de Acesso à Informação, uma vez que os portais de transparência que foram alvo de análise dessa dissertação cumprem os requisitos mínimos concernentes à informação, aos mecanismos de usabilidade e acessibilidade.

Também, quando os funcionários que trabalham diretamente com a atualização dos portais recebem uma capacitação e treinamento contínuos, quando é criada uma ferramenta colaborativa para se comunicar com os funcionários e um canal para receber as sugestões de melhoria, quando as informações são armazenadas em um banco de dados específico, confirma-se a perspectiva de Mithas (2011) e Carmichael (2011) sobre o gerenciamento de processos, de usuário e de desempenho dentro dos portais de transparência, bem como que o IMC atua de uma forma significativa e direta sobre o desempenho das organizações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo tem o objetivo de apresentar as contribuições identificadas a partir da análise e discussão dos resultados, em que se pretende verificar como o *Information Management Capability* contribui com a aplicação da Lei de Acesso à Informação para a Transparência, demonstrando que os objetivos da pesquisa foram alcançados.

Como visto neste trabalho, a Gestão da Informação trabalha com as informações que são adquiridas, processadas e consolidadas, para que a população em geral tenha acesso, como é o caso dos portais de transparência municipais. Também, fez-se necessário um entendimento acerca da Lei de Acesso à Informação e quais os seus requisitos para que o portal da transparência seja considerado transparente.

Começa a surgir, com isso, a necessidade de um melhor desenvolvimento e compreensão acerca das capacidades das organizações, sejam elas públicas ou privadas, com o objetivo de que as informações existentes nessas organizações sejam bem distribuídas e bem aproveitadas. Dessa forma, depreende-se a importância que a capacidade organizacional possui, uma vez que ela permite à Gestão Pública otimizar seu desempenho de transparência a fim de atingir todos os seus objetivos.

Portanto, definiu-se o *Information Management Capability* (IMC), que é um construto recente, como uma habilidade para combinar recursos de informação de forma variada, com o intuito de gerir a informação e auxiliar as capacidades organizacionais para responder às transformações de determinado ambiente. Visto isso, observou-se, nesta pesquisa, a gestão da informação por meio de sua capacidade.

Nesse intuito, foi observada uma pesquisa da CGU que informou acerca da Lei de Acesso à Informação pelos municípios alagoanos por meio dos seus portais de transparência e que, de acordo com essa pesquisa, apenas alguns dos municípios cumprem os requisitos mínimos da referida Lei. Assim, os municípios que cumprem, de forma parcial ou total, a esses requisitos foram ranqueados, sendo Campo Alegre, Maceió e Delmiro Gouveia os mais bem avaliados. Por isso, justificou-se a escolha desses 3 para análise nessa dissertação.

Assim, foram vistas as legislações relacionadas à publicidade, transparência da informação e direito à informação, como a Lei de Acesso à Informação, a Lei Geral de Proteção de Dados. Também, foi visto que o direito à informação está positivado na Constituição Federal de 1988 e demonstrado o processo de democratização da

informação, além da necessidade do processo de tecnologia para que surgisse o governo eletrônico e a governança eletrônica.

Diante desse cenário, elencou-se um conjunto de objetivos específicos, que foram construídos ao longo deste trabalho. Desse modo, demonstram-se as conclusões de cada um deles: a) Analisar o *Information Management Capability* da Gestão Pública municipal e sua forma de dar publicidade à informação nos portais de transparência; b) Caracterizar as informações disponíveis nos portais de transparência municipais alagoanos; c) Verificar a relação entre o *Information Management Capability* para o atendimento das legislações referentes à transparência da informação e direito à informação; d) Analisar o *Information Management Capability* e explorar sua relação com o funcionamento dos mecanismos de usabilidade e acessibilidade dos portais de transparência dos municípios alagoanos.

Sendo assim, os resultados do primeiro objetivo específico permitiram compreender que o *Information Management Capability* dentro da Gestão Pública municipal é fator essencial para que haja uma boa organização dentro da Gestão, bem como que os parâmetros definidos pela Lei de Acesso à Informação estão sendo cumpridos, pois os construtos de Carmichael (2011) e Mithas (2011) conseguem demonstrar que o IMC auxilia nas questões voltadas à transparência da informação, além de demonstrar que a gestão pública consegue ser eficiente, cumprindo os requisitos da Lei de Acesso à Informação.

No que diz respeito ao segundo objetivo específico, foi possível, por intermédio de uma análise dos três portais mais bem avaliados como transparentes pela CGU, analisar os elementos que compõem os portais, a linguagem, a acessibilidade e a forma que cada município encontra para dar publicidade às informações, em que foram demonstrados, dentro da própria análise, os pontos de similaridade e disparidade entre os três portais.

Mais adiante, quanto ao terceiro objetivo específico, foi verificado que existe uma relação direta entre o IMC e o direito à informação, acesso e transparência da informação, pois ele auxilia na aplicabilidade da Lei de Acesso à Informação, algo visto quando observados os dois construtos de Carmichael (2011) e Mithas (2011) e que conseguem ser complementares um ao outro para melhorar as relações de transparência do município, como também, essa relação direta pode ser observada por meio da análise do Questionário da CGU e da análise dos portais de transparência delimitados nesta pesquisa.

Também, em relação ao último objetivo específico, foi explorado o IMC e sua relação com a exequibilidade, acessibilidade e usabilidade dos portais de transparência municipais. Para isso, foi aplicado um questionário ao Gestor que lida com o portal de transparência do município de Maceió, em que foi possível verificar que os dois construtos relacionados ao IMC nesse trabalho influenciam diretamente para a boa execução do portal e disponibilização da informação para os usuários.

Considera-se que o presente estudo conseguiu alcançar o objetivo geral e, conseqüentemente, os objetivos específicos, considera-se, também, que, por meio da análise do questionário aplicado pela CGU aos municípios e por meio do questionário aplicado ao gestor de Maceió, além da análise dos três portais da transparência delimitados neste trabalho, foi possível associar os dois construtos definidos neste trabalho, Carmichael (2011) e Mithas (2011), à transparência.

Assim, destaque-se a relevância dos construtos de Mithas (2011) e Carmichael (2011) como aqueles que estão relacionados à transparência dada à informação pública dentro dos portais de transparência municipais alagoanos, em que é possível identificar que os dois podem ser tidos como complementares um ao outro.

Como limitações da pesquisa, foram encontradas dificuldades quanto à coleta de dados e análise deles, visto que a comunicação com os gestores dos municípios alagoanos mais bem avaliados pela CGU foi difícil e, em dois deles, não foi obtida resposta e êxito no contato. Ademais, quanto à análise dos portais de transparência delimitados na pesquisa e sua categorização, observou-se que, muitas vezes, os portais tiveram suas páginas tiradas do ar em virtude de queda nos servidores, fato esse que trouxe, também, falta de celeridade à coleta de dados.

Por fim, como contribuição futura, as variadas vertentes que envolvem o IMC podem ser mais bem exploradas e as relações de transparência dentro dos municípios alagoanos podem ser melhoradas. Da mesma forma, outros construtos de pesquisadores poderiam contribuir, também, com o *Information Management Capability* para a transparência, facilitando, cada vez mais, o acesso da população às informações públicas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. C. V. Metadados para representação e recuperação da informação em ambiente web. *In: Seminário Serviços de Informação em Museus*, 4., 2016, São Paulo. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2016, p. 95-106.
- ANNA, J. S. Aspectos epistemológicos da ciência da informação e o comportamento informacional: diálogos com borko, le coadic e saracevic. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 16, n. 2, p. 344-364, 2018. DOI: 10.20396/rdbci.v16i2.8649807.
- ARAUJO, C. A. A. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.
- ARAUJO, R. F. Do pensamento tecnológico à tecnologia como ciência da técnica: por uma epistemologia das tecnologias. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 26, p. 67-80, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/30809>. Acesso em: 21 out. 2021.
- ARAÚJO, L. P. M.; MARQUES, R. M. Uma análise da transparência ativa nos sites ministeriais do poder executivo federal brasileiro. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 12 No 2, n. 2, p. 419-439, 2019. DOI: 10.26512/rici.v12.n2.2019.9236 Acesso em: 11 jan. 2023.
- ARAÚJO, Wagner Frederico Gomes de; GOMES, Marco Paulo Soares. Governança eletrônica na América Latina: podemos esperar uma democracia eletrônica? *In: Fórum IUPERJ/UFMG: Democracia e Desenvolvimento na América Latina*, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro, 2004.
- BHARADWAJ, A., EL SAWY, OA, PAVLOU, PA e VENKATRAMAN, N. (2013). Estratégia de Negócios Digitais: Rumo a uma próxima geração de insights. **MIS Quarterly**, 37(2), 471-482.
- BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p.1-5, Jan. 1968.
- Bossewitch, J., & Sinnreich, A. (2012). The end of forgetting: Strategic agency beyond the panopticon. **New Media & Society**, 15(2), 224–242.
- BRASIL. COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil TIC Domicílios e TIC Empresas 2009**. São Paulo, 2010. 474 p.
- BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 21 out. 2021.
- BRASIL. **Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 21 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.965 de 23 de abril de 2014. **Marco Civil da Internet**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.html. Acesso em: 21 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.html. Acesso em: 21 out. 2021.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação. Panorama setorial da internet – Acesso à internet no Brasil: desafios para conectar toda a população. **Universalização do acesso**, v. 8, n. 1, 2017.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **3º Relatório Anual sobre a implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI) no âmbito do Poder Executivo Federal**. 2014. Acesso à Informação – Governo Federal.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso à informação. Site do Planalto Central.

BREGLIA, V. L. A.; GUSMÃO, H. R. A informação como fator de democratização. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 14, n. 1, 1986. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/77015>. Acesso em: 19 dez. 2022.

BRINKHUES, Rafael Alfonso. **A Capacidade de Gestão da Informação como Fonte de Vantagem Competitiva Sustentável da Firma**. 2016. 271 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

BRINKHUES, Rafael Alfonso; MAÇADA, Antonio Carlos Gastaud; CASALINHO, Gilmar D'Agostini Oliveira. Information Management Capabilities: antecedents and consequences. **Twentieth Americas Conference On Information Systems**, Savannah, p. 1-11, 2014.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991.

BUENO, W. C. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 1 esp, p. 1-12, dez. 2010. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/6585>. Acesso em: 21 out. 2021.

CABRAL, Adilson. Sociedade e tecnologia digital, entre incluir ou ser incluída. *In*: **Congresso Brasileiro De Ciências Da Comunicação**. 26., 2003, Belo Horizonte-MG. Anais eletrônicos. São Paulo: Intercom, 2003.

CAMPÊLLO, L. O. S.; SOUZA, R. B. A importância de políticas públicas de acesso à informação científica: contexto social contemporâneo. **Revista Fontes Documentais**,

v. 2 n. 2, n. 2, p. 55-68, 2019. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/134720>. Acesso em: 04 jan. 2023.

CANOTILHO, J. J. G. **Direito constitucional**. 5. ed. Coimbra: Almedina, 1992.

CAPURRO, R. Epistemology and information science. Lecture given at the Royal Institute of Technology Library Stockholm, Sweden. REPORT TRITA-LIB-6023. 1985. **Hermeneutics and Information**. Disponível em: <http://www.capurro.de/trita.htm>. Acesso em nov. 2022.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 21 out. 2021.

CARIDAD SEBASTIÁN, M.; MÉNDEZ RODRÍGUEZ, E. M.; RODRÍGUEZ MATEOS, D. La necesidad de políticas de información ante la nueva sociedad globalizada. El caso español. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 22-36, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/884/919>. Acesso em: 29 set. 2017.

CARMICHAEL, F., PALACIOS-MARQUES, D., and GIL-PECHUAN, I. (2011). How to create information management capabilities through web 2.0. **The Service Industries Journal**, 31(10), 1613-1625.

CASSIOLATO, J. E., LASTRES, H. M. M. Políticas de inovação e desenvolvimento. *In*: COUTINHO, D. R.; FOSS, M. C.; MOUALLEM, P. **Inovação no Brasil: avanços e desafios jurídicos e institucionais**. São Paulo: Blucher, 2017. Cap. 1, p. 19-55.

CASTRO, C. A.; RIBEIRO, M. S. Sociedade da informação: dilema para o bibliotecário. **Transinformação**, Campinas, v.29, n.1, p.17-25, jan./abr. 1998.

CERRAO, N. G; CASTRO, F. F. Aplicações de metadados baseadas em FRBR e RDA em repositórios institucionais digitais: uma revisão sistemática da literatura. **Transinformação**, Campinas, 32:e190080, 2020.

CESAR SILVA, R. Et al. Tendências de pesquisas relacionadas ao portal da transparência. **Biblionline**, v. 13, n. 4, p. 37-48, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/16594>. Acesso em: 21 out. 2021.

CGU. **Escala Brasil Transparente – avaliação 360º**. Disponível em: https://mbt.cgu.gov.br/publico/avaliacao/escala_brasil_transparente/66. Acesso em: jun. 2023.

CHOO, C. W. Information management for the intelligent organization: the art of scanning the environment. 2 ed. **Medford**: ASIS/ Information Today, 1998.

CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José de Costa Rica)**. Organização dos Estados Americanos, 1969. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm. Acesso em: 21 out. 2021.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e mistos. Porto Alegre: Artmed. 2010.

CRUZ, E. B. Direito à informação governamental: questões acerca da positividade e legitimação de um direito fundamental | the right to governmental information: on the enforcement and legitimation of a fundamental right. **Liinc em revista**, v. 9, n. 2, 2013. DOI: 10.18617/liinc.v9i2.580 Acesso em: 05 jan. 2023.

DANG, D. D. et al. Factors Affecting Logistics Capabilities for Logistics Service Providers: A Case Study in Vietnam. **The Journal of Asian Finance**, Economics and Business. Korea Distribution Science Association, 2018, 8(5), pp. 81–89. DOI: 10.13106/JAFEB.2021.VOL8.NO5.0081.

DEVECE, C., PALACIOS, D.; MARTINEZ-SIMARRO, D. (2016). Effect of information management capability on organizational performance. **Service Business**, 11(3), 563–580. DOI: 10.1007/s11628-016-0320-7.

DAVENPORT, T.H., BARTH, P.; BEAN, R. (2012). Como 'Big Data' é diferente. MIT **Sloan Management Review**, 54(1), 22-24.

Davenport, T. H. **Ecologia da informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na Era da Informação**. São Paulo: Futura, 1998.

DETLOR, B. Information management. **International Journal of Information Management**, 2009, 30(2), 103–108.

DEMIR, Hilmi (Ed.). Luciano Floridi's philosophy of technology: Critical reflections. **Springer Science & Business Media**, 2012.

ECHEVERRIA, J. De la filosofía de la ciencia a la filosofía de las tecno-ciencias e innovaciones. **Revista Iberoamericana de ciencia, tecnología y sociedad**, Buenos Aires, v. 10, n. 28, p. 109-119, enero 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5130013>. Acesso em: 21 out. 2021.

FERNANDES, Ciro Campos Christo. Governo eletrônico e transformação da administração pública. *In*: CHAHIN, Ali; CUNHA, Maria Alexandra; KNIGHT, Peter T.; PINTO, Solon Lemos. **E-gov.br: a próxima revolução brasileira: eficiência, qualidade e democracia: o governo eletrônico no Brasil e no mundo**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FIGUEIREDO, E. K. P.; FREITAS, G. L. O acesso e a democratização da informação na sociedade globalizada. *Infociência*, v. 3, n. 1, 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/61040>. Acesso em: 19 dez. 2022.

FORTE, E. C. Transparência pública e acesso à informação: uma análise do Portal da Transparência do município de Fortaleza. **Revista Controle - Doutrina E Artigos**, 18(2), 429-456, 2020. Disponível em: <https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/article/view/613>. Acesso em: 29 out. 2021.

FRANCO, A. H. C.; CARVALHO, N. M. G.; SANTOS, P. L. V. A. C. Políticas públicas de informação e inteligência coletiva: os desafios e as possibilidades para a

democratização da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 29, n. 1, 2019. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4783.2019v29n1.37982 Acesso em: 19 dez. 2022.

FREIRE, I. M.; REGO, H. O.; OLIVEIRA, G. M. Os portais de transparência à luz da ciência da informação: um modelo de interface para acesso à informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 10, n. 1, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/26877>. Acesso em: 06 jan. 2023.

GAMA, J. R.; RODRIGUES, G. M. Transparência e acesso à informação: um estudo da demanda por informações contábeis nas universidades federais brasileiras. **Transinformação**, v. 28, n. 1, p. 47-58, 2016. DOI: 10.1590/2318-08892016002800004 Acesso em: 11 jan. 2023.

GARCIA, Rodrigo Moreira. Governo eletrônico, informação e competência em informação. **Inf. & Soc. Est.**, v. 16, n. 2, p. 79-87, jul./dez. 2006.

GERALDES, E.; REIS, L. M. **Da cultura da opacidade à cultura da transparência: apontamentos sobre a Lei do Acesso à Informação Pública**. Fortaleza: Intercom, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUERRA, M. D. G. G. V.; CARVALHO, K. A. G. Transparência pública e acesso à informação: a utopia virando realidade na uepb. **Comunicação & Informação**, v. 22, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/123946>. Acesso em: 24 out. 2021.

GUIMARÃES, Tomás de Aquino; MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos. A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro. **Cadernos Ebape.Br**, [S.L.], v. 3, n. 4, p. 01-18, dez. 2005. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1679-39512005000400004>.

HOLZER, Marc; KIM, Seang-Tae. *Digital governance in municipalities worldwide: a longitudinal assessment of municipal websites throughout the world*. **Division for Public Administration and Development Management Department of Economic and Social Affairs**, United Nations. 2005. Disponível em: <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/aspa/unpan031374.pdf>. Acesso em 18 dez. 2022.

INDOLFO, A. C. O acesso às informações públicas: retrocessos e avanços da legislação brasileira. **Informação Arquivística**, v. 2, n. 1, p. 4-23, 2013. DOI: 10.18377/2316-7300/informacaoarquivistica.v2n1p% Acesso em: 05 jan. 2023.

KANT, Immanuel. 2008. **A Paz perpétua: um projecto filosófico**. Tradutor Artur Morão. Covilhã: LusoSofia Press, 2008.

JARVENPAA, S. L.; LEIDNER, D. E. An information company in Mexico: Extending the resource-based view of the firm to a developing country context. **Information Systems Research**, v. 9, n. 4, p. 342–361, 1998.

KAUFMAN, E. El foro transversal de responsables informáticos: crisis, burocracia, redes y gobierno electrónico en la Argentina. **TOP**. Acesso em 18 dez. 2022.

KETTINGER, W. J.; MARCHAND, D. A. Information management practices (IMP) from the senior manager's perspective: an investigation of the IMP construct and its measurement. **Information Systems Journal**, v. 21, n. 5, p. 385–406, 2011. DOI: 10.1111/j.1365-2575.2011.00376.x.

LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. (Org.). **Informação e globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LE COADIC, I. F. **A ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LE COADIC, Yves François. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004a.

LIMA, P. R. S.; MOTA, F. R. L.; FERREIRA, J. R. S.; GARCIA, J. P. D. S.; SILVA, E. N. P. O portal da transparência como mecanismo democrático informacional: análise dos 04 portais alagoanos modelos em transparência conforme avaliação da cgu em 2018. **Comunicação & Informação**, v. 24, 2021. DOI: 10.5216/ci.v24.62519 Acesso em: 11 jan. 2023.

LIMA, P. R. S.; MOTA, F. R. L.; CASSÉ, A. P. O. M.; SALES, T. G. T. Redes sociais como ferramentas de transparência em tempos de covid-19: uma análise das publicações dos boletins epidemiológicos do estado de alagoas. **Logeion: Filosofia da Informação**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 88–107, 2021. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/5650>. Acesso em: 24 out. 2021.

LIMA LEITE, F. C., & de SOUZA COSTA, S. M. (2016). Modelo genérico de gestão da informação científica para instituições de pesquisa na perspectiva da comunicação científica e do acesso aberto. **Investigación Bibliotecológica: Archivonomía, Bibliotecología e Información**, 30(69), 43–74.

LOPES, Cristiano Aguiar. Acesso à informação pública para a melhoria da qualidade dos gastos públicos: literatura, evidências empíricas e o caso brasileiro. **Caderno de Finanças Públicas**, Brasília, n. 8, p. 5-40, dez. 2007.

MAÇADA, Antonio Carlos Gastaud; BRINKHUES, Rafael Alfonso; FREITAS JUNIOR, José Carlos da Silva. INFORMATION MANAGEMENT CAPABILITY AND BIG DATA STRATEGY IMPLEMENTATION. **Revista de Administração de Empresas**, [S.L.], v. 59, n. 6, p. 379-388, dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-759020190604>.

MAÇADA, Antonio Carlos Gastaud; BRINKHUES, Rafael; FREITAS JUNIOR, José Carlos. The influence of Information Management Capability on Companies' Sustainable Competitive Advantage: a multiple-case study of brazilian market-leading companies. **Review Of Business Management**, [S.L.], v. 22, n. 4, p. 876-899, 1 out. 2020. FECAP Fundacao Escola de Comercio Alvares. DOI: <http://dx.doi.org/10.7819/rbgn.v22i4.4084>.

MARCHAND, D. A.; KETTINGER, W. J.; ROLLINS, J. D. Information orientation: people, technology and the bottom line. **MIT Sloan Management Review**, v. 41, n. 4, p. 69, 2000.

MATENGA, J. A. M.; GUARALDO, T. S. B. Gestão da informação na perspectiva da satisfação do usuário em organizações públicas. **Revista Conhecimento em Ação**, v. 7, n. 2, p. 166-185, 2022. DOI: 10.47681/rca.v7i2.53812 Acesso em: 04 jun. 2023.

ANDRADE-ROJAS, Mariana Giovanna; KATHURIA, Abhishek; KONSZYNSKI, Benn R.. Competitive Brokerage: How Information Management Capability And Collaboration Networks Act As Substitutes. **Journal of Management Information Systems**, 2021, 38:3, 667-703, DOI: 10.1080/07421222.2021.1962596

MARCHAND DA; KETTINGER WJ; ROLLINS JO. Information orientation: the link to business performance. **Oxford University Press**, 2002.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MEDEIROS, S. A.; MAGALHÃES, R.; PEREIRA, J. R. Lei de Acesso à Informação: em busca da transparência e do combate à corrupção. **Inf. Inf.** Londrina, v. 19, n. 1, p. 55 – 75, jan./abr. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/307727648_Lei_de_Acesso_a_Informacao_em_busca_da_transparencia_e_do_combate_a_corrupcao. Acesso em: 27 ou. 2021.

MELLO, Gilmar R. Estudo das práticas de governança eletrônica: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão dos estados brasileiros. **Tese** (doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research: a guide to design and implementation**. 2. ed. Georgia: Willey, 2009.

MERLO, S.; BASSI, J. D. S.; CRUZ, J. A. S. Lei de acesso à informação pública: algumas considerações. **BIBLOS. Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 28, n. 3, p. 73-82, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23749>. Acesso em: 25 jul. 2022.

MITHAS, S., RAMASUBBU, N., and SAMBAMURTHY, V. (2011). How information management capability influences firm performance. **MIS quarterly**, 35(1), 237-256.

NAÇÕES UNIDAS. Benchmarking e-government: a global perspective. New York: United Nations. **Division for Public Economics and Public Administration, American Society for Public Administration**, 2002.

NARVER, J. C., & SLATER, S. F. The effect of a market orientation on business profitability. **Journal of Marketing**, 1990, 54(4), 20–35. DOI: <https://doi.org/10.2307/1251757>.

NOGUEIRA JUNIOR, Dario Azevedo. Governo Eletrônico: uma reflexão sobre os limites da interatividade cidadã no modelo brasileiro da gestão pública digital de difusão de informação. **Revista Eptic**, Espírito Santo, v. 21, n. 1, p. 22-45, 18 mar. 2019.

Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/10909>. Acesso em: 18 dez. 2022.

OLIVEIRA C. C. et al. A teoria da citação de dados: uma revisão da produção científica na América Latina. **Transinformação**, v. 34, p. 1-18, 2022.

PAIVA JÚNIOR, F. G. De; LEÃO, A. L. M. de S.; MELLO, S. C. B. de. Validade e confiabilidade na pesquisa qualitativa em administração. **Revista e iências a Administração**, 2011, 13(31), 190–209.

PINTO, M. B. S. M. Gestão da informação em sistemas de informação complexos. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 12, n. 2, 2017. DOI: 10.22478/ufpb.1981-0695.2017v12n2.35505 Acesso em: 04 jun. 2023.

PHADTARE, M. T. Strategic Management: Concepts and Cases. **PHI Learning Pvt. Ltd**, 2011.

REGO, H. O.; FREIRE, I. M. Accountability: novo conceito para a ciência da informação?. **Ciência da Informação em Revista**, v. 5, n. 1, p. 29-40, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/36391>. Acesso em: 24 dez. 2021.

REUTERS. **Internet é a fonte de informação mais popular-pesquisa**. Estadão, São Paulo, 17 jun. 2009. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,internet-e-a-fonte-deinformacao-maispopular-pesquisa,388819>. Acesso em: 27 maio 2022.

RIBEIRO, Manuella M. Como o governo eletrônico pode aumentar a transparência das compras governamentais? *In*: **CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA**, 1., 2008, Brasília. Anais... Brasília, 2008. p. 1-15.

RODRIGUES, J. G. Publicidade, transparência e abertura na administração pública. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 266, p. 89 - 123, maio/ago. 2014.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Hernández; LUCIO, María Del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SARACEVIC, T; WOOD, J. B. Consolidation of Information: a handbook on evaluation, restructuring and repackaging of scientific and technical information. *In*: **SYMPOSIUM ON INFORMATION ANALYSIS AND CONSOLIDATION**, 1978, Pilot Edition. Colombo: Unesco, 1981. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED226753.pdf>. Acesso em: 18 junho 2022.

SEBASTIÁN, Mercedes Caridad; RODRÍGUEZ, Eva M Méndez; MATEOS, David Rodríguez 2000 La Necesidad de políticas de información ante la nueva sociedad globalizada: el caso español. **Ciência da Informação**. 29:2 (2000) 22-36.

SILVA, I. C.; SOUZA, E. D. Informação e formação da identidade cultural: o acesso à informação na literatura de cordel. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v.16, n.1, p.215-222, jan./jun. 2006. Disponível em:

https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_fcd37e85f9_0012945.pdf. Acesso em: 08 nov. 2021.

SILVEIRA, D. T.; CORDÓVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2021.

SOUSA, J. **Proposta de Projeto: Lei de Acesso à Informação e Comunicação Pública**. CNPQ, 2014.

SOUZA, E. D. **A Ciência da Informação: fundamentos epistêmico-discursivo do campo científico e do objeto de estudo**. Maceió: Edufal, 2015. 222p.

SOUZA, R. M. O espaço público da pólis contemporânea: o acesso à informação como construção da cidadania no Brasil. **Archeion Online**, v. 1 Edição Especial, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/14748>. Acesso em: 05 jan. 2023.

TACHIZAWA, T.; MENDES, G. **Como fazer monografia na prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

TCE. **Mais de 80% dos municípios de Alagoas não cumprem a Lei da Transparência**. Disponível em: <http://prolegislativo.com.br/index.php/mais-de-80-dos-municipios-de-alagoas-nao-cumprem-lei-da-transparencia-diz-tce>. Acesso em: 21 out. 2021.

UHLIR, Paul F. **Diretrizes políticas para o desenvolvimento e a promoção da informação governamental de domínio público**. Brasília: UNESCO, 2006. 69 p.

UNDP - UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Measuring democratic governance: a framework for selecting pro-poor and gender sensitive indicators**. May. 2006. Disponível em: <www.undp.org>. Acesso em: 08/10/2008.

UNESCO – UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Defining E-governance**. 2005.

VALENTIM, M. L. P. et al. Gestão da informação utilizando o método infomapping. **Perspectiva em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 184-198, jan./abr. 2008.

VALENTIM, M. L. P, et al. **GESTÃO DA INFORMAÇÃO E PROCESSOS INOVATIVOS NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL: Possibilidades e Potencialidades**. Rio de Janeiro: **XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI Enancib**, 2021. 15 p.

White, M. (2012). Digital workplaces. **Business Information Review**, 29(4), 205–214. DOI:10.1177/0266382112470412.

Zhang, T., Wang, X., & Zhuang, G. (2017). Building channel power: the role of IT resources and information management capability. **Journal of Business & Industrial Marketing**, 32(8), 1217–1227. DOI:10.1108/jbim-12-2016-0286

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AO GESTOR DO PORTAL DE TRANSPARÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ

FORMULÁRIO PARA PESQUISA DE DISSERTAÇÃO MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - UFAL

B *I* U ↻ ✕

Antes de tudo, é importante destacar que esse questionário servirá como ponto de partida para que seja realizada a avaliação sobre a capacidade da gestão da informação (IMC) dentro das organizações públicas com um enfoque sempre na transparência pública. Também, este questionário tem o objetivo de avaliar o IMC e como se processa a segurança e eficiência dos dados dentro dos portais de transparência.

Este formulário está coletando automaticamente os e-mails de todos os participantes. [Alterar configurações](#)

1) Quais as políticas e procedimentos adotados pela gestão pública para que haja o gerenciamento de informações relacionadas à transparência pública? *

Texto de resposta longa

2) Como os funcionários que trabalham com a gestão da informação são treinados em relação à importância da transparência? *

Texto de resposta longa

3) A Gestão Pública usa uma ferramenta colaborativa para se comunicar com os funcionários e para gerir as ideias surgidas? Como se dá esse processo? *

Texto de resposta longa

4) Como a Gestão Pública garante a qualidade e a disponibilidade dos dados e informações necessários para os funcionários que trabalham com os portais e para os usuários que acessam?

Texto de resposta longa

5) No que diz respeito às informações contidas no portal, elas possuem uma linguagem clara, acessível e estão disponibilizadas em formatos de fácil compreensão para os cidadãos em geral? Quem é a pessoa responsável por mensurar essa questão e torná-la sempre acessível ao público e qual função ocupa? *

Texto de resposta longa

6) Quando os cidadãos têm acesso às informações, quais as medidas que são tomadas pelos gestores para promover a segurança das informações? *

Texto de resposta longa

7) Os gestores responsáveis pelos portais de transparência buscam um retorno dos cidadãos sobre a qualidade e usabilidade das informações divulgadas pelos portais? Como se dá esse processo? *

Texto de resposta longa

8) Como os funcionários responsáveis por gerir os portais de transparência recebem as sugestões/ solicitações de melhoria? E quais as medidas adotadas em relação a essas sugestões? *

Texto de resposta longa

9) Durante o processo de gestão da informação e do seu desenvolvimento, o que é feito fica contido em apenas um funcionário ou é armazenado em um banco de dados para que outros usuários tenham acesso? Como está organizado esse processo? *

Texto de resposta longa

10) Quem é a pessoa responsável por classificar a informação de acordo com seu nível de relevância e qual a sua função dentro desse processo? *

Texto de resposta longa
